

REDES DE SOLIDARIDAD Y ORGANIZACIONES EN CONTEXTOS DE DIVERSIDAD

WILSON NOÉ GARCÉS AGUILAR
LINA JULIANA ROBAYO
SELMA MENDOZA GARCÍA

(ORGANIZADORES)



Uniautónoma
DEL CAUCA



EDITORA
ARTEMIS
2020

REDES DE SOLIDARIDAD Y ORGANIZACIONES EN CONTEXTOS DE DIVERSIDAD

WILSON NOÉ GARCÉS AGUILAR
LINA JULIANA ROBAYO
SELMA MENDOZA GARCÍA

(ORGANIZADORES)

2020 by Editora Artemis
Copyright © Editora Artemis
Copyright do Texto © 2020 Os autores
Copyright da Edição © 2020 Editora Artemis
Edição de Arte: Bruna Bejarano
Diagramação: Elisangela Abreu
Revisão: Os autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Editora Chefe:

Prof.^a Dr.^a Antonella Carvalho de Oliveira

Editora Executiva:

Viviane Carvalho Mocellin

Organizadores:

Wilson Noé Garcés Aguilar
Lina Juliana Robayo
Selma Mendoza García

Bibliotecário:

Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial:

Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.^a Dr.^a Amanda Ramalho de Freitas Brito, Universidade Federal da Paraíba
Prof.^a Dr.^a Angela Ester Mallmann Centenaro, Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof.^a Dr.^a Carmen Pimentel, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima
Prof.^a Dr.^a Elvira Laura Hernández Carballido, Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo, México
Prof.^a Dr.^a Emilas Darlene Carmen Lebus, Universidad Nacional del Nordeste/ Universidad Tecnológica Nacional, Argentina
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Prof.^a Dr.^a Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Prof.^a Dr.^a Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Javier Antonio Alborno, University of Miami and Miami Dade College, USA
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros



Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín, Colômbia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Dr.ª Livia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo
Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras
Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense
Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Dr. Turpo Gebera Osbaldo Washington, Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa, Peru
Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, Corporación Universitaria Autónoma del Cauca, Colômbia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

R314 Redes de solidaridad y organizaciones en contextos de diversidad [recurso eletrônico] / Organizadores Wilson Noé Garcés Aguilar, Lina Juliana Robayo, Selma Mendoza García. – Curitiba, PR: Artemis; Popayán: Corporación Universitaria Autónoma del Cauca, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87396-20-0

DOI 10.37572/EdArt_200081220

1. Cooperativismo. 2. Redes sociais. 3. Solidariedade. I. Garcés Aguilar, Wilson Noé. II. Robayo, Lina Juliana. III. Mendoza García, Selma.

CDD
302.14

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



APRESENTAÇÃO

El libro “**Redes de solidaridad y organizaciones en contextos de diversidad**” es un trabajo colectivo de investigadores mexicanos, colombianos y brasileños, los cuales dan cuenta de las múltiples manifestaciones de solidaridad, reciprocidad y fraternidad que emergen en organizaciones y grupos comunitarios en el centro y sur del continente americano.

El libro está compuesto por aproximaciones teóricas, reflexiones y casos de estudio en los cuales se evidencia redes de solidaridad, lógicas y emergencias desde organizaciones que piensan y sienten sus territorios. El estudio de organizaciones en contextos de diversidad demuestra en común el cómo se constituyen formas de resistir y re-existir en medio de la compleja realidad del continente. Estas organizaciones y comunidades se entretajan, conviven y configuran redes de solidaridad en contextos de diversidad que implican procesos de gobernanza, emprendimiento social, posicionamientos ético-políticos, circuitos de proximidad, encadenamientos y potencialidades para el diálogo intercultural y de manifestación a través de movimientos sociales.

El lector encontrará en el presente libro una radiografía de las redes de solidaridad y las organizaciones en contextos de diversidad en el centro y sur del continente americano.

Wilson Noé Garcés Aguilar
Lina Juliana Robayo
Selma Mendoza García

SUMÁRIO

CAPÍTULO 11

GOVERNANÇA, REDES SOLIDÁRIAS E DIVERSIDADE

Ernesto Giglio

Fernanda Pedro

Marcelo Borges

Eulália Cristina Barros

DOI 10.37572/EdArt_2000812201

CAPÍTULO 2..... 18

EL ESTUDIO DE LA ORGANIZACIÓN SOLIDARIA EN COLOMBIA Y SU
CONTEXTO DE DIVERSIDAD

Wilson Noé Garcés Aguilar

Lina Juliana Robayo Coral

William Macias

DOI 10.37572/EdArt_2000812202

CAPÍTULO 3..... 44

DEL EMPRENDIMIENTO SOCIAL A LA ACCIÓN COOPERATIVA: LA
EXPERIENCIA DE LA COOPERATIVA HUEXOLOTL DOWN EN LA COMUNIDAD
MAGDALENA CONTRERAS, CIUDAD DE MÉXICO

Selma Mendoza García

Rogelio Mendoza Molina

DOI 10.37572/EdArt_2000812203

CAPÍTULO 4 66

CIRCUITO CURTO DE PROXIMIDADES NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA
SOLIDÁRIA: UM ESTUDO DA EXPERIÊNCIA DE AGRICULTORES FAMILIARES
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Loreane da Silva Francisco

Maria Gracinda Carvalho Teixeira

DOI 10.37572/EdArt_2000812204

CAPÍTULO 5..... 93

EXPERIENCIA DE ENCADENAMIENTO PRODUCTIVO DE LA QUINUA EN EL CAUCA, UNA MIRADA DESDE LAS ORGANIZACIONES

Ghiovell Juliana Vida Pinilla
José Fernando Grass Ramírez
Yanlika Aurora Vidal

DOI 10.37572/EdArt_2000812205

CAPÍTULO 6112

ECONOMÍA DE SOLIDARIDAD Y POTENCIALIDADES PARA SU CONSTITUCIÓN COMO MOVIMIENTO SOCIAL EN EL DEPARTAMENTO DEL CAUCA-COLOMBIA

William Bernardo Macías Orozco
Nancy Liliana Chavez Palomino
Wilson Noe Garces

DOI 10.37572/EdArt_2000812206

CAPÍTULO 7..... 144

FROM SOCIAL AND CULTURAL WORLDS TO TRANSFORMING PEDAGOGICAL WORDLS. CONVERSATIONS FROM POPULAR EDUCATION

Magda Alicia Ahumada
Stella Pino Salamanca

DOI 10.37572/EdArt_2000812207

SOBRE OS ORGANIZADORES..... 163

ÍNDICE REMISSIVO 165

GOVERNANÇA, REDES SOLIDÁRIAS E DIVERSIDADE

Data de submissão: 27/08/2020

Data de aceite: 06/11/2020

Ernesto Giglio

Professor e Pesquisador da Universidade
Paulista- UNIP
São Paulo- SP, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/8396979258667832>

Fernanda Pedro

Mestre em Administração pela UNIP e
Analista de Administração e Gestão na
CPTM- Brasil
São Paulo- SP, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/1637733641968204>

Marcelo Borges

Mestre em Administração pela UNIP e
Professor da Faculdade Integradas de
Rondônia
Cacoal, Rondonia- Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3259182182213937>

Eulália Cristina Barros

Graduação em Gestão de Finanças e
Gestora de Projetos no Sesc – Fortaleza,
Ceará, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/4841642325420391>

RESUMO: Apresenta-se a abordagem social de redes como competente, coerente e aplicável ao fenômeno da colaboração e diversidade de grupos existentes, ou em

formação na América Latina. O modelo apresentado é composto de uma parte de ambiente de relacionamento, uma parte de governança colaborativa e uma parte de resultados alcançados. Descrevem-se os princípios da abordagem social de redes, com as categorias complexidade de tarefas, interdependência, conectividade e governança. Apresenta-se o conceito de governança colaborativa, com os processos de formação de um ambiente de relacionamento, de processos de decisão, de conteúdo dos mecanismos de ação coletiva e os resultados. Explica-se como esse processo de governança construída cria formas de participação da diversidade, especialmente as chamadas redes solidárias. Redes solidárias são grupos de pessoas com objetivos comerciais, sociais, políticos e sustentáveis que percorrem outros caminhos de negócios e de visibilidade na sociedade. Um desses caminhos alternativos é fundado no cooperativismo. Analisa-se a proposta de interface entre a governança construída e a diversidade e apresentam-se exemplos que sustentam a proposição. Ao final tecem-se considerações sobre

os benefícios teóricos e de gestão ao se considerar a abordagem social de redes e a governança colaborativa na formação e desenvolvimento de grupos diversos.

PALAVRAS-CHAVE: Governança, Redes, Diversidade, Relacionamento

GOVERNANCE, SOLIDARITY NETWORKS AND DIVERSITY

ABSTRACT: The social network approach is presented as competent, coherent and applicable to the phenomenon of collaboration and diversity of existing groups in Latin America. The model presented is composed of relationship environment, collaborative governance and results achieved. The principles of social approach to networks are described, with the categories task complexity, interdependence, connectivity and governance. The concept of collaborative governance is presented, with the processes of building a relationship environment, decision-making processes, the content of collective action mechanisms and the results. It explains how this governance process creates forms of participation for diversity, especially so-called solidarity networks. Solidarity networks are groups of people with commercial, social, political and sustainable objectives that take other business and visibility paths in society. One of these alternative paths is founded on cooperate model. The proposed interface between built governance and diversity is analyzed and examples that support the proposition are presented. At the end, considerations about the theoretical and management benefits are discussed, considering the social approach to networks and collaborative governance in the formation and development of diverse groups.

KEYWORDS: Governance, Networks, Diversity, Relationship

1. INTRODUÇÃO

O fenômeno de expansão da organização de grupos minoritários na América Latina, seja com objetivos sociais, ou comerciais, ou sócio-políticos, ou de outra natureza; demandam uma teoria mais coerente e competente para explicar o que está acontecendo, já que teorias tradicionais da Administração e da Economia não conseguem abarcar essa dimensão colaborativa.

O objetivo deste capítulo é apresentar a abordagem social de redes como competente, coerente e aplicável ao fenômeno da colaboração e diversidade de grupos existentes, ou em formação na América Latina. O modelo apresentado é composto de uma parte de ambiente de relacionamento, uma parte de governança colaborativa e uma parte de resultados alcançados.

Afirma-se que o modelo é capaz de explicar o nascimento, evolução e manutenção das redes solidárias que integram a diversidade. Grupos solidários perseguem objetivos que se estendem além do comércio, criando redes sociais. Nas redes os atores partilham conhecimentos, tornam-se cidadãos e criam uma identidade própria.

Os exemplos e discussões sobre redes solidárias proliferam no mundo, despertando o interesse acadêmico, como se verifica em congressos tais como o Red Pilares. O rápido desenvolvimento de associações, cooperativas, redes com princípios cooperativos, grupos locais de ações ambientais, entre outras manifestações; suscita questionamentos tais como os fatores de sucesso no desenvolvimento desses grupos, os modos de gestão e ação coletiva em redes.

2. CONCEITO DE REDE

Algumas décadas atrás, a agricultura familiar consistia no uso adequado de um pedaço de terra para produzir produtos vendidos localmente. Hoje em dia existem tantas leis de uso do solo, tantas demandas dos consumidores sobre qualidade dos produtos e tantas tecnologias de plantio, colheita, armazenamento e distribuição, que a agricultura familiar, considerando uma família isolada, não consegue resolver. O caminho é a união de várias famílias que criam uma cooperativa e conseguem resolver as pressões e demandas.

O fenômeno da complexidade do ambiente atual exige não entre atores, o que chamamos de interconectividade. A interconectividade é uma das características do formato de redes, que é distinto dos formatos tradicionais de mercado, onde a lei é a competição isolada, ou do formato de hierarquia, onde a lei é fazer tudo sozinho e ter autoridade (como é comum em políticas públicas). Os atores estão conectados com relacionamentos que vão além da sua tarefa específica, porque trocam informações, estabelecem ligações sociais/afetivas de confiança e cooperação, criam uma identidade de grupo, participam de práticas e rituais específicos do seu grupo.

A interconectividade leva a outra característica das redes, que é a interdependência. Significa que os recursos especializados precisam ser compartilhados no grupo, em sistema de reciprocidade, formando uma teia de interdependência.

Outra característica das redes é a complexidade das tarefas. Significa que as tarefas atuais, sejam comerciais, políticas, ou sociais, ou de outra natureza, encontram um ambiente de leis, normas, culturas diversas, que dificulta que uma pessoa, ou uma empresa individual possa resolver todos os itens. A formação de uma cooperativa, por exemplo, é ação que necessita de várias especialidades.

A quarta característica das redes é a existência de uma governança, isto é, um conjunto de mecanismos, regras, práticas, normas e valores compartilhados que facilita a ação coletiva, evita comportamentos oportunistas e dirige os esforços do grupo para a tarefa, com maior coesão e menor conflito.

O Quadro 1 descreve resumidamente as características de rede.

Quadro 1. Características do formato de rede.

Características do formato de rede	Ideia central
Complexidade de tarefas Interconectividade	As tarefas de negócios e de políticas públicas tornaram-se complexas, com muitas leis, demandas, mercados distintos, dificultando que uma organização consiga resolver tudo sozinha.
Interconectividade	Ao estabelecerem conexões para realizarem as tarefas, os atores criam formas mais amplas de relacionamento, que se estendem além dos limites da tarefa.
Interdependência	Com a complexidade e especialidade de tarefas e conhecimentos cria-se uma rede de interdependência, diferente das relações de poder e de hierarquia.
Governança	Para que a ação coletiva se realize, é necessário um conjunto de mecanismos, regras, rotinas que direcionem, incentivem e controlem o comportamento das pessoas e as ações de produção.

Rede, portanto, pode ser definida como um grupo de pessoas (atores é o termo técnico), unidos porque existem problemas comuns a serem resolvidos, que se conectam trocando fluxos de toda natureza (sociais, técnicos, comerciais, legais), que cooperam cada qual oferecendo o seu recurso e que criam entre si um código de comportamento e ação coletiva.

Existem várias abordagens para explicar as redes, tais como racionais e econômicas, mas para os propósitos deste artigo, segue-se a abordagem social.

3. ABORDAGEM SOCIAL DE REDE

Os parágrafos anteriores descreveram o que Castells (1999) denominou de sociedade em rede. Essa expressão significa a existência de uma nova estrutura social baseada em conexões, tendo a tecnologia como sua base instrumental. Dentro dessa perspectiva mais ampla coloca-se a abordagem social de redes. Seu princípio é que os relacionamentos sociais constituem a matriz básica, que orienta o comportamento dos atores e os processos de ações coletivas na rede, seja qual for a natureza e objetivo da rede. O conceito fundamental aqui é a relação social.

Relação social é uma forma de ligação entre duas, ou mais pessoas, que indica uma continuidade de sua relação no futuro; que contém elementos de reciprocidade e que os fluxos são de natureza ampla (social, técnica, comercial, afetiva, religiosa, ...). Vamos dar um exemplo. Vamos supor uma situação de venda normal, numa loja de sapatos.

Situação I. Encontro com objetivo específico de compra e venda.

Diálogo

(vendedora) *Pois não, senhor?*

(comprador) *Quero um sapato social, para o dia a dia.*

(v) (faz algumas perguntas técnicas, como número, cor, etc.)

(seleciona alguns pares de sapatos) *Vamos ver esse aqui*

(c) (faz alguns comentários sobre os produtos e decide por um deles)

(c) (pergunta sobre o preço, forma de pagamento, solicita desconto)

(v) *Prontinho senhor, é só pagar ali.*

Acabou o encontro. Ao sair da loja o comprador continua sua vida e a vendedora continua sua vida, sem outra conexão entre eles.

Situação II. Encontro que evolui de uma relação de compra para uma relação social.

(vendedora) *Pois não, senhor?*

(comprador) *Quero um sapato social, para o dia a dia.*

- (v) (faz algumas perguntas técnicas, como número, cor, etc.)
(seleciona alguns pares de sapatos) *Vamos ver esse aqui*
- (c) (quando a vendedora vai se ajoelhar para colocar o sapato no cliente) *Não, por favor, não precisa se curvar, você é uma pessoa tão bonita, deixa que eu coloco o sapato.*

Enquanto coloca o sapato faz algumas perguntas pessoais para a vendedora, incluindo um convite para um café depois do trabalho dela.

Aqui está o ponto de mudança. O comprador adicionou outro objetivo ao encontro, mudando a conversa do comercial para um encontro social e até afetivo. E agora? Depende da resposta da vendedora.

Situação IIA. A vendedora dá respostas evasivas e puxa a conversa para o objetivo de venda-compra. Pode ser que ela consiga, mas pode ser que a situação já esteja com elementos sociais suficientes que deixa de ser uma venda-compra pura. Por exemplo, o comprador pode ficar com raiva da negativa e não comprar o produto, mesmo sendo o que ele buscava. Nesse caso o resultado final não pode ser explicado só por conteúdos comerciais, porque houve um conteúdo social (de ligação não correspondida) que afetou a negociação.

Situação IIB. A vendedora aceita a mudança do objetivo e a conversa muda para o encontro. Acertado o encontro, a conversa pode, ou não, voltar para a venda. No caso de voltar, ela será entremeada de conteúdos sociais e comerciais. Por exemplo, talvez o comprador fique tão contente que compre dois pares.

Ao sair da loja, a vida do comprador ficou conectada à vida da vendedora (e vice-versa) por causa do encontro marcado, que indica a ligação futura entre eles. A partir desse momento algumas ações de ambos (como passar perfume, arrumar o cabelo, colocar uma roupa social) não são mais atos isolados, mas influenciados pela ligação presente-futuro que existe entre ambos.

Voltando ao ponto, o que é uma relação social? É quando na conexão entre duas, ou mais pessoas, existem conteúdos de natureza social, sejam conteúdos de aproximação, como de confiança, ou comprometimento; sejam

conteúdos de atritos, como relações de poder. De qualquer forma, as duas pessoas (ou mais) criam um nó, um laço, uma ligação, que influencia seu comportamento e tem desdobramentos no futuro.

A abordagem social de redes parte do princípio que nas relações entre pessoas, seja qual for a natureza principal (comercial, políticas públicas, ações sociais), sempre existe um conteúdo social que influencia o comportamento dos participantes e determina parte do rumo das ações. O campo social é colocado como a base a base de desenvolvimento e sucesso das redes, porque orienta o comportamento e os processos dos atores nas redes.

É claro que no mundo real aparecem diversas relações sociais simultâneas, o que traz algumas dificuldades de análise, interpretação e intervenção. No entanto, valorizam-se quatro categorias como as mais importantes: confiança, comprometimento, cooperação e poder (UZZI, 1997; POWELL & DIMAGGIO, 1991) e centram os estudos teóricos e modelos de gestão nesse quadrado.

A confiança é definida como a situação de relacionamento em que uma pessoa expõe seus problemas na realização da tarefa e solicita ajuda do outro (GRANOVETTER, 1985), e, numa segunda vertente, como a situação de dispor seus recursos para o grupo, para todos utilizarem, sem a necessidade de proteções, ou salvaguardas (LEVI, 1998).

O comprometimento é definido como a reciprocidade da relação de confiança, isto é, a situação de relacionamento em que uma pessoa ajuda a outra que mostrou confiança, e, numa segunda vertente, define-se como participar no grupo colocando os objetivos coletivos acima dos objetivos pessoais (ANDERSON & WEITZ, 1992).

A reciprocidade entre confiança e comprometimento foi apontada por Koka e Prescott (2008) e pode ser útil na compreensão de concomitância de ocorrências de relacionamentos. Essas aproximações seguem a linha de pensamento que as redes podem ser mais adequadamente compreendidas quando não se isolam categorias e se realizam análises integradas.

A cooperação significa fazer junto o que é impossível, ou muito difícil fazer sozinho. Pessoas com habilidades específicas co-operam (atuam juntas) com outras para a solução de demandas.

Por exemplo: um cooperado de uma cooperativa de reciclagem na cidade de Campinas, em São Paulo, já havia trabalhado em empresas onde aprendeu como se faz a documentação básica de uma pessoa (carteira de identidade) e ajudava os outros cooperados no trâmite dessa documentação.

O poder é definido como a existência de assimetrias entre os atores. As assimetrias podem ser de qualquer natureza (de conhecimento, de domínio de práticas, de influência política, só para citar algumas). O mais importante, no entanto, não é a existência de assimetrias, já que ela sempre ocorre, mas sim como o grupo lida com essas assimetrias (ADIASIH & LIANAWATI, 2019), isto é, se elas se tornam problema, ou recurso para inovações e trocas.

Definidas as bases sociais das redes, agora é possível discutir as redes solidárias.

4. REDES SOLIDÁRIAS

A expressão Redes Solidárias significa a formação de grupos cujo objetivo mais importante é oferecer as condições para que pessoas possam exercer sua atividade, seja qual for a natureza, seja qual for a origem dessas pessoas. A palavra solidária significa aceite sem mecanismos sociais de exclusão, seja renda, raça, sexo, origem, etc. Redes solidárias criam um espaço social de legitimidade de grupos na sociedade mais ampla onde ele está inserido, mesmo que mostre contraste com os grupos dominantes. Atualmente o aceite e legitimidade de grupos solidários diversos cresce na medida em que surgem movimentos de integração e consciência da importância do “diverso” em participar do mesmo grupo onde o “não-diverso” existe.

Além desse objetivo social de “fazer parte”, as redes solidárias podem perseguir objetivos comerciais, como as associações de artesãos; ou objetivos de políticas públicas, como ocorre com as cooperativas de material

reciclável, que tem a importante função de sustentabilidade. Em qualquer situação, trata-se de grupos pequenos, que produzem de forma artesanal e com baixa escala, geralmente com circuitos próprios de comercialização e ação política. Na outra ponta, é importante contar com distribuidores e consumidores que estão dispostos a pagar preços mais altos para ajudar, diferente do sistema tradicional de barganha. Uma rede de apicultores do Nordeste do Brasil exporta mel para uma cidade coirmã na Suécia e os consumidores daquele país procuram oferecer o maior preço possível.

Essa outra forma adota princípios do mutualismo, do cooperativismo e das associações populares, buscando alternativas de participação social de pessoas com dificuldades de agir no modelo tradicional. Nessa forma o grupo é uma associação de pessoas, não de recursos; todos são donos da tarefa e a ação coletiva ocorre com base na cooperação e participação. O trabalho valoriza a dimensão social.

Um ponto importante é que cada grupo adquire sua forma distinta de se organizar e funcionar e essa diversidade é um caldo cultural que precisa ser reconhecido e preservado. Na pequena cidade de São José do Arraial, no Nordeste brasileiro, a moeda é social (o cocal) o que traz o benefício de não existir assalto e roubo de dinheiro, porque a moeda só circula no município. Essa diversidade é construída pela governança.

5. GOVERNANÇA COLABORATIVA

Governança é o conjunto de mecanismos que regulam as ações coletivas e o comportamento dos atores de um grupo. A governança permite a coordenação dos atores envolvidos na tarefa, através de regras, normas, práticas, valores e ética aceitos e compartilhados.

A ideia é a mesma seja em redes de negócios, ou de políticas públicas. Os mecanismos formais, contratuais, legais coexistem com os mecanismos criados pelo próprio grupo. É um conjunto de processos de tomada de decisão e controle que viabiliza a execução das ações.

A coexistência de mecanismos formais e colaborativos é amplamente discutida e defendida (GRANDORI & SODA, 1995). A afirmativa convergente

é que as regras da governança formal não solucionam todos os problemas previstos, ou inesperados, que aparecem para o grupo, gerando a necessidade de se fazer ajustes e acordos. É aqui que entra a governança colaborativa.

Governança colaborativa é um processo de ajuste e acordo de regras que é criado pelo próprio grupo que realiza a tarefa. Para que esse processo ocorra é necessário que no grupo exista dominância de relações sociais de confiança, comprometimento e cooperação, senão não haveria condições de reuniões para conversar sobre regras (MILAGRES, SILVA & REZENDE, 2016).

A primeira condição e característica para o desenvolvimento de um grupo solidário, portanto, é a existência de um ambiente positivo de relacionamento. Com esse ambiente é possível reunir-se para discutir e decidir sobre as regras do grupo.

A segunda característica da governança colaborativa é o seu caráter de inclusão, democracia e transparência. Num ambiente positivo de relacionamento as pessoas se motivam a participar das reuniões e das decisões, o que cria uma cultura de processo decisório coletivo. Essa cultura é fundamental para diminuir, ou mesmo eliminar resistências para seguir regras e agir no coletivo. Como ser contra uma regra que você mesmo ajudou a construir e implantar?

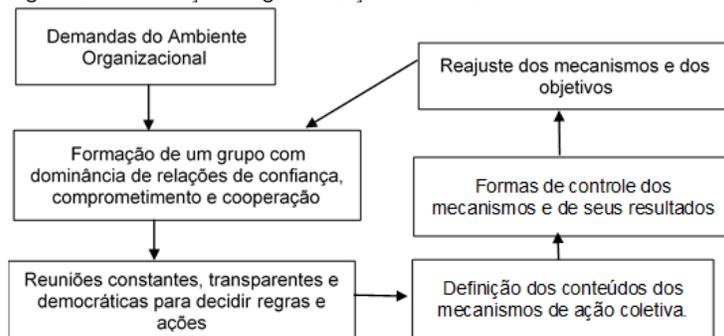
A terceira característica da governança colaborativa é o conteúdo do mecanismo. Os atores reunidos decidem sobre as regras que buscam resolver os problemas reais enfrentados por aquele grupo.

A quarta característica da governança colaborativa é a forma de controle para que as regras sejam seguidas. O controle é mais eficiente quando criado pelos próprios atores do grupo, que se comprometem em seguir as regras.

A quinta característica da governança colaborativa é o seu caráter de flexibilidade e ajuste diante dos resultados. Quando o próprio grupo assume a tarefa das regras, dos controles e dos resultados, cria-se um processo contínuo de ajuste das regras.

A Figura 1 mostra a sequência dos acontecimentos. É claro que nas rotinas de grupo essa ordem é subvertida, com fenômenos concomitantes, mas é apenas para ilustrar um possível desenho de pesquisa, ou plano de gestão.

Figura 1. A construção da governança colaborativa



O conceito de governança colaborativa como construção social dos mecanismos foi defendido por Sorensen e Torfing (2009). Os atores interagem por meio de negociações recorrentes, marcadas por conflitos de interesses, buscando sinergia e solução, seja a partir de normas já existentes, seja criando novas. O resultado dessa construção social permite a funcionalidade do grupo e a obtenção dos resultados.

Conforme se percebe nos parágrafos deste item, a governança colaborativa é um dos fatores mais importantes no desenvolvimento das redes e, no caso de redes solidárias, afirmamos que é o fator principal, básico, a partir do qual a rede se organiza.

6. ASSOCIAÇÃO DA GOVERNANÇA COLABORATIVA COM O DESENVOLVIMENTO DE REDES SOLIDÁRIAS

A governança colaborativa é o processo fundamental de formação de redes solidárias, porque nessas redes a participação de todos nas decisões é a regra, não a exceção. Tudo começa com um grupo que cria, ou já tem, um relacionamento positivo baseado em confiança e comprometimento. Nessa condição é possível sentar todo mundo junto para conversar sobre problemas

e decisões, resolver conflitos de interesses e decidir sobre os objetivos a serem alcançados. O próximo passo é resolver os mecanismos, as regras, as formas de trabalho e de compartilhamento no grupo. Daí seguem-se as normas de implantação e controle dos mecanismos criados. Finalmente, decide-se como acompanhar os resultados e como realizar os reajustes.

Nesse processo de decisões, acordos e acompanhamento, a governança colaborativa vai dando forma aos papéis e funções dos atores no grupo, criando a estrutura da rede. Afirma-se que a governança colaborativa é o eixo que determina o nascimento, o desenvolvimento, a manutenção, a estrutura e o funcionamento do grupo. É o seu coração e o seu cérebro ao mesmo tempo. No campo de gestão esse processo é denominado de autogestão.

7. REDES SOLIDÁRIAS E DIVERSIDADE NA AMÉRICA LATINA

Pelo exposto até aqui, fica evidente que as redes solidárias são manifestações de grupos que fogem ao padrão, ou homogeneidade que caracterizam as sociedades ocidentais. O mundo ocidental está fundado em formas de produção, consumo, distribuição de riqueza e poder que só permite a inclusão de grupos diversos se eles abandonarem exatamente o que os caracteriza, que é a diversidade.

As redes solidárias seguem outros padrões de produção, consumo, distribuição de riqueza e poder. A produção é coletiva e não competitiva entre os produtores. O consumo é ditado pelo valor ético de ajuda e não pelo valor de posse do produto. A distribuição de riqueza (e também dos custos) é equitativa. O poder é descentralizado, porque todos são responsáveis e donos.

Então, aquelas pessoas e instituições que podem e querem ajudar, seja o governo, Ongs, empresas com programas de responsabilidade social, devem partir do princípio de aceitação da diversidade porque é a marca, a identidade daquele grupo.

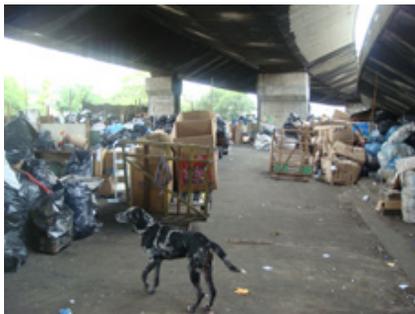
Os casos de redes solidárias diversas na América Latina são abundantes. Alguns desses grupos têm como objetivo a preservação da

identidade, da cultura e dos rituais de um grupo. É o caso dos quilombolas no Estado de São Paulo, no Brasil, que vendem artesanato e trabalham como guias turísticos, buscando preservar os rituais da cultura africana da qual descendem.

Cada grupo desenvolve sua forma diversa no tempo e no espaço, sendo um patrimônio daquele grupo, devendo ser reconhecido e consolidado. Esse reconhecimento e consolidação se dá pela liberdade de expressão, pelo pluralismo dos meios de comunicação, pela igualdade de acesso às expressões artísticas e ao conhecimento científico e tecnológico – inclusive em formato digital – e pela sua presença nos meios de expressão de culturas locais.

Assim, uma função importante de gestores, além de contribuírem para o funcionamento do grupo, é o desenvolvimento de ações de expressão do grupo na sociedade mais ampla na qual estão inseridos.

8. O EXEMPLO DA COOPERATIVA DE MATERIAL RECICLÁVEL G



Apresenta-se uma breve descrição da construção da governança colaborativa numa cooperativa de material reciclável na cidade de São Paulo, localizada em baixo de um viaduto, num local de encontro de catadores de rua.

Tudo começou com a iniciativa da atual presidente, também catadora, de reunir as pessoas que ali trabalhavam e pernoitavam para formarem uma associação. Como todos se conheciam, foi fácil criar um ambiente de comprometimento para a ação. A ajuda de especialistas veio dali mesmo, de uma instituição religiosa próxima ao local, que tinha programas de capacitação.

Iniciou-se, então, a fase de organização legal da cooperativa, onde as decisões partiam do grupo (quem seria o presidente, tesoureiro, etc.), com auxílio técnico da igreja. Superada essa fase, iniciou-se um momento mais crítico de modo de funcionamento. As discussões foram intensas. Um grupo defendia um sistema cooperativo puro (divisão equitativa de custos e lucros) e outro grupo defendia a remuneração por um sistema de produção. Um terceiro grupo defendia o modelo mais tradicional de “salário fixo”. Ao final, decidiu-se pela maioria, que propunha remuneração pela produção, que é um modelo misto entre o cooperativo e o competitivo.

No decorrer dos meses surgiram problemas de brigas entre cooperados, na questão de divisão de material a ser reciclado; de logística de captação de material na cidade; de entrada (ou não) de catadores avulsos no dia a dia da organização, para venderem seus produtos; dependência e conflitos com a igreja que apoiava (a cooperativa se distanciou da igreja e não pede mais sua ajuda). Seguindo as regras de governança colaborativa, todos os assuntos foram colocados nas reuniões semanais e decididos pelo grupo.

Embora se possa criticar o modelo misto adotado pelo grupo, deve-se lembrar que naquele local a competição pelo material reciclável é acirrada. Em volta do cercado da cooperativa vivem dezenas de catadores que pressionam a produção da própria cooperativa (porque se oferecem nos locais de coleta para recolher o material).

Essa convivência não é muito fácil, mas surgiu um fator aglutinador que está deixando essa rivalidade em segundo plano: a prefeitura determinou que ninguém pode trabalhar, ou ficar embaixo do viaduto, por motivos de segurança, principalmente incêndio. Todos que frequentam, ou vivem no local se uniram contra essa decisão e estão discutindo com a prefeitura.

9. CONCLUSÃO

Este capítulo apresentou a abordagem social de redes como teoria competente para se entender e agir na formação e manutenção de grupos solidários. Dentre as características que definem o formato de redes,

ressaltou-se a governança colaborativa como caminho de construção, manutenção e afirmativa de grupos solidários. Nesse caminho o grupo decide suas ações, suas formas de funcionamento e sua forma de participação na sociedade mais ampla.

Exemplos de grupos que seguem esse caminho estão se multiplicando na América Latina, conforme surgem programas mundiais como a Agenda 2030, que pressiona os governos do mundo para aceitar a diversidade. Basta olhar para alguns itens da Agenda 2030, tais como erradicação da pobreza (1), igualdade de gênero (5), trabalho decente (8) e redução das desigualdades (10).

As culturas locais estão ganhando cada vez mais espaço para se mostrarem e se legitimarem. Conforme Mance (2002), os Fóruns Sociais Mundiais são um espaço importante de encontro de pessoas que pertencem a redes espalhadas em todo o mundo, avançando na construção da globalização solidária. A integração dessas diversidades, que somente pode florescer plenamente onde houver colaboração solidária entre as pessoas, organizações e movimentos; tem como principal desafio a construção de redes de colaboração solidária, integrando, compartilhando e sustentando o conjunto dos avanços dos movimentos e organizações. Além disso, esses Fóruns trazem visibilidade desses grupos, diante de sociedades do mundo todo.

Uma importante visibilidade de diversidade ocorreu no Congresso Red Pilares, de 2018, no Chile, que foi centrado exatamente sobre o tema da diversidade na América Latina e que foi inspiração para a construção deste livro. Foram mais de 40 casos de grupos solidários, boa parte deles organizados no formato de redes, que forneceram evidência irrefutável da existência, importância e necessidade de reconhecimento e inclusão desses grupos.

Ao mesmo tempo em que as iniciativas florescem, também são acompanhadas de progresso científico, com a construção (e reconstrução) de modelos que se ocupam do coletivo, do cooperativo, depois de muitas décadas de dominância dos modelos competitivos nas organizações,

repetidos rotineiramente nas universidades. Teorias como a reciprocidade, de Mauss (1950), do conhecimento como relacionamento, de Maturana e Varela (1996), do paradigma de relacionamento, de Dyer e Singh (1998), ressurgem em novos modelos de inovação coletiva e abordagens sistêmicas, criando esse contexto acadêmico de valorização das redes solidárias.

Ao mesmo tempo surgem (e ressurgem) modelos de gestão que colocam em segundo plano as diretrizes de hierarquia e especialização, para considerarem os processos de baixo para cima, de autogestão. Exemplos de entidades brasileiras, tais como Reciclázaro e Reciclamp, entre muitas outras, seguem o princípio da autoridade e capacidade dos participantes em se organizarem.

Terminamos o capítulo comentando que, além dos objetivos evidentes de apresentar conceitos e argumentos de defesa da formação de grupos que são carimbados como “diversos”, também pretendemos com estes parágrafos criar momentos de reflexão nos leitores sobre como atuam profissionalmente e socialmente e como podem se engajar em ações de preservação de cultura e grupos que existem na sua região.

REFERÊNCIAS

ADIASIH, P.; LIANAWATI, V. **Asymmetry and Governance of Corporate Social Responsible Disclosure in Indonesia**. KnE Social Sciences, 3(11):151-169, 2019.

ANDERSON, E.; WEITZ, B. **The use of pledges to build and sustain commitment in distribution channels**. Journal of Marketing Research, 29(1):18-34, 1992.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DYER, J.; SINGH, H. **The relational view: Cooperative strategy and sources of Interorganizational competitive advantage**. Academy of Management Review, 23(4):660-679, 1998.

GRANDORI, A.; SODA, G. **Inter-firm networks: Antecedents, mechanisms and forms**. Organization Studies, 16(2):183-214, 1995

GRANOVETTER, M. **Economic Action and Social Structure: A Theory of Embeddedness**. American Journal of Sociology, 91(3):481-510, 1985.

KOKA, B.; PRESCOTT, J. **Designing Alliance Networks: The Influence of Network Position, Environmental Change, and Strategy on Firm Performance**. Strategic Management Journal, 29(6):639-661, 2008.

LEVI, M. **A state of trust.** In: **Braithwaite, V.**; LEVI, M. (Eds.) (1998) Trust and governance. New York: Russell Sage Foundation, 1998.

MANCE, E. **diversidad Cultural e Interculturalidade - Perspectivas y Desafíos dos Sectores Populares.** II Encuentro sobre Diversidad Cultural e Interculturalidad, Instituto del Desarrollo Humano, UNGS, Buenos Aires, 2002.

MATURANA, H. & VARELA, F. **El árbol del conocimiento: las bases biológicas del conocimiento humano.** Madrid: Debate, 1996.

MAUSS, M. Essai sur le don: forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques. In Mauss, M. Sociologie et Anthropologie. Paris: pUF (ed. original). Année Sociologique, seconde série, tome 1, Paris, 1923-1924, 1997 (1950)

MILAGRES, R.; SILVA, S.; REZENDE, O. **CONASS Debate – governança regional das redes de atenção à saúde.** 1ª.ed. Brasília: CONASS, 2016.

POWELL, W.; DIMAGGIO, P. **The New Institutionalism in Organizational Analysis.** Chicago: University of Chicago Press, 1991.

SORENSEN, E.; TORFING, J. **Making governance networks effective and democratic through metagovernance.** Public Administration, 87(2):234-258, 2009.

UZZI, B. **Social Structure and Competition in Interfirm Networks: The Paradox of Embeddedness.** Administrative Science Quarterly, 42(1):35-67, 1997.

CAPÍTULO 2

EL ESTUDIO DE LA ORGANIZACIÓN SOLIDARIA EN COLOMBIA Y SU CONTEXTO DE DIVERSIDAD

Data de submissão: 17/10/2020

Data de aceite: 06/11/2020

Wilson Noé Garcés Aguilar

PhD © en Administración de la Universidad del Valle. Docente investigador

Corporación Universitaria Autónoma del Cauca, Facultad de Ciencias Administrativas, Contables y Económicas, Popayán-Cauca, Colombia.

<https://bit.ly/2qvBHkE>

<https://orcid.org/0000-0002-0146-2894>

Lina Juliana Robayo Coral

Doctorante en Educación de la Universidad San Buenaventura. Docente investigadora

Fundación Universitaria Católica Lumen Gentium Cali, Facultad de Educación, Cali-Valle- Colombia.

<https://cutt.ly/Wu0kliN>

<https://orcid.org/0000-0002-2011-0173>

William Macias

Doctorante en Sociología. Docente investigador Corporación Universitaria Comfacauca, Popayan, Cauca.

<https://cutt.ly/ggU9nbQ>

RESUMEN: El capítulo desarrolla un rastreo por la identificación del

contexto en donde son estudiadas las organizaciones solidarias en el plano académico, para develar el diseño hegemónico de las organizaciones solidarias en Colombia, siendo esto el punto de partida para señalar la potencialidad de la emergencia de los estudios de las organizaciones solidarias en contextos de diversidad desde una grilla analítica contra hegemónica.

PALABRAS-CLAVES: Organización solidaria, diseño hegemónico, diversidad, contra hegemonía.

LAS ORGANIZACIONES SOLIDARIAS EN EL CONTEXTO ACADÉMICO

Las organizaciones solidarias en el contexto académico son comprendidas desde la categoría de economía social y solidaria, considerándose según Razeto (1997) “de la economía informal y popular, alternativas de supervivencia donde se privilegia lo asociativo, lo familiar y lo grupal, como medios para alcanzar propósitos económicos logrando expansión y reproducción ampliada” (Riascos, 2014: 236).

Sin embargo para Coraggio (2011), en las organizaciones sociales de la economía solidaria el factor cultural determina

no solo resultados económicos, sino acciones para satisfacer necesidades de los mismos actores, productores o consumidores... pero a diferencia de las capitalistas, su interés fundamental es asegurar una calidad creciente de vida para sus miembros, con un modelo de gestión democrático que no está orientada por la ganancia y la acumulación de capital sin límite (Riascos, 2014: 236)

En ese sentido la economía solidaria en Colombia es definida por el Estado como agenciadora de desarrollo, no obstante, sus prácticas tienen dos vertientes.

La primera centrada en la práctica capitalista y de complementariedad a la banca financiarizada y financiarizante, esta se ha preocupado por el modelo de desarrollo económico y los programas de educación nacional implementados. Han generado discriminación, segregación y racialización con respecto a diferentes pueblos en el Departamento del Cauca que presentan cosmovisiones otras con respecto al modelo impuesto.

La segunda preocupada por construir la economía otra que permita la pervivencia y la vida comunal, buscando soluciones concretas a problemáticas estructurales en comunidades debilitadas y vulnerables.

En el Departamento del Cauca la economía social y solidaria nos permite identificar prácticas endógenas con lógica territorial.

EL DISEÑO HEGEMÓNICO DE ORGANIZACIONES SOLIDARIAS EN COLOMBIA

Según la Unidad Administrativa de Organizaciones Solidarias las ESALES activas en el Cauca hasta marzo de 2017 son 6.187 organizaciones, distribuidas así:

a. Organizaciones denominadas de economía solidaria

Entidades de naturaliza Cooperativa	838	(13,5%)
Fondo de empleados	15	(0,2%)
Asociaciones Mutuales	8	(0,1%)

b. Organizaciones agrupadas en solidarias de desarrollo

Asociaciones Campesinas nal. y no nales.	371	(6%)
Corporaciones	329	(5,3%)
Fundaciones	1384	(22,4%)
Demás organizaciones: Civiles, Corpor, Etc	3242	(52,4%)

Dicha clasificación atrapa el sentido de lo solidario, y lo impregna en un primer momento de economía solidaria al capitalismo y en un segundo momento las destina a ser solidarias al desarrollo.

Para lograr aproximarse a dichos cuestionamientos se hace necesario remontarse al periodo de gobierno nacional bajo el plan de desarrollo “Estado Comunitario: desarrollo para todos” del segundo periodo Uribe VÉLEZ en el cual el DAN– Departamento Administrativo Nacional de Economía Solidaria, generó los lineamientos que hoy siguen vigentes.

Dichos lineamientos hacen explícito el sentido de un “desarrollo empresarial solidario” o “desarrollo socio empresarial solidario”, lo cual centra la lógica empresarial como núcleo organizacional y lo solidario en términos empresariales, de ahí que abogue por “emprendimiento solidario” enclave de “plan de negocio”.

Además, plantea que lo solidario en Colombia debe ser entendido como “ideales filantrópicos” (DANSOCIAL, 2007:7) situando “organizaciones de la empresarialidad social y solidaria” (DANSOCIAL, 2007:8). Bajo conceptos básicos tales como la filantropía, caridad y altruismo.

Dicha “doctrina base” de las ESALES deben (pre)suponer “la definición de los principios generales del sector solidario, tomando los cinco principios fundamentales de la economía social en Europa” (DANSOCIAL, 2007:10), “la declaración de principios de la confederación colombiana de ONG (ccong) como gremio” dejando esto claro el para quien son solidarias,

bajo un efecto de “flujo mutua (entre los miembros de la organización), y flujo altruista (desde la organización hacia la sociedad)” (DANSOCIAL, 2007:11).

Para esta perspectiva es necesario producir capital humano, capital social y responsabilidad social desde un sin ánimo de lucro en tanto “espacio específico que las define en términos empresariales” (DANSOCIAL, 2007:11).

Se habla de capital humano como aquello intangible o no material que permitiría “el aumento de la productividad del trabajo”(DANSOCIAL, 2007:15), por capital social como aquello que se “enmarcada inicialmente en la diferenciación de tres formas de capital económico, cultural y social” y como responsabilidad social en tanto “eje articulador” en donde

“los ciudadanos y en general los miembros de la sociedad son responsables de la situación presente y futura de la misma, que el Estado como administrador de la nación y garante del bien común tiene que ejercer su rol, pero que el resto de los actores sociales deben tomar parte activa en la construcción de la sociedad” (DANSOCIAL, 2007:15)

Ahora bien si de alguna manera el 96% de las organizaciones sociales y solidarias legitiman institucionalmente el diseño hegemónico anteriormente descrito y en virtud de él y en consonancia con los lineamientos de Dansocial aplican herramientas y lógicas del managment, el restante 4% se enfrentan contextualmente en lo rural a la precarización del campo, la subsistencia de quienes lo habitan y en consecuencia de las políticas económicas, de tratados de libre comercio y la concesión del país al capital extranjero y sus prácticas de implantación de la economía trasnacional hegemónica y de usurpación del territorio. No obstante, desde ahí resisten y juegan con el diseño hegemónico.

TRAZOS DE DISEÑO CONTRA HEGEMÓNICO

En esa medida habría que discutir el sentido de las organizaciones sociales en contexto de resistencia, subsistencia y pervivencia. En las cuales la administración vuelve a la esencia de la vida y propone el autogobierno como punto de partida, la razón comunal como espectro de convivencia y el bien común como proceso, pero también como fin.

De ahí que pretender desarrollar pensamiento administrativo podría ser comprendido desde el sentí-pensar, el cual implica una irrupción cognitiva y comprensiva de la administración tradicional para adentrarse en el contexto de diversidad sociocultural y económica propios de un Cauca diverso.

A continuación, se sitúa el fenómeno de las organizaciones solidarias en el marco de la institucionalidad del Estado, las empresas (multinacionales principalmente), la cooperación internacional y la guerra civil. Esto con el fin de dar cuenta del contexto en el cual se desenvuelven las organizaciones solidarias de base comunal en el Departamento del Cauca, Colombia. La pretensión no podría ser otra que dar cuenta del complejo entramado social en el que están inmersas.

En un segundo momento se presenta las organizaciones sociales y solidarias desde un símil con máquina trivial y máquina no trivial desde la perspectiva de Von Forester (1997) buscando dar cuenta de intenciones, lógicas y relacionamientos desde los cuales las organizaciones logran situarse claramente en una lógica legal Estatal de complementariedad capitalista o en una lógica comunal, lo cual permite ver los rasgos de diferencia organizacional que se pueden llegar a encontrar en la economía solidaria.

Para finalmente dar cuenta de una aproximación a la estructuración socio epistemológica del campo de los estudios interdisciplinarios de la organización solidaria.

EL CONTEXTO DE LAS ORGANIZACIONES SOCIALES Y SOLIDARIAS EN COLOMBIA.

Las bases epistemológicas para entender las organizaciones solidarias toman en Colombia dos matices para comprender la ontología del fenómeno, por una parte, el Estado y la mutación jurídica, quienes definen a las organizaciones solidarias como agenciadoras de desarrollo, y por tanto el uso de estas organizaciones por parte del Estado para la ejecución de políticas públicas (Organizaciones No Gubernamentales), la tercerización del trabajo (Cooperativas de Trabajo Asociado), y el asistencialismo empresarial

para la reducción de impuestos (Fundaciones, etc.), las cuales encubren bajo las retóricas solidarias prácticas capitalistas y de complementariedad tanto al accionar neoliberal del Estado como a la banca. Tomando por tanto la solidaridad un sentido de perfeccionamiento del capitalismo en tanto modelo de desarrollo económico.

Por otra parte, se encuentran las organizaciones sociales de tejido comunitario, las cuales construyen una economía otra que permita la pervivencia y la vida comunal, buscando soluciones concretas a problemáticas estructurales en comunidades debilitadas y vulnerables. Tal es el caso del Departamento del Cauca, que, por su diversidad étnica, la riqueza de sus tradiciones y su amplio acervo cultural e histórico, constituyen un escenario de estudio en el cual la economía social y solidaria nos permite identificar prácticas endógenas de desarrollo territorial.

Así las cosas, realizando una lectura metodológica del texto “Estrategias. Actualidad y futuros de la investigación” (MARTINET AND THIETART, 2001) y lo expuesto anteriormente cabe la pena preguntarse sobre el “logos”, “nomos” y “cosmos”, de la economía solidaria en tanto objeto formal de investigación y por tanto de las organizaciones solidarias en tanto objeto material.

Para ello el “logos” entendido como discurso encuentra dos vertientes; la organización solidaria como complementariedad al Estado Capitalista y la organización social como forma solidaria. Estos dos discursos convergen en la economía solidaria colombiana, dado que jurídicamente deben constituirse bajo los marcos legales y financieros del Estado, más los razonamientos de las formas organizativas difieren.

De ahí que el “nomos” sea dinámico o esté en movimiento entre la ley uní-versal jurídica del Estado y la construcción social de lo comunitario que se entreteje en las organizaciones sociales, es decir en el orden de lo comunal.

Por ejemplo, en la ruralidad del Municipio de Cajibío, específicamente sobre la unidad geográfica denominada Vereda Ortega, a través de la

conversación y la riqueza de los relatos, desde la perspectiva de Zea, quien menciona que “mi cuerpo escucha lo que escucha al traer a la mano mis conversaciones inmediatas, recientes y lejanas; el cuerpo del otro escucha lo que escucha al traer a la mano sus conversaciones inmediatas, recientes y lejanas” (ZEA, 2004), para el caso de Cajibío un líder plantea que:

Esta vereda autogestiona sus procesos comunales, tenemos tres organizaciones solidarias; Asociación de Campesinos para comercializar Legumbres, Asociación de Cafeteros y Paneleros para Comercializar Café y “bajar” los subsidios del Estado y Fundación para la reintegración social. (DIARIO DE CAMPO, 2018. Don Simón campesino de la vereda Ortega)

La vereda azotada por la guerra civil, específicamente por la guerrilla de las FARC y el Ejército Estatal, despojó de tierras a sus habitantes. (GUTIERREZ, Abril 2015). En primera instancia porque la guerrilla obligó a vincularse a los hombres de la vereda a sus filas y en segundo lugar porque a las mujeres que quedaron en las fincas las obligó a sembrar coca. El Estado, en tanto agente y “ser a la vez social, político, cultural, ideológico, mítico, religioso”(MORIN, 1998) pretendió territorializar con su fuerza militar al ver que sembraban coca y les amenazó con el despojo de las tierras argumentando “cultivos ilícitos”.

Así las cosas,

...fueron las mujeres quienes asumieron el rol de tejedoras de vida y afrontaron a las FARC para que les devolvieran a sus hijos y esposos, y por otra parte al Estado para que les ofreciera garantías para erradicar la guerra de su vereda y los cultivos ilícitos (DIARIO DE CAMPO, 2019. Campesino Julio)

El Estado les exigió que conformaran una Fundación para otorgarles recursos, esto da cuenta del modo de ser cínico propuesto por Zapata Domínguez (2009) si consideramos desde Maris (1999) que los gurúes del Estado consideraron implementar la idea de desarrollo a través del asistencialismo, direccionado por tecnócratas economistas y profesionales de intervención social los cuales denominaron dicho proceso como de reintegración social (ARN, 2013). Las FARC devolvieron a los hombres a su vereda bajo el acuerdo de informantes y meses después les exigieron

vacunas. No obstante, y aunque aún se sigue con ese régimen, son las mujeres de la vereda quienes administran las organizaciones sociales y solidarias, quienes agenciaron el proceso de desmovilización tanto de sus familiares que estaban en las filas de las FARC como de las autodefensas que ellos mismos habían conformado¹.

En este ejemplo (caso real) se puede evidenciar que el logos de las organizaciones de vocación agrícola de la vereda responde al “nomos” de la forma social y que por tanto configuró un cosmos de resistencia, resiliencia y re-existencia centrada en la organización social, la cual utiliza lo solidario como un medio para comercializar sus productos, mas no como fin legal o jurídico.

Por su parte la Fundación de reintegración solo se activa cuando el Estado requiere ejecutar recursos de política pública o asistencialismo de cooperación internacional. Esto da cuenta de la complejidad de la organización expuesta por Simon & Joffre (1989) en tanto como se verá de manera seguida sus lógicas responde de forma trivial y no trivial en virtud del relacionamiento y apuesta de conservación del núcleo de comunidad.

La FAO considera que las organizaciones campesinas, también llamadas organizaciones locales, comunitarias, rurales o populares son agrupaciones de base, formales o informales, voluntarias, democráticas, cuyo fin primario es promover los objetivos económicos o sociales de sus miembros. Independientemente de su situación jurídica o grado de formalización se caracterizan por ser grupos de personas que tienen por lo menos un objetivo común. Actúan conjuntamente ante las autoridades locales asociadas a la idea del desarrollo “de abajo hacia arriba” y constituyen mecanismos para la obtención de créditos, insumos, capacitación y otros servicios promoviendo el bienestar de sus miembros (FAO, 1991).

De acuerdo con la FAO los pequeños agricultores, trabajadores rurales, campesinos sin tierra, y otros grupos desventajados de la población rural no tienen poder de negociación suficiente para lograr que sus pedidos

¹ Para ampliar información al respecto se sugiere revisar <https://social.shorthand.com/AsiO-currio/nyfVEz7N0/cajibio-caucacaja-de-vientodespues-de-la-violencia-camino-al-cafe>

sean atendidos. De ahí la importancia de agruparse y aunar esfuerzos para formular ante las autoridades demandas que representen los intereses de la totalidad de sus miembros.

La FAO define una topología dentro de la organización campesina presentada para América Latina:

- Comunidades campesinas
- Cooperativas agrarias
- Formas organizativas creadas en el marco de la reforma agraria
- Sindicatos y Federaciones de trabajadores rurales y campesinos
- Organizaciones de mujeres rurales
- Otras formas de organización local

Aunque son pocos los estudios que se han realizado en la perspectiva de los estudios organizacionales del campesinado en América Latina, en países como México y Chile se evidencian estudios organizacionales sobre el campesinado, situándolos en el marco de comprender la cultura organizacional y los diseños cognitivos y las “*estructuras interpretativas, organizacionales compartidas, racionales e irracionales (en el sentido técnico) que existen en un momento dado y que actúan como guías potenciales del comportarse en un sistema organizacional*” desde la perspectiva de Arnold (2008), el cual ha desarrollado un modelo de cultura organizacional que se centra en tres dimensiones, a saber: Las *etnosociologías* o modalidades de organización: rutinas y costumbres dentro de la organización; los *etnoconocimientos*: proposiciones y creencias compartidas, relacionadas con la operatoria organizacional; y las *etnocogniciones*: premisas y orientaciones significativas (culturales) básicas. Estas variables constituyen esquemas de distinción de la misma organización (etno) respecto de sí y de su entorno relevante. Constituyen una observación de sus observaciones (segundo orden) y un modelo de observación cultural.

Reconociendo en este tipo de estudio los valores y principios, formas de organización y conocimientos, identificando una riqueza en el capital social que se le debe, en gran parte, al trabajo. Son organizaciones de acuerdo con

Cadena (2002) en aprendizaje lo que facilita mucho una propuesta de esta índole, respecto a talleres de formación y capacitación.

Dichos estudios van por la vía de la inserción a la lógica del capital de organizaciones solidarias que a su vez requieren adaptaciones del management para su mejoramiento, eficacia y eficiencia.

UNA GRILLA ANALÍTICA PARA EL ESTUDIO DE LAS ORGANIZACIONES SOLIDARIAS CAMPESINAS

Las organizaciones solidarias en Colombia entonces se pueden entender desde la perspectiva de Von Forester (1997) como máquina trivial y máquina no trivial.

Por máquina trivial podemos asimilar las organizaciones solidarias complementarias al capitalismo pues la entrada, función y salida se demarcan claramente en la lógica lineal del Estado Colombiano, dado que “pese a la variedad de contextos de los ejemplos, el esquema de argumento, lógica y operación es el mismo: debido a la relación invariable, f , entre entrada, x , y salida” (FOERSTER, 1997)

Por máquina no trivial el símil hacia las organizaciones solidarias de tejido comunal, en tanto la característica esencial “es la desobediencia”, es decir “obedece a una voz diferente. Tal vez se podría decir que obedece a su voz interior.” (FOERSTER, 1997), con ello la voz interior se entreteje con el abigarramiento de lo común, construido de forma comunitaria.

Las organizaciones solidarias asimiladas como máquinas no triviales tienen un relacionamiento interior y exterior que determina las salidas, en ese sentido su función opera “el sistema como una máquina dentro de otra máquina” (FOERSTER, 1997).

En consecuencia (FOERSTER, 1997) reconoce limitaciones de las máquinas no triviales pero a su vez principios tales como “sintéticamente determinadas...dependientes de la historia...analíticamente indeterminables... analíticamente impredecibles...” mientras que las organizaciones sociales y solidarias son no triviales y por tanto indeterminables, su abordaje se vuelve

impredicible, mas su historia determina unos rasgos ontológicos importantes para observar lo sintético que las determina, en este caso por el Estado Colombiano, pero en la academia por los economistas sociales.

No obstante, hay que tener en consideración que la asociación de comercialización de café juega un papel de complementariedad de facto en los términos de (MORIN, 1999) pues se sitúa en la lógica del Estado pero también en la comunal, compartiendo sistemas de pensamiento (empírico/racional y simbólico/mitológico), lo cual “aunque incomprensibles él una para el otro, e incomprensivos el uno del otro, se completan, parasitan y conjugan mutuamente” (MORIN, 1999).

POR UNA APROXIMACIÓN A LA ESTRUCTURACIÓN SOCIO EPISTEMOLÓGICA DEL CAMPO DE LOS ESTUDIOS INTERDISCIPLINARIOS DE LA ORGANIZACIÓN SOLIDARIA.

Tomando como base la “Tableau 1 Ancrage disciplinaire et domanoines” (Dery, 2001) y lo planteado anteriormente se puede establecer lo siguiente:

Adaptación de Dery (2001) “Tableau 1 Ancrage disciplinaire et domanoines”

	Dominio epistemológico		Dominio ontológico	
Anclaje disciplinario	Proyecto	Labor	Objeto real y concreto	Objeto abstracto formal
Historiografía		Reactivos (motivos) de organización	Organizaciones sociales y solidarias	Economía solidaria
Etnografía	Formas de organización	Proliferaciones en Administración	Otras formas de administrar	Otros significados y sentidos de administración
Administración	Administración desde la diferencia	Posicionamientos desde los repertorios de relación interno y externo	Asimetría entre economía capitalista y economía comunal-solidaria	Asimetría entre modernidad y alternativas de modernidad o no modernidad
Ciencia política	Gestión/No gestión			
Economía	Autogestión			
Sociología	Gestación			

Realizada por el autor 2019.

De ahí la importancia de la investigación sugerida por (DAVID, 2000) en tanto la perspectiva metodológica de comprender los espacios vitales donde se trama lo social y se configura la acción.

Llamado acucioso que desde el entramado global realiza Aktouf (2009) y en el cual sitúa la complicidad de la administración tradicional (KLISKBERG, 1975).

No obstante, las organizaciones rurales responden a la capacidad de resistencia en la práctica de quienes a pesar de un panorama desolador hacen de la finca un espacio de libertad. Pues de acuerdo con Pérez (1998) la construcción concreta deviene de la construcción mental colectiva que determina la existencia y por tanto el proyecto de transformación desde la base comunal.

LA EMERGENCIA DEL ESTUDIO DE LAS ORGANIZACIONES SOLIDARIAS CAMPESINAS.

Para una teoría emergente en una Latinoamérica diversa es necesario una lectura de nuestros contextos desde una academia sobria, consciente de su papel en la sociedad y militante con la transformación, capaz de acentuar las intencionalidades del Estado, el régimen legal, financiero, económico y sociocultural.

De ahí que desde una aproximación a la estructuración socio epistemológica del campo de los estudios interdisciplinarios de la organización solidaria en un contexto recrudescido como lo es el rural, con gente “normal” y desde abajo, es menester ir construyendo una teoría que se parezca más a lo que vivimos, a la cotidianidad rural Latinoamericana.

La posibilidad que en la investigación se asume es por la vía constructivista en la administración (MUÑOZ GRISALES, 2011) a partir de la línea de Dery (2001) y Martinet & Thietart (2001), no obstante es de notarse que desde Foerster (1997) se apuesta de constructivismo radical.

Queda pues un camino posible para construir teoría de la organización y la administración desde un enclave de diferencia organizacional.

Pues por la vía tradicional para ser más precisos, tal y como se ha expuesto, las escuelas de pensamiento han configurado una Hidra de Lerna, un ser mitológico que encierra cabezas prácticas e intelectuales, en la cual aún la perspectiva crítica resulta infértil y funcionales al discurso clásico y hegemónico, creando intramuros litigiosos de conocimiento experto, tribunales de la razón y pensamiento administrativos basados en autoridad y en narrativas con-coloniales.

De lo anterior señaló con fuerza el ser mitológico en tanto se ha vuelto mito a los clásicos, leyéndose a conveniencia sus debates fundadores (ADLER, 2009) y legitimándose sus interpretaciones por comunidades “científicas” que resultan ser la mano armada de la modernidad.

De ahí que el pensamiento administrativo contemporáneo sea necesario leerlo de manera deconstructiva, desde lo contemporáneo se puede observar la intención de complementariedad y de avance científico (GONZALES-MIRANDA, 2014) que se les asigna a los estudios organizacionales por parte del mundo de la academia, pero alejado de la realidad, en tanto buscó conservar el statu quo de la administración tradicional.

No obstante, en América Latina y en México de manera seminal Ibarra y Montaña (1992) abonaron el camino para “la reflexión crítica de la realidad social” o del fenómeno social argumentando que “el estudio del fenómeno organizacional no puede ser considerado, sino como una forma relevante de comprensión de la propia realidad social”.

Bajo esta perspectiva y la pertinencia de los estudios de las organizaciones en la contemporaneidad Latinoamericana vale la pena preguntarse ¿y si nos descentramos del canon de la ciencia en la administración? ¿y si nos impensamos los estudios organizacionales? ¿y si nos asumimos en tanto investigadores “pertinentes” en una Latinoamérica de diversidad cultural, de luchas, de resistencias y/o alternativas a la modernidad?

DESCENTRARNOS DE LA PRETENSIÓN DE –CANON– DE CIENCIA EN LA ADMINISTRACIÓN.

J. Alexander (1990) nos permite observar cómo la centralidad de clásicos y sus constantes interpretaciones y conversión a un aspecto vanaglorioso terminan por convertirse en un dispositivo de colonialidad del saber y la razón científica como dispositivo de fragmentación de la realidad en tanto segmentación y clasificación de las formas de conocer. Construyendo un discurso bajo la pretensión universal.

En ese sentido los clásicos sirven de fetiche a investigadores contemporáneos, en tanto los marcos referenciales en la academia están basados en el conocimiento sobre estos, reafirmando las modas y forzosas explicaciones de la realidad contemporánea a partir del clásico de preferencia, para con ello además adherirse a la comunidad que legitima a dicho clásico en una aparente elección.

De fondo por cualquier vía esta la alienación a conceptos por devoción, configurando un sistema de creencias para terminar amando las cabezas de la hidra que con su aliento colonizan de a poco el saber, la forma de conocer y por tanto de pensar.

Enmarcados en la lógica anterior descentrarnos implica un giro hacia la condición postmoderna que con François Lyotard nos permitiría identificar que “los vínculos sociales se han deteriorado, los grandes discursos emancipadores también; el saber instrumental se impone, el relato de la legitimación del saber ya no puede sustentarse, la idea de la verdad ha sido desplazada en el mundo del conocimiento por los juegos de lenguajes diferentes”.

En ese sentido descentrarnos de la pretensión de canon implicaría disentir del conocimiento “moderno” en abstracto y utilitarismos academicistas cientista en concreto. Así como del pensamiento “único” que configura sujetos institucionalizados o sujetos a prácticas sociales alienantes.

En principio porque la formalidad de conceptos, teorías, formas escriturales, institucionalizaciones y rigores académico/intelectuales sujetan

los contenidos cognitivos a unas especies de diásporas narrativas coloniales, las cuales forjan discursividades que encapsulan y reproducen verdades, encierran o crean intramuros litigiosos de conocimientos “expertos”, categorizan la realidad social en una o varias formas de conocer-separar desde el imaginario político-burocrático la realidad social, logrando con ello representaciones continuistas y homogéneas.

IMPENSARNOS LOS ESTUDIOS ORGANIZACIONALES.

Pero si el descentrarnos nos dejaría sin un piso (ontológico para la tribu académica - universitaria) o marco referencial, el impensarnos nos ayudaría a reflexionar.

Wallerstein (1999) llama a las ciencias sociales a la necesidad de impensarnos

debido a que muchas de sus suposiciones—engañosas y constrictivas, desde mi punto de vista—están demasiado arraigadas en nuestra mentalidad. Dichas suposiciones, otrora consideradas liberadoras del espíritu, hoy en día son la principal barrera intelectual para analizar con algún fin útil el mundo social.

En este enclave no solo las personas estamos llamadas a impensar formas de conocer, de ser y de pensar, sino también las instituciones y en consecuencia “la performatividad dentro de un sistema social es la regla que define la pertinencia de las instituciones” (VILLAVICENCIA et al, 2001).

De ahí que en los estudios organizacionales siguiendo a Montaña (2004)

la organización, en tanto espacio social complejo, puede ser entendida como un punto de encuentro, donde se entrecruzan diversas lógicas de acción—política, cultural, afectiva, racional, etcétera, múltiples actores que propugnan por diversos proyectos sociales y, por lo tanto, distintas interpretaciones del sentido institucional, reflejando intereses particulares, pero también ilusiones, fantasías y angustia.

De esta manera impensar los estudios de la organización nos invitan como mínimo a un abordaje interdisciplinario o transdisciplinario, de interpretación densa, con pretensiones de inteligibilidad ante la realidad social,

de deconstrucción de las representaciones, de cartografiar en el entramado geopolítico la contemporaneidad, de pensarnos más allá del funcionalismo servil al capitalismo y por tanto al estudio comprometido con la trama de la vida, con la minga de resistencia, con matrices socio- culturales otras.

LOS ESTUDIOS ORGANIZACIONALES ENCLAVE DE UNA LATINOAMÉRICA DE DIVERSIDAD

Si bien los estudios organizacionales han dado un giro cognitivo hacia lo cultural, lingüístico, el poder, la violencia, las anarquías, isomorfismos, psicoanálisis, entre otros, en una apuesta por comprensión ampliada de la realidad y partiendo que “todos coinciden en que en las organizaciones se gesta una parte importante del proyecto social” (MONTAÑO, 1992), la circunstancia de la realidad Latinoamericana sin lugar a dudas hace un llamado al abordaje de esos “otros” proyectos sociales que con fuerza se levantan desde comunidades indígenas, afrodescendientes y campesinas.

Pues estas comunidades que hacen diversa a Latinoamérica en prácticas sociales, en formas de entendimiento de la realidad, en contenidos de la vida, en resistencias a las hegemonías imperantes y en consecuencia posibilitan otras epistemes, puntos divergentes de interacción. Ante ello los estudios organizacionales ha centrado su atención a organizaciones propias del capitalismo, tanto en la escala macro (geopolítica) como institucional (estado moderno, burocracia ideal, supuestos de administración tradicional).

Por ello para abordar otras matrices socio-culturales se debe pensar en el diseño ontológico en tanto enclave del diseño organizacional, pues se debe ir a la esencia de la forma/contenido desde la cual se dan las organizaciones en matrices culturales.

Por tanto, la incidencia que el trasegar histórico social tiene en el yo organizacional, en cuanto en esta se configura mundo (HEIDEGGER, 1983), se refleja el espacio y tiempo (HEIDEGGER, 1997), se manifiestan los sistemas de pensamiento (CRUZ KRONFLY, 2010), se genera lenguaje y se moviliza la palabra, configurándose la condición de humanidad (moderna/no

moderna), la cual es agenciada a través de las identidades como dispositivo de gestión, es clave.

En ese sentido, el diseño ontológico determina el diseño organizacional, en tanto establece el marco referencial (GOFFMAN, 2006) de la realidad social (SEARLE, 1995) y los sentidos del mundo de la vida. (SCHUTZ Y LUCKMANN, 2003).

¿DIVERSIDAD ORGANIZACIONAL U ORGANIZACIONES EN CONTEXTOS DE DIVERSIDAD SOCIO-CULTURAL?

El estudio de las organizaciones ha dado por llamarse estudios organizacionales, haciendo uso del sufijo adjetivizador -al -ales, el cual adiciona “lexías de base sustantivales” que configuran monemas y semas, que en síntesis establecen una unidad funcional de significado sistemático. Dicho juego léxico semántico es propio del lenguaje administrativo según Lubomír Bartos (1998:41), para Guerrero Ramos (1995) en el fondo es la generación de neologismos lo perseguido por el lenguaje administrativo.

Según la RAE (Real Academia Española) lo organizacional es adjetivo de organizativo y este a su vez es relativo o perteneciente a la organización. Por organización en términos administrativos se refiere a la “...asociación de personas regulada por un conjunto de normas en función de determinados fines” en el cual hay una “acción y efecto de organizar u organizarse” presentándose “disposición, arreglo, orden”.

De ahí la necesidad de deconstruir el neologismo léxico “organizacionales”, incluso mas allá del plano lingüístico, propósito en la clave del plano cultural y político. Pues aunque la administración tradicional se ha construido socialmente también en sistemas esclavistas, gamonalistas, hacendatarios y capitalistas, es decir que si tuviésemos rigor historiográfico y ánimo investigativo se puede dar cuenta de la administración esclavista, la administración gamonalistas, la administración hacendaria y la administración capitalistas (hoy hegemónica), también se debería dar cuenta de la administración del palenque cimarrón, del resguardo indígena, de las

reservas campesinas, de los consejos comunitarios, de la lucha social, es decir de la administración en resistencias y re-existencias en tanto construcciones sociales “otras”.

LA CONSTRUCCIÓN SOCIAL EN LA ADMINISTRACIÓN Y LOS ESTUDIOS DE LA ORGANIZACIÓN DESDE LA DIVERSIDAD

Estudiar la diversidad de las organizaciones entonces en contextos interculturales críticos bajo un panorama centrado en la ruralidad del Departamento del Cauca, indica situarse en la construcción social de la administración si la pensamos en la relación realidad-conocimiento-praxis social.

En ese sentido, la construcción social en la administración debe pasarse por las formas-contenido en la organización, las utopías, apuestas concretas, lógicas de la acción, epistemologías efervescentes en los procesos, teleologías y por ende las gestaciones desde las comunidades.

Pues de acuerdo con Gomez Lende (2005) “...el contenido adquiere una nueva dimensión al encajarse en la forma...” entonces puede retomar a DiMaggio y Powell, (1983) para reconocer que “...en la práctica, la perspectiva institucional se centra en el proceso de reproducción simbólica de la forma más que en la naturaleza o grado de cambio del entorno institucional macro cultural”, para plantear que “...las formas-contenido, logran ser poseedoras de valores, significados y representaciones sociales, siendo programadas funcional y estructuralmente a través de un proceso de producción socialmente organizado...” (GOMEZ LENDE, 2005).

En ese sentido para Montañó (2006) “...el avance del estudio de las organizaciones reside precisamente en el reconocimiento de las particularidades institucionales, culturales, etc. que delimitan y orientan nuestra mirada analítica”.

Así las cosas, algunas formas contenido claves para la construcción social en la administración y los estudios de la organización desde la diversidad en esta investigación son la comunalidad, la relacionalidad constitutiva de multiplicidades, la pluriversidad y el diseño autónomo o co-diseño.

Por comunalidad Toledo (2016) comenta que es “...un fenómeno vivo” inventado por los intelectuales indígenas Floriberto Díaz y Jaime Martínez al calor de “...la lucha social, la resistencia comunitaria y regional” (2016:179) en organizaciones sociales en México.

De la comunalidad Toledo (2016) destaca que “toca todos los aspectos de la vida social y socio-natural, aunque hace especial énfasis en lo ético, lo educativo y en la gobernanza” (2016:179).

Para Toledo (2016) la definición formulada por Jaime Martínez Luna en su obra “Eso que llaman comunalidad”, es de “enorme fuerza telúrica” destacando su “contundente posición contestataria” a decir:

Somos Comunalidad, lo opuesto a la individualidad, somos territorio comunal no propiedad privada, somos compartencia no competencia, somos politeísmo no monoteísmo. Somos intercambio no negocio, diversidad no igualdad, aunque a nombre de la igualdad también se nos oprima. Somos interdependientes, no libres. Tenemos autoridades, no monarcas. Así como se han basado en el derecho y en la violencia para someternos, en el derecho y en la concordia nos basamos para replicar, para anunciar lo que queremos y qué deseamos ser (2016:184).

Por relacionalidad se comprende de acuerdo Gergen (2015); como la interacción social que permite “en cada momento relacional entraríamos en sintonía con nuestro entorno, absorberíamos su potencial, crearíamos nuevas amalgamas y las devolveríamos al flujo mayor de relaciones en el que nos constituimos” (GERGEN,2015:96).

De esta manera la relacionalidad nos permitiría “vínculo e interconexión entre todos los elementos que conforman la totalidad” (QUIJANO-VALENCIA 2016:156)

De ahí que la relacionalidad permita dar cuenta de la “Multiplicidad” entendida como

práctica, horizonte y principio de posibilidad. Tal categoría tiene como sustrato el aporte analítico proporcionado, de una parte, por pensadores de la filosofía y política de la diferencia y la multiplicidad y, de otra, por pensadores latinoamericanos y tercermundistas que han imaginado y explicado el mundo como un tejido heterogéneo, donde la diversidad es una histórica condición de hecho (QUIJANO-VALENCIA 2016:156).

En ese sentido la relacionalidad permite a su vez estudiar las lógicas de la acción y en consecuencia de la organización, de ahí que de acuerdo con Alonso (2007) las lógicas de la acción se

construyen en los mismos regímenes de acción históricamente determinados logrando con ello situar la explicación social en las razones prácticas de los agentes para evidenciar con ello un marco social múltiple, diverso, conflictivo e histórico suscita una pluralidad de lógicas de acción concretas

En tanto “sólo una sociología concreta y relacional históricamente enfocada que estudie las lógicas de acción de actores reales en contextos reales (lo que hace que lo micro y lo macro, así como lo interno y lo externo, se integren inmediatamente como perspectivas de escala múltiple) puede salvar a las teorías de la organización de un formalismo paralizante estéril”.

En tanto pluriversalidad denota pluri de plural, versidad de versar, en ese sentido la pluriversalidad es entendida como la capacidad de poder versar desde la diversidad, versar desde otras formas de entendimiento, comprensión y formas de vivir/existir en el mundo.

Es entonces un posicionamiento clave para la construcción social de la administración en tanto

paradigma que contrapone a la universalidad donde se muestre la emergencia de pensamientos otros/proprios que parten desde lógicas, modelos, metodologías, subjetividades, experiencias y prácticas con historias coloniales de no-existencia (LEÓN-CASTRO: 2015:270).

Es decir, como núcleo de inteligibilidad, “conjunto de artefactos argumentales” (AYÚS REYES y MENDOZA MOLINA, 1999: 73) que permiten “interpretar/dar sentido mediante criterios propios de una comunidad particular” (GERGEN, 1996 citado por AYÚS REYES y MENDOZA MOLINA, 1999: 73).

De ahí que para comprender la pluriversalidad se debe tener en cuenta que

cualquier núcleo de inteligibilidad está compuesto por cuerpos de discurso, cuya articulación entre sí les da alguna congruencia y coherencia interna, haciendo de algún modo explícita la inteligibilidad (AYÚS REYES y MENDOZA MOLINA, 1999: 73).

Finalmente, por diseño autónomo o co-diseño referimos de acuerdo a Mazini (2015) y Escobar (2016) a la co-labor que desde gentes del común, experticias sociales y locaciones epistémicas populares produce nuevos significados, sentidos y relaciones, trascendiendo el mundo del mercado y permitiendo la ampliación de la inteligibilidad en la administración, el estudio de las organizaciones nuestras, pertinente para el contexto campesino rural y por ende que dé cuenta del diseño autónomo en organizaciones sociales y solidarias.

Siendo entonces pertinente una dialogicidad transcítica², con bases igualitarias que permitan la co-gobernanza (y por tanto la co-decisión), en el cual la pluralidad epistémica permita la multiplicidad de referentes que potencian una geopolítica de la complementariedad democrática³, es decir rompiendo de entrada el colonialismo interno y las formas democráticas tradicionales, para ampliar el horizonte deliberativo, intersubjetivo y por ende político, a partir de la diversidad socio-cultural.

BIBLIOGRAFÍA

ADLER S., Paul Introduction. **A social Science which Forgets its Founders is lost**, en Adler S. Paul (2009) *The Oxford Handbook of Sociology and Organization Studies: Classical Foundations*. Oxford. UK. P.p. 3-19, 2009.

AKTOUF, Omar. : **La Administración: entre Tradición y Renovación**. Cali: Ediciones Universidad del Valle, Tercera Edición en Español. Prólogo a la Edición Anterior Págs. XIX-XXVI. Introducción general. Págs. 1-12. Primera Parte, 2001.

ALEXANDER, Jeffrey. **La centralidad de los clásicos**, en Giddens, Anthony y Jonathan Turner, comps. 1990 *La teoría social hoy*. CNCA-Alianza. México. P.p. 22-80, 1990.

ALONSO, L.E. **Las lógicas de acción. Por un Estudio socio Histórico de la Vida Organizacional**. En: Vigilar y Organizar. Siglo XXI Editores. Madrid, España, p. 317-338, 2007.

ARNOLD, Marcelo. & RODRÍGUEZ, Darío. **Las organizaciones: observaciones teóricas y sus proyecciones en la investigación sociocultural**, en *Revista Chilena de Antropología*, N°11, 1992.

² La dialogicidad transcítica refiere a poner a caminar la palabra para el encuentro conversacional en condiciones de igualdad.

³ De acuerdo a Luis Tapia “se puede pensar que la complementariedad democrática es un modo de producir igualdad compleja, es decir que la política económica y social de un país contribuya a que en otros espacios socio políticos y culturales se puedan obtener condiciones de autosuficiencia y de autogobierno” (2009:115)

AVENIER, M.-J. **Méthodes de terrain**. Economies et Sociétés(14), 199-218, 1989.

AYÚS REYES, Ramfis y Rogelio MENDOZA MOLINA. **De la ontología muda a las retóricas de la calidad; aproximaciones al construccionismo social, en Administración y Organizaciones**. Noviembre. UAMX. México, 1999.

ASTAIZA, David **“Entrevista a líder campesino Cajibiano Tierra pal que trabaja”**. <http://comarcadigital.com/escritos/30-cronica/397-tierra-pal-que-la-trabaja#contenido> 2015. (Consultada 16/09/2017), 2015.

BAUTISTA, Miriam . **“Nasa no es nasa sin tierra”**. <http://www.razonpublica.com/index.php/politica-y-gobierno-temas-27/8304-tierra-y-conflicto-en-el-cauca.html>. (Consultada 13/08/17), 2015.

BOISSIN, J.-P., CASTAGNOS, J.-C., & GUIEU, G. 2003. **Análisis bibliométrico de la teoría de gestión estratégica basada en recursos y competencias**. Innovar, Revista de ciencias administrativas y sociales(21), 71-80, 2003.

CORAGGIO, José Luis **territorios en transición crítica a la planificación regional en américa latina** Tercera edición,1994. Instituto Literario No. 100. Toluca, México, 1994.

CORAGGIO, J. L. **La Economía Social como vía para otro desarrollo social, artículo central del debate “Distintas propuestas de Economía Social”** lanzado en Urbared, Red de políticas sociales urbanas, proyecto conjunto de la UNGS (Argentina) y la UNAM (México), en www.urbared.ungs.edu.ar, publicado en Pobreza Urbana y Desarrollo (Serie FORTAL), IIED-AL, Número 1, 2003.

CORAGGIO, J. L. **Economía social y solidaria**. El trabajo antes que el capital. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2011.

CRUZ KRONFLY, F. **Desarrollo cultural, modernidad e identidad en Santiago de Cali**. Alcaldía de Cali, 2012.

CRUZ, K, F. **Pensamiento, Obsesión por la verdad y gestión: Legitimidad de los estudios críticos organizacionales**. En, Estudios Críticos de la Organización. Qué son y cuál es su utilidad. Cali: Universidad del Valle, p. 129-146, 2013.

DAVID, A., HATCHUEL, A., & LAUFER, R. **Les nouvelles fondations des sciences de gestion**, Paris, Fnege.Dery, R. 2001. **La structuration socio-épistemologique du champ de la stratégie**. Stratégies. Actualité et futurs de la recherche. Francia: FNEGE, 2000.

FAO **Organización y gestión de los servicios agrícolas de apoyo a los pequeños agricultores en América Latina y el Caribe**, ESHA, Roma, 1991.

FALS BORDA, O. **Casos de imitación intelectual colonialista** (pp. 103-106) y **El neolhumanismo en la sociología contemporánea** (pp. 77-79). In: Farfán, N. A. H. y Guxmán, L. L. (Comps.) **Ciencia, compromiso y cambio social – Orlando Flas Borda**, Ontología. Buenos Aires: Colectivo Ed, 2012.

FOERSTER, H. V. **Principios de autoorganización en un contexto socioadministrativo. Cuadernos de Economía**, XVI No 26, 131-162, 1997.

GARCÉS y ROBAYO, **Proliferaciones en Administración**. El caso de las organizaciones solidarias en contexto de diversidad en el Cauca. Inédito, 2016.

GARCÉS, W., & SÁNCHEZ, D. **Sentí-pensar la administración desde el contexto de las organizaciones de economía social y solidaria en Cajibío, Cauca**. En Memorias Encuentro Internacional de Investigadores en Administración 2015 Noviembre 24 y 25. Universidad del Externado. Disponible en <http://administracion.uexternado.edu.co/encuentroInvestigacion/plantillas/2015/MemoriasEncuentroInvestigacion2015.pdf>, 2015.

GERGEN, Kenneth J. **El ser relacional. Más allá del yo y de la comunidad**. Editorial Desclee De Brouwer, 2015.

GOFFMAN, Erwin [GOFFMAN, E. (1974:2006)]. **Frame analysis: los marcos de la experiencia**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas].

GOMEZ, Lende **La naturaleza como construcción social. La ingeniería genética y la cronoexpansión de la frontera agropecuaria**. En Revista Universitaria de Geografía. Disponible en <http://bibliotecadigital.uns.edu.ar/pdf/rug/v15n1/v15n1a01.pdf>, 2005.

LARREA MALDONADO, Ana María. **El Buen Vivir como contra hegemonía en la Constitución Ecuatoriana**. Utopía y Praxis Latinoamericana, Abril-Junio, 59-70, 2011.

LATOURET, B. **Nunca fuimos modernos. Ensayo de antropología simétrica**. Madrid: Siglo XXI, 2007.

LEFF, Enrique **Racionalidad ambiental. La reapropiación social de la naturaleza, siglo XXI, México**, 509 pp, 2004.

LEFF, Enrique. **Imaginario Sociales y Sustentabilidad**. en revista electrónica de Gilberto Giménez: Cultura y representaciones Sociales (9) 41-121, 2010.

Leonardo SCHVARSTEIN **Diseño de organizaciones. Tensiones y paradojas**. México, Paidós, 1998.

MARIS, B. **Lettre ouverte aux gourous de l'economie qui nous prennent pour des imbéciles**., Paris, Editions Albin Michel S.A, 1999.

MARTINET, A. C. & Thietart, R. A. **Estrategias. Actualidad y futuros de la investigación**., Francia, FNEGE, 2001.

MIGNOLO, W., & TLOSTANOVA, M. **Habitar los dos lados de la frontera/teorizar en el cuerpo de esa experiencia**. Revista Ixchel, 2009.

MOLANO, A. **Dignidad Campesina. Entre la Realidad y la Esperanza**. Ed. Icono. Movimiento Campesino (2016). **"Prácticas del movimiento campesino en Cajibío"** / www.youtube.com/watch?v=xHljyTrOZek&t=183s. (Consultado 15/07/17), 2013.

MINA Mateo: TAUSSIG Michael y RUBBO Anna. **Esclavitud y libertad en el Valle del Río Cauca**. B. Editorial Universidad de los Andes, ed, 2011.

MISOCZKY, M. C. **Teorización organizacional: de las mutaciones funcionales a las posibilidades de una crítica ontológica.** Capítulo de la edición en español del Handbook of Organization Studies, 2016.

MONCAYO, V. M. (Presentación. **Fals Borda: hombre hicotea y sentipensante.** In: MONCAYO, V. M. (Comp.) **Una sociología sentipensante para América Latina** / Orlando Fals Borda; antología. Buenos Aires: CLACSO, 2015., pp. 9-32 (5), 2015.

MONROY, J.C. **Tierras: el otro conflicto que hiere al Cauca** En: https://www.elcolombiano.com/historico/tierras_el_otro_conflicto_que_hiere_al Cauca-KDEC_229443, 2013.

MONTAÑO HIROSE, Luis, Compilador. **El estudio de las organizaciones en México. Cambio, poder, conocimiento e identidad.** UAM Unidad Iztapalapa, 2004.

MONTAÑO HIROSE, Luis, “**La Sociología de las Organizaciones: desarrollo, rompimientos y perspectivas**”, en Enrique de la Garza Toledo (coord.), Tratado latinoamericano de sociología, Anthropos y Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, Barcelona, pp. 195-208, 2006.

MONTAÑO HIROSE, Luis “**El análisis organizacional. Un modelo para armar. Reflexiones en torno a Eugène Enriquez**”, en Luis Montaña Hirose (ed.), Enigmas y laberintos. Eugène Enriquez y el análisis organizacional, Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa y Red Mexicana de Investigadores en Estudios Organizacionales, México, pp. 17-47, 2007.

MORIN, E. **Las ideas.** El Método. Madrid España: Ediciones Cátedra, 1998.

MORIN, E. **El conocimiento del conocimiento.** El Método. Madrid España: Ediciones Cátedra, 1999.

MUÑOZ GRISALES, R. **Formar en administración. Por una nueva fundamentación filosófica Medellín - Colombia,** Siglo del Hombre Editores - Fondo Editorial Universidad EAFIT, 2011.

PEREZ, R. diffusion mai 1999. **Le choc des paradigmes en Sciences de Gestion.** Unpublished manuscript. Paris, 1998.

PFEFFER, Jeffrey. **Nuevos Rumbos en la Teoría de la Organización.** Oxford University Press México, S.A. de C.V. Págs. Prefacio, Capítulos 1, 8 y 9, 2000.

Proceso Campesino. **Movimiento Campesino Cajibío: Estamos en el paro Cafetero.** <http://asociacionminga.org/index.php/minga-y-la-region/cauca/117-estamos-en-el-paro-cafetero>. (Consultada 15/08/17), 2014.

QUIJANO VALENCIA, Oliver. EcoSimías. **Visiones y prácticas de diferencia económico/cultural en contextos de multiplicidad.** Editorial Universidad del Cauca. Popayán, 2012.

RAZETO, L. **Los caminos de la economía de solidaridad.** Buenos Aires: Ediciones Lumen-Humanitas, 1997.

ROBAYO Coral, LINA Juliana. **Patrimonio biocultural del territorio cafetero.** Tesis de Maestría en estudios interdisciplinarios de desarrollo. Universidad del Cauca, Popayán-Cauca, 2017.

ROJAS, W. **Una “posible” ruptura al actual pensamiento administrativo y una perspectiva de trabajo de la red nacional de pensamiento crítico organizacional.** En, Estudios Críticos de la Organización. Qué son y cuál es su utilidad. Cali: Universidad del Valle, 2013, p. 217-226.

SCHÜTZ, Alfred. Cap. 2. **Las estratificaciones del mundo de la vida en: Las estructuras del mundo de la vida** (pp. 41-108). 1ª edición. 2ª reimpresión. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2009.

SCHVARSTEIN, Leonardo. **Diseño de Organizaciones: Tensiones y paradojas.** Buenos Aires: Paidós, 1998, 424 p.

SEARLE, John. **La construcción de la realidad social.** Madrid: Paidós Ibérica, 1997.

SEGURA, John Arlen. **“Experiencias, Prácticas y Soberanías Campesinas Corto Documental Dirigido por Nicolás Muñoz”** [https://. youtube.com/watch?v=HzAeKGRcmfo](https://.youtube.com/watch?v=HzAeKGRcmfo). (Consultado 15/06/17), 2016.

SIMÓN, Hebert T.: **El Comportamiento Administrativo.** Madrid: Editorial. Aguilar. Introducción a la Segunda Edición. Págs. IX-XLIII, 1945.

SUÁREZ-KRABBE, Julia. **En la realidad. Hacia metodologías de investigación descoloniales.** Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, No.14: 183-204, enero-junio 2011.

TOLEDO, Víctor. **La comunalidad, una “eco-política del sur” ante la crisis de civilización.** En Despojo capitalista y luchas comunitarias en defensa de la vida en México - Claves desde la ecología política - Coord. Mina Lorena Navarro y Daniel Fini. Instituto de Ciencias sociales y humanas. Benemérita Universidad de Puebla, Pág. 173-185, 2016.

TORRE, S. de la. **Sentipensar: estrategias para un aprendizaje creativo.** Mimeo, 2001.

TUBINO, F. **“La interculturalidad crítica como proyecto ético-político”**, Encuentro continental de educadores agustinos, Lima, enero 24-28, 2005. <http://oala.villanova.edu/congresos/educación/lima-ponen-02.html>, 2005.

UAOS. **Unidad Administrativa de Organizaciones Solidarias.** Estadísticas RUES. Link <http://www.orgsolidarias.gov.co/planeaci%C3%B3n-y-control/planes-y-programas/rues> Visitada 20 de Diciembre de 2016.

UNCETA SATRÚSTEGUI, COLDO. **Desarrollo, subdesarrollo, maldesarrollo y postdesarrollo.** una mirada transdisciplinar sobre el debate y sus implicaciones. En Carta Latinoamericana No 7 pág. 1-34. En <http://www.cartalatinamericana.com/números/CartaLatinoAmericana07Unceta09.pdf>, 2009.

WALLERSTEIN, IMMANUEL, **Impensar las ciencias sociales,** Siglo XXI Editores-UNAM, México,1999.

WALSH, C. **“(De)Construir la interculturalidad.** Consideraciones críticas desde la política, la colonialidad y los movimientos indígenas y negros en el Ecuador, en Interculturalidad y Política, Norma Fuller (ed.). Lima: Red de Apoyo de las Ciencias Sociales, 2002.

WALSH, C. **Interculturalidad, Estado, Sociedad. Luchas (de) coloniales de nuestra época.** Quito: UASB/Abya Yala, 2009.

WATZLAWICK, P., & KRIEG, P. **El ojo del observador. Contribuciones al constructivismo.**, España, Gedisa Editorial, 2000.

ZAPATA DOMÍNGUEZ, Á. **El modo de ser cínico de los dirigentes.** Cuadernos de Administración, 41, 81-92, 2009.

ZEA, L. F. **La organización como tejido conversacional**, Medellín, Fondo Editorial Universidad EAFIT, 2004.

Zizek, S. **“Multiculturalismo o la lógica cultural del capitalismo multinacional”**, en Estudios culturales. Reflexiones sobre el multiculturalismo, F. JAMESON y S. ZIZEK. Barcelona: Paidós, 1998.

CAPÍTULO 3

DEL EMPRENDIMIENTO SOCIAL A LA ACCIÓN COOPERATIVA: LA EXPERIENCIA DE LA COOPERATIVA HUEXOLOTL DOWN EN LA COMUNIDAD MAGDALENA CONTRERAS, CIUDAD DE MÉXICO

Data de submissão: 14/09/2020

Data de aceite: 06/11/2020

Selma Mendoza García

Instituto Politécnico Nacional, UPIICSA
Iztacalco - Ciudad de México
<https://orcid.org/0000-0002-3451-9519>

Rogelio Mendoza Molina

Universidad Autónoma Metropolitana,
Unidad Azcapotzalco
Azcapotzalco – Ciudad de México
<https://orcid.org/0000-0002-7865-1095>

RESUMEN: Las prácticas humanas existen en función de la *condensación y reproducción* de los elementos de los que *disponemos*. Producidos por los hombres, son a su vez productores de sociedad y de sus instituciones; *innovarlos* exige colocarnos en un punto de observación separado de *los modos de hacer: ser nosotros y otros* al mismo tiempo, la tarea se antoja un despropósito. Estudiar *empresas*, en muchos espacios, obedece a códigos y prácticas muy precisas, cuya recurrencia genera una impresión de normalidad que dificulta percibir la conveniencia y viabilidad de proyectos. Aquí, abordamos el caso de estudio de la organización Huexolotl Down, una cooperativa que surge

como un *emprendimiento social* familiar orientado a la *inclusión socio-laboral* de personas con síndrome de Down. A través de un trabajo etnográfico, identificamos como impactos 1) la proliferación de emprendimientos para la superación de problemáticas diversas para otros grupos, y 2) la articulación de una *red actora* de cooperativas, en la comunidad Magdalena Contreras, de la Ciudad de México. La empresa, es un artefacto social capaz de solidificar las *intenciones humanas*; así como un *vector* de las mismas y *catalizador* implacable de *contingencias*. Esta, es un producto humano, tanto como un mecanismo que posibilita –y limita, a la vez - la acción y el logro de los objetivos de un emprendimiento: la combinación de *humanos y sus creaciones* constituyen la circunstancia que posibilita la acción. Huexolotl Down, ilustra la epopeya de una pequeña comunidad de personas que al intentar resolver sus problemáticas más inmediatas, precipitaron una serie de procesos que constituyen ya un referente para una diversidad de actores. Su experiencia, refleja una serie de procesos, de causas imaginadas, de aprendizajes, replanteamientos,

descubrimientos, sinergias, desencantos y muchas cosas más, que hoy constituyen su principal riqueza. Huexolotl Down, “se está *construyendo*” en este entramado complejo de (in)certidumbres.

PALABRAS-CLAVE: cooperativa; emprendimiento social; inclusión socio-laboral; red cooperativa; innovación social.

FROM SOCIAL ENTREPRENEURSHIP TO COOPERATIVE ACTION: HUEXOLOTL DOWN COOPERATIVE EXPERIENCE AT MAGDALENA CONTRERA COMMUNITY, MEXICO CITY

ABSTRACT: Human practices are based on the consolidation and reproduction of the elements that a society owns. This elements, produced by people, are themselves *producers* of society and its institutions and for that, innovate them requires placing ourselves on an observation point separate from *habitual ways of doing things: being ourselves and others at the same time*; a task that seems absurd. Studying enterprises, in many fields, obeys to very specific codes and practices that generate an impression of *normality*, making difficult to perceive the convenience and viability of *unusual* projects. In this paper we address the Huexolotl Down's case of study, a cooperative that arises as one family social enterprise oriented towards socio-labor inclusion for Down syndrome people; which outcomes in 1) the proliferation of other cooperatives to overcome a miscellaneous of social problems for other groups, and also in 2) the creation of an *actor network* of cooperatives, both in the Magdalena Contreras community, in Mexico City. The enterprise is a social artifact capable of *solidify* human intentions as well as became a *vector* to them for move through contingencies. The enterprise is a human product as well as a mechanism that enables and limits, at the same time, the action and achievement of objectives of an *entrepreneurship*: a network resulting from the combination of *humans and their artifacts* constitute the circumstance that makes action possible. Huexolotl Down illustrates the journey of a group that at first was trying to solve their most immediate problems; but which ends up precipitating a series of processes that today present them as a reference for other actors. Its experience reflects different processes: thinking causes, learning, rethinking, discoveries, synergies, disappointments and many other points, which are its main *capital*. Huexolotl Down's configuration “*is being made*” in this complex network of (un)certainties.

KEYWORDS: cooperatives; social entrepreneurship; social-work inclusion; cooperative network; social innovation.

1. INTRODUCCIÓN

En este trabajo abordamos el caso de la organización Huexolotl Down, una cooperativa que surge como *un emprendimiento social orientado a la inclusión socio-laboral de personas con síndrome de Down*, en la localidad de Magdalena Contreras, en la Ciudad de México. La experiencia Huexolotl Down se comprende como el proceso de construcción de *una empresa para la intervención social*, a través de las decisiones y trayectos de un grupo, primeramente familiar, que persigue la inclusión para uno de sus integrantes; y que tiene como resultados la proliferación de emprendimientos para la superación de problemáticas diversas, y la articulación de una red de cooperativas afines en la localidad urbana-rural de Magdalena Contreras.

El abordaje de nuestro objeto de conocimiento singular *–sui generis* - plantea una serie de desafíos de orden teórico, metodológico e incluso éticos/culturales. Estudiar empresas, en muchos espacios, obedece a códigos y prácticas muy precisas, cuya recurrencia genera una impresión de normalidad que dificulta percibir la pertinencia y viabilidad de proyectos. La experiencia práctica y las historias de *éxito*, tan apreciadas en este medio, ilustran casos, tanto como empañan la posibilidad de introducir en su horizonte experiencias, que no reproducen puntillosamente los imaginarios del gestión de empresas, las cuales no por diferentes son menos importantes. Por el contrario, la necesidad de enfrentar los graves problemas que encaran las economías del mundo –con más angustia en la economías emergentes -, exige un replanteamiento de la naturaleza y un nuevo diseño de emprendimientos que escapen a la estricta lógica de la ganancia y que pueda, además, orientar sus objetivos al logro de impactos en su entorno: un retorno del papel ético y de la auténtica responsabilidad social a *la empresa*.

Este posicionamiento apunta, sin duda, a la superación de los esquemas y las convenciones que nos colocan en la esfera del otro polo de esta investigación: la idea y la práctica de la innovación. Innovar se ha convertido en un *nuevo* lugar común de la empresa moderna; sin embargo, en muchos escenarios, este proceso ha sido objetivado en la introducción de tecnologías, donde el impacto social, demanda atención hacia procesos que

si bien no se contraponen con la transformación tecnológica, rebasan a este ámbito. Las personas en todo momento –diseño-operación-resultados - son el eje articulador de los emprendimientos.

Elegir una estrategia comprensiva de esta naturaleza nos llevo a una teoría que pone el acento en las formas particulares que adopta la vida social, no las prescripciones congeladas en el tiempo; es decir, a las asociaciones, emergentes, provisionales y estratégicas que desarrollan los actores a partir de la valoración de sus necesidades y capacidades. La *Teoría Actor Red* nos ofrece una perspectiva tan compleja, como la complejidad de los procesos humanos y tan práctica, como la necesidad de colocarnos de frente a- y en- los procesos.

Este capítulo comprende parte de los hallazgos de una investigación que tuvo como objetivo la comprensión y reconstrucción de los procesos a partir de los cuales la cooperativa Huexolotl Down, dedicada a la crianza de pavos y producción de sus derivados, se va configurando y, en consecuencia, favoreciendo las capacidades tanto de socios como de actores adyacentes. En este contexto se identifican tres momentos que nos permitieron reconstruir el caso de Huexolotl Down. El primero, *Emprendimiento*, que describe el origen de la organización a través de valoraciones, negociaciones, tensiones y resolutivos que llevaron al grupo fundador desde una problemática familiar hasta el emprendimiento como estrategia de intervención. El segundo, *Empresa y gestión de recursos*, es aquel en el que identificamos negociaciones diversas que, ahora, se complejizan con la aparición de nuevos actores que influyen en los cursos de acción de la organización, hacia a la configuración de los recursos elementales para su operación y establecimiento. Finalmente, un tercer momento, *Innovación social/Impactos generados*, en donde se describen las transformaciones identificadas en el caso: para los socios, jóvenes y adultos con síndrome de Down, en términos individuales-familiares-comunitarios; en la proliferación de cooperativas, como una estrategia adoptada por otros grupos vulnerables en Magdalena Contreras; y en la creación de una red de cooperativas afines, que se plantea la gestión de recursos a partir de su participación de disputas políticas.

2. NOTA TEÓRICA

La reconstrucción del caso *Huexolotl Down*, implicó una decisión estratégica sobre qué marco explicativo nos permitiría articular un conjunto de categorías referidas al caso, así como cuál sería aquel más rentable en términos de profundidad explicativa. Partimos entonces de una reflexión teórica, provocada por la *Teoría Actor Red* (LATOUR, 2008), donde, retomamos esquemas analíticos que nos permitan ubicar al fenómeno como un producto complejo de las interacciones sociales (LAMO, GONZÁLEZ & TORRES, 1994).

En este sentido, la primera reflexión que nos aporta la *Teoría Actor Red* (ANT por sus siglas en inglés, Actor Network Theory), es que la sociedad, o cualquier realidad social, puede entenderse como *una asociación de asociaciones* (LAMO, GONZÁLEZ & TORRES, 1994; LATOUR, 2008, RAMÍREZ, 2017); es decir, grupos que se ensamblan alrededor de una controversia, o disputa por el establecimiento de una agenda particular (LATOUR, 2008). En consecuencia, una segunda reflexión plantea que aquello que denominamos como *social*, debe ser entendido como lo que ocurre gracias a la acción de las *asociaciones* y que, en última instancia, debe ser explicado en lo económico, político, cultural u otros dominios, cuya interacción produce *lo real* en cuanto entidad compleja.

En este sentido, el objetivo que la Teoría Actor Red se plantea como el *rastreo de la formación de asociaciones* (LATOUR, 2008; RAMÍREZ, 2017) en disputas por el establecimiento de modos/discursos/innovaciones; prefigura un tipo de eventos cuya conformación y dinámicas carecen de una definición definitiva y a priori, y que por el contrario se mueven en función de sus composiciones, dinámicas, estrategias y aprendizajes incorporados en el conocimiento generada por ellos mismos y en su interacción con otras entidades; es decir, a través de la observación de momentos *inciertos*, identificar los diferentes tipos de actores, grupos y elementos que se asocian entre sí para la *construcción de algo*.

El itinerario de incertidumbres que nos plantea ANT comienza con el rastreo de **la formación de grupos**, considerando que éstos tienen

dinámicas particulares para asociarse; seguido de el rastreo de **la capacidad de agencia de los actores**, una tarea de mapeo acerca de todas las fuerzas que *median e intermedian* la acción del grupo y sus *actores*. Una tercera fuente de incertidumbre se refiere a la idea de que **los objetos también tienen capacidad de agencia**, es decir, que una actividad social implica la intervención tanto de personas, como de normas, instituciones, teorías, tecnología, jerarquías, intereses, etcétera cuya presencia o ausencia impacta, en los distintos cursos de acción que se producen en los grupos. Enseguida, la incertidumbre sobre dar cuenta de las **cuestiones de hecho vs cuestiones de interés**, lo cual significa pensar que los actores, no por el hecho de estar situados alrededor de un mismo evento tienen la misma perspectiva sobre él, ésta se modifica, o distorsiona, en función de aspiraciones, interés o en virtud de la posesión de distintas cuotas de información. Finalmente, la incertidumbre acerca de **escribir explicaciones arriesgadas**, el papel que juega el investigador como traductor de la red para legitimarla a través de las empresas de conocimiento.

Con esto, no se invita a explicar un fenómeno a través de las *incertidumbres*, sino se plantea comprender que en la formación de asociaciones, como las que suponen el *emprendimiento y la innovación*, se suscitan momentos de negociación, conflicto, organización y acción, que permiten entrever el complejo *movimiento* de la red que actúa y su papel fundamental para su estudio y ocurrencia.

En consecuencia, y con el fin de ir situando nuestro objeto de estudio en un contexto discursivo para su comprensión/explicación, la relación entre los conceptos de emprendimiento social e innovación social, se esquematiza como un fenómeno que, por una parte tiene su correlato basado en las ideas e imaginarios que la gente construye a partir de sus propias agendas (GODIN, 2012), y que por otro lado, puede ser descrito en los términos de las asociaciones que se generan en su acontecer.

Innovación y Emprendimiento Sociales

Cuando se habla de *innovación*, en algunos contextos se alude a la creación y desarrollo de dispositivos tecnológicos que generan una transformación hacia el progreso – esto, de acuerdo con discursos que buscan establecer su agenda para la maximización de recursos -. Para otros contextos, el concepto de *innovación* solo puede aportar bienestar si se alinea a valores sociales, rebasando conceptos de productividad y competitividad comerciales (GARCÍA, 2014; SUBIRATS, 2014). Por lo tanto, cuando hablamos de *innovación social*, también nos referimos a un proceso de transformación orientado a las actitudes, comportamientos y percepciones de las personas (GODIN, 2012; NEUMEIER, 2012 en ALONSO MARTÍNEZ, GONZÁLEZ-ÁLVAREZ & NIETO 2014). El concepto de innovación social se entiende como una *nueva forma hacer y plantear* otro tipo de objetivos como el bienestar, la inclusión u otros cambios en los espacios laborales, políticos, medio-ambientales, etcétera (MULGAN et. Al, 2007; GODIN, 2012; SUBIRATS, 2014; GUADARRAMA, 2017).

En relación a la noción de emprendimiento, éste se refiere a un fenómeno de corte empresarial que busca generar y maximizar recursos económicos mediante la satisfacción de necesidades en el mercado de producción y consumo (ALONSO-MARTÍNEZ et al., 2014); lo cual, se materializa, en la mayoría de los casos, en el surgimiento de empresas, cuyas características están al centro de controversias sobre el origen de algunos de los problemas más urgentes en la agenda mundial; así como, al centro de las estrategias que buscan construir caminos viables para la renovación de las prácticas productivas, económicas o, más ampliamente, *sociales*.

Es este contexto, el concepto de emprendimiento social empieza a perfilarse como una alternativa que a través de la creación de empresas/ agentes de cambio, pueda intervenir en algunas de las problemáticas sociales más urgentes (MELIÁN & CAMPOS, 2009; HUYBRECHTS & NICHOLLS 2012; SALINAS & OSORIO, 2012; ALONSO-MARTÍNEZ et al., 2014), teniendo como discurso rector la primacía de las personas sobre el

capital (MULGAN et al., 2007; EGIDO et al., 2009; MELIÁN & CAMPOS, 2010; ALONSO-MARTÍNEZ et al., 2014; GARCÍA, 2014; GUADARRAMA, 2017).

Conceptualmente ambos términos, emprendimiento e innovación social, se diferencian por características acuñadas en las diferentes esferas en que se discuten y definen (ALONSO-MARTÍNEZ, GONZÁLEZ-ÁLVAREZ & NIETO, 2014). Pero por otro lado, en la práctica, las empresas que devienen de emprendimientos sociales, representan un panorama muy variado de organizaciones que persiguen el desarrollo social y económico (MULGAN et al., 2007; MELIÁN & CAMPOS, 2010; HUYBRECHTS & NICHOLLS, 2012; SALINAS & OSORIO, 2012; ALONSO-MARTÍNEZ, GONZÁLEZ-ÁLVAREZ & NIETO, 2014).

3. NOTA METODOLÓGICA

La investigación se planteó como un estudio de caso, dirigido a conocer a profundidad la experiencia de Huexolotl Down. Se traza un diseño metodológico de tipo cualitativo sustentado, un estudio de caso con enfoque etnográfico. El retomar el enfoque etnográfico para reconstruir los elementos que configuran y dan particularidad al caso estudiado, nos permitió adentrarnos en la vida cotidiana de sus actores a efecto de observar y recuperar sus relatos sobre lo que, para éstos, significa ser parte del mundo de *Huexolotl Down*. La premisa central de este enfoque, es trabajar con los datos subjetivos que vienen de la percepción de los actores, poniendo especial atención en el lenguaje como vehículo por excelencia de reproducción de la sociedad (HAMMERSLEY & ATKINSON, 1994; GUBER, 2001).

Este enfoque nos permitió entender que cuando las personas hablan sobre sus prácticas y experiencias de su vida cotidiana, lo que hacen es describir e informar acerca de los hechos y con ello, reproducir el orden de la sociedad. Nos pareció así, que la pertinencia de la etnografía radicaba justamente en habilitarnos para una comprensión del fenómeno analizado adoptando en todo momento roles y estrategias que nos dieran luz para captar de *forma natural* y espontánea, los acontecimientos construidos a partir de las percepciones y narrativas de los actores-informantes.

Por lo anterior, recurrimos al uso de algunas de las técnicas fundamentales en los trabajos de carácter etnográfico: las entrevistas semiestructurada y abiertas, la observación participante, el diario de campo y la revisión documental, cada uno con fines y retos específicos en la tarea de profundizar sobre el caso.

La revisión documental constituye una estrategia importante para revisar fuentes escritas (documentos, páginas web, bases de datos, revisión de materiales audiovisuales, etcétera), para obtener información puntual y periférica en torno a la problemática de la inclusión, el emprendimiento y la organización *Huexolotl Down*. Esta actividad nos ayudó a caracterizar el contexto particular de la empresa, del mismo modo que nos proporciona información puntual para elaborar tópicos y guías de entrevista con los informantes.

En cuanto a las entrevistas, estas nos abren la posibilidad de interactuar cara a cara con los informantes y establecer con ellos una empatía que nos permitiera entenderlos en sus circunstancias. De esta manera, fuimos descubriendo que mucho de lo que se puede obtener del informante descansa mayormente en el trabajo que despliega el investigador(a), en su capacidad de establecer la conversación y entrar en un momento de intimidad.

Complementario a estas entrevistas, recurrimos a la técnica de la observación participante y el uso del diario de campo. Esto con la intención de colocarnos en el terreno propio de los actores y participar con ellos en el desempeño de las tareas de la organización. Así mismo, para tener la oportunidad de ir registrando en el diario de campo las impresiones derivadas de la participación.

La estrategia seguida para hacer el análisis consistió en cuatro etapas: *el rastreo de los grupos*, *el rastreo de los actores*, *el rastreo de las agencias* y *el rastreo de los hechos*. Para esto, nos apoyamos en la herramienta de análisis propuesta por Callon (1986, en LAMINE, 2017) “La cadena de traducción”, que plantea a los eventos como procesos de negociación compuestos de cuatro movimientos fundamentales: *problematización*, *interesamiento*, *enrolamiento* y *movilización* (Tabla 1).

Tabla 1. "Cadena de Traducción." Fuente: Callon, M. (1986) en Lamine, W. (2017).

Movimiento	Descripción
Problematización	Implica definir una asociación de actores, formular los problemas que surgen en las interacciones entre ellos y proponer soluciones. Esto se pone en marcha por un evento preliminar mínimo que integra los intereses de cada actor. Esto conduce a la creación de una red de problemas, en los cuales los actores son indispensables.
Interesamiento	Cubre todas las acciones a través de las cuales una entidad intenta imponer la estabilización a otros actores identificados en el proceso de la problematización.
Enrolamiento	El interesamiento no necesariamente resulta en alianzas. El desafío es transformar la controversia en una serie de afirmaciones que pueden considerarse ciertas. El enrolamiento es el mecanismo a través del cual se define un rol y se asigna a un actor que lo acepta y lo representa, lo que se entiende como un interesamiento exitoso. Esta etapa, describe las negociaciones multilaterales, muestra las fortalezas, los trucos y la aceptación que ayudan a llevar el interesamiento a una conclusión exitosa.
Movilización	La movilización reúne gradualmente a los actores para hacer que una propuesta, proyecto o innovación sea creíble o incuestionable. Toma forma a través de una larga serie de desplazamientos.

The Social Network and Entrepreneurial Process: A Sociotechnical Approach. Thunderbird: International Business Review, 59(5), 623–633. Elaboración propia.

4. UNA RED COMERCIAL-SOLIDARIA ENTRE ACTORES HETEROGÉNEOS: DEL EMPRENDIMIENTO HUEXOLOTL DOWN A LA RED DE COOPERATIVAS DE MAGDALENA CONTRERAS.

Una de las características más relevantes de la organización estudiada, se refiere al hecho de ser ejemplo de la fuerza que puede tener un emprendimiento como instrumento capaz de visualizar, enfrentar, solucionar y resignificar una parte del universo vital de los distintos actores.

Huexolotl Down es una idea motriz que permite imaginar una estrategia para enfrentar una problemática precisa de supervivencia mediante la integración económica de actores diversos. En este punto pudiera resultar hasta convencional su creación, a no ser que el mismo instrumento, el emprendimiento, es capaz de permitir a sus diseñadores resignificar la percepción social y productiva de actores tradicionalmente objeto de acciones asistenciales. La integración productiva de personas narradas como vulnerables en una versión, aparecen ahora, en tanto miembros de un enclave productivo, como sujetos de este tipo: productores y generadores de los medios de su subsistencia. La intervención de esta organización en los distintos espacios de interacción: institucionales, intra-organizacionales, y desde luego en su entorno de acción: clientes, proveedores, por ejemplo,

conduce a la creación de una ética práctica que hace del emprendimiento su vector, que a continuación se describe.

Emprendimiento

Huexolotl Down es una empresa cooperativa, que resulta de lo que hemos identificado como un **emprendimiento** de tipo familiar, en la alcaldía Magdalena Contreras, en la Ciudad de México. Surge a partir del planteamiento de la agenda personal del hijo mayor de una familia de 5 integrantes, un joven teniendo la condición de síndrome de Down. Este evento detona, para el grupo fundador, una serie de cuestionamientos y *problematizaciones* alrededor de las expectativas y oportunidades que se plantean en el interés de posibilitar, para integrante en cuestión, el cumplimiento de sus expectativas personales. Y, por otro lado, genera cuestionamientos a futuro sobre las condiciones de vida para este integrante.

De entre una serie de *interesantes* posibles cursos de acción, cada cual condicionado a agencias muy puntuales, el grupo se interesa por emprender un proyecto comercial en el marco de un *taller* de capacitación, acompañamiento y posible financiamiento, mediado por un *programa de comunicación* de las autoridades de la localidad de Magdalena Contreras. Este *enrolamiento* se expresa en una serie de nuevas actividades entorno a los requerimientos del taller, los cuales son condicionantes para la obtención de un financiamiento semilla. Además, este enrolamiento implica la aparición de nuevos actores, mediados por el taller y asociados en el objetivo de crear un plan de negocios.

De lo anterior, podemos esquematizar que la *movilización* del grupo, a partir de un detonante de tipo familiar hacia la construcción de una empresa –que en este momento de la explicación se plasma en un plan de negocios –, ha implicado la aparición de actores con capacidades de influir puntualmente en el grupo, hasta la consolidación de la idea de negocio: *un grupo inicial, el nombre comercial del grupo, sus imágenes y distintivos como empresa, la concreción de plataformas digitales, un plan de negocio y un préstamo financiero, con sus respectivos compromisos legales.*

A continuación, identificamos un segundo momento sustancial en la reconstrucción del caso, el cual se refiere a **la gestión de los recursos necesarios para el establecimiento de la organización**: el momento en el que, una vez conformada la organización, se gestionan recursos a partir de la formación de nuevas asociaciones con nuevos actores.

Empresa y gestión de recursos

Conformado el nuevo grupo Huexolotl Down, en el 2016, identificamos un segundo momento, el de **la conformación de la empresa**. La organización inicia sus actividades productivas haciendo su primera compra de pavos, lo cual presenta su primera problemática alrededor de el acceso a las instalaciones idóneas.

Lo que hicimos fue empezar, nos liquidaron en la empresa, nos dieron nuestro dinero y ya con esto fuimos viviendo poco a poco, con eso nos alcanzó. Entonces estuvimos haciendo eso, o sea moviéndonos por todas partes. Extracto de entrevista: (G.M., 2018: E-200918).

Además, como consecuencia de su participación en el taller de financiamiento, Huexolotl Down es promocionado como uno de los proyectos resultantes del mismo, en la plataforma oficial de la institución pública a cargo del taller, el Fondo de Desarrollo Social (FONDESOS). Lo anterior da pauta para que nuevos actores se contacten con *Huexolotl Down*. Por ejemplo, la Secretaría de Agricultura, Ganadería, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación (SAGARPA) invita a *Huexolotl Down* a conocer su catálogo de eventos, seminarios, ferias y exposiciones, así como sus programas de financiamiento.

De la misma forma, desde la Facultad de Contaduría de la Universidad Nacional Autónoma Metropolitana (UNAM), se contacta a *Huexolotl Down* para invitarles a ser participantes en la exposición de la Asociación Nacional de Facultades y Escuelas de Contaduría y Administración (ANFECA). Aún sin tener producción, se preparan para asistir y, a través de este evento, inician sus primeras ventas. A partir de aquí, comienzan a *problematizar* respecto de dónde podrían establecer sus instalaciones y cuál podría ser la figura jurídica más conveniente para el grupo.

Empezamos a buscar de qué forma queríamos constituirnos. Dijimos <S.A. de C.V. no, porque no es con fines de lucro, es para apoyarlos; asociación Civil no, porque no queremos vivir de la beneficencia> Y luego nos dijeron <sociedad de Producción Rural> (...) se supone que no es con fines de lucro cualquier actividad que realicemos acá arriba, sino como de asistencia, de servicio. Extracto de entrevista: (G.M., 2018: E-200918).

A partir de estas relaciones, Huexolotl Down concretiza su relación con SAGARPA y FONDESOC en las plataformas digitales de comunicación de ambas instituciones, y a partir de esto su escenario de relaciones se amplifica con actores cada vez más diversos. Lo anterior deriva en una amplia gama de *interesamientos*, de los cuales solo algunos se concretizan en los *enrolamientos* que caracterizan un modelo de negocio en red, con actores heterogéneos – vinculados a diversas dimensiones que atraviesan a la organización –.

Es decir, a partir de este momento el reto para *Huexolotl Down* han sido vencer obstáculos en la tarea de gestionar los recursos elementales para su funcionamiento, lo cual se acomete a través del *establecimiento de alianzas estratégicas, negociar con los actores de su comunidad, buscar recursos con instituciones gubernamentales y apoyos entre empresas privadas y profesionistas de diversos ramos.*

Esta apertura hacia otro tipo de actores, favorece las condiciones para negociar objetivos sustanciales en la consolidación de la empresa, lo cuales hemos identificados como siete elementos que se gestionan con distintos actores y se establecen en relaciones de tinte institucional, comercial, solidario, o alguna intersección entre estas.

1. Acta Constitutiva: elección y formalización de la figura jurídica de sociedad cooperativa a partir de la asociación con la Secretaría de Trabajo y Fomento al Empleo (STyFE), mediada por el programa de apoyo y fortalecimiento a cooperativas en la Ciudad de México de esta institución.
2. Instalaciones Productivas: establecimiento de relación de colaboración y capacitación solidaria-comercial con la empresa Granja Chihuahua, a partir del préstamo de instalaciones productivas.

3. Financiamiento: acceso a recursos monetario y en especie en el marco de convocatorias y programas con instituciones de gobierno, así como a partir de recursos entre particulares (familiares, conocidos, vecinos).
4. Capacitaciones: formación de los integrantes de Huexolotl Down en convocatorias y programas con instituciones de gobierno, universidades, y otras empresas.
5. Canales de comunicación y distribución: establecimiento de canales de promoción en plataformas digitales mediadas por programas e instituciones de gobierno, así como puntos de venta y distribución mediados con instituciones de gobierno, empresas y universidades.
6. Servicios especializados: acceso a servicios especializados con profesionistas a partir de relaciones producto de la participación de Huexolotl Down en programas, ferias, exposiciones u otros eventos.
7. Alianzas estratégicas: consolidación de relaciones de tipo comercial, solidarias, institucionales o intersecciones híbridas en diferentes áreas o para diferentes propósitos entre instituciones de gobierno, universidades, profesionistas, empresas, vecinos, familiares y/o conocidos.

Con lo cual, reconstruimos este caso en términos de cómo se gestionan y ordenan los recursos productivos de Huexolotl Down. Un modelo de negocio donde funciones y recursos se configuran en una red de alianzas imprevistas, o mejor dicho, supeditadas a la aparición –o ausencia– de actores y agencias (LATOURE, 2008). Un modelo de negocio *no generalizable*.

Es decir, para esta cooperativa el establecimiento de alianzas institucionales, comerciales, productivas y/o solidarias, ha resultado en un beneficio para, por ejemplo, asegurar la cobertura de requisiciones de compra, acceder a infraestructura de producción, la resolución de imprevistos en la producción, así como la capacitación y formación de sus integrantes. Además de establecer un sistema de micro-financiamientos, entre vecinos y conocidos ya sea en forma monetaria, en especie o a partir de trueques,

lo cual tiene implicaciones en la fidelización de proveedores y clientes, así como en encadenamientos comerciales locales.

Si, en Magdalena Contreras...somos ya bastantes cooperativas y aquí lo más importante es que coincidimos en muchas cosas y eso es lo bueno, porque ustedes saben que cuando se juntan, así, grupos que tengan ideologías diferentes, pues no llegamos a ningún objetivo. Extracto de entrevista: (J., 2018: E-200918).

Permitiendo así, la formación de una **red** de comunicación y difusión de información constante de convocatorias, orientación y consejos así como para la homologación de problemáticas, conflictos, necesidades del grupo. Una acción que plantea la posibilidad de beneficios para la colectividad, así como para las cooperativas individualmente.

(...)nosotros como empresa ya nos inscribimos; lanzamos la liga [archivo digital], la mandamos al grupo de cooperativas. Tenemos un grupo de WhatsApp; en uno hay 70 cooperativas, pero dentro de esos 70 hay muchos que no existen, y tenemos otro grupo de 16 cooperativas, que somos los que hemos venido trabajando, y otro grupo de principiantes. Extracto de grabación en observación participante: (G.M., 2018: OP-201018-1).

Innovación social y los impactos generados

En este tejido complejo de relaciones, expresadas en una red de actores heterogéneos, hemos podido rastrear una serie de innovaciones o impactos que dan cuenta de la capacidad de transformación que tiene como consecuencia el emprendimiento y consolidación de Huexolotl Down.

A) El impacto en la vida individual-familiar-comunitaria para los socios con síndrome de Down:

En las transformaciones o impactos que Huexolotl Down genera para *los socios, su entorno familiar y comunitario*, hemos podido identificar varios elementos a través de los cuales podemos dar cuenta de cómo son los cambios suscitados en el entorno familiar y el contexto inmediato a este. Partimos del potencial transformador que la cooperativa plantea para las personas con síndrome de Down, a partir de su inserción en una vida productiva, que antes no tenían: insertarse al empleo y adquirir el estatus de miembro, transforma *la calidad de vida, mejorando su salud física y mental, así como la participación en la economía familiar*.

Por ejemplo (...) ella [socia] siempre que se subía al camión iba, así como que no quería que nadie la viera, es más que nadie la tocara (...) Dice su familiar que hoy se sube a los camiones y va diciendo <hola, hola a todos> o sea, ella adquirió mucha autoconfianza. En el caso de [otra socia], tenía muchos problemas de estrés y siempre estaba así, se comía las uñas, se dejaba sin uñas los deditos y (...) ahora todo el tiempo está diciendo ¿ya nos vamos a la granja? Y, está contentísima. Extracto de entrevista: (G.M., 2018: E-200918).

Aunado a lo anterior, las actividades de la cooperativa y su participación en la comunidad Magdalena Contreras empieza a ser del conocimiento de vecinos y otras familias con un familiar con síndrome de Down, las cuales comienzan a interesarse en *Huexolotl Down* como una alternativa para enfrentar sus problemáticas. En este sentido, la experiencia de *Huexolotl Down* para socios, familias y vecinos, es percibida como una influencia positiva ya que les permite trazar metas/alternativas para el futuro.

Una mamá (...) aquí en la delegación (...) nos dice <yo los he visto a ustedes en algún lado, ustedes están haciendo algo de producción ¿verdad?>, le dije <si señora, ahí estamos> y le dimos una tarjeta, [responde] <yo le quiero pedir de favor que, si yo llego a faltar, vayan por mi muchacho porque yo no tengo a nadie más y yo prefiero que está con ustedes; yo ya vi cómo trata a su hijo, yo ya vi cómo trata a los demás muchachos que vienen con usted, y yo quiero que venga por mi muchacho>. Extracto de entrevista: (G.M., 2018: E-200918).

Para la organización, por ejemplo, el diseñar mejores instalaciones, que sean inclusivas para personas con otras dificultades para seguir integrando a jóvenes y adultos excluidos socio-laboralmente; así como la posibilidad de trabajar con instituciones de educación y atención especializadas y replicar -en un futuro- la experiencia *Huexolotl Down*.

B) El impacto de *Huexolotl Down* en la proliferación de nuevas cooperativas dentro de la Alcaldía Magdalena Contreras:

Respecto del segundo impacto, identificamos que hay una relación permanente de la cooperativa con el entorno y la comunidad, la cual ha favorecido *la proliferación de otras cooperativas orientadas a resolver problemáticas muy puntuales para grupos de la tercera edad, grupos campesinos, madres solteras u otras realidades percibidas como desfavorecidas*. La cooperativa ha expuesto ante los actores de la comunidad su discurso, sus acciones y sus productos lo cual la ha convertido en un

referente, una especie de espejo, para otros grupos que ven en su acción una alternativa para resolver sus propias problemáticas. Esto, ha generado que los miembros de *Huexolotl Down* se vayan incorporando en actividades de asesoría y apoyo, donde comparten sus conocimientos con otros emprendimientos.

El proyecto que yo tengo ya llevó mucho tiempo desarrollándolo, pero no hemos podido implantarlo porque no hemos tenido el recurso. Entonces cuando G.M. me vio que yo andaba buscando, de acá para allá, que nadie me ayudaba, ella me empezó a asesorar acerca de cómo, a dónde dirigirme, de todo eso. De ahí fue que nos empezamos a relacionar. Extracto de entrevista: (S.7, 2018: E-091118-1).

Cabe señalar que esta relación estimula el establecimiento de alianzas comerciales, solidarias, de intercambio, micro-financiamiento y cadenas de valor. Así mismo la generación de acciones de capacitación y asesorías entre cooperativas donde se comparten expertises muy variados que apuntalan al fortalecimiento de sus organizaciones.

C) La construcción de una red de acción colectiva orientada al acceso a recursos locales

Finalmente, el tercer impacto observado en este estudio tiene que ver con *la conformación y consolidación de una Red de Cooperativas en la demarcación de la Magdalena Contreras*, producto de la proliferación de organizaciones. De esta forma las cooperativas, que en lo individual enfrentan diversas y puntuales problemáticas, se asocian en una red que busca posicionarse como un *actor-gestor de beneficios para el sector*, que tenga la *agencia* suficiente para influir en las disputas sobre el acceso a los recursos públicos, antes inaccesibles.

(...)este es el que buscaba, mira [muestra un documento] "Convenio de colaboración que realizan, por una parte las sociedad cooperativas, integrantes del Consejo Consultivo de la delegación, de fomento cooperativo y por otra parte los candidatos..." aquí le cambiamos, del pri, del pan, de morena. Entonces esto fue parte de una pequeña historia de lo que venimos trabajando, y de cuáles eran las peticiones, y cuáles eran los compromisos que nosotros buscábamos con ellos, en la política... pues, qué era lo que buscábamos establecer: políticas de fomento institucionales permanentes para la próxima alcaldía, promoción y fortalecimiento del modelo de organización económico social del cooperativismo en conformidad con las disposiciones, y luego

fortalecer las estructuras, institucionalizar los procesos, diseñar una política transversal para las diversas áreas de la estructura. O sea, que de verdad contáramos con el apoyo, porque está delegación que terminó (...) nos tenía en un pasillo. Extracto de grabación en observación participante: (G.M., 2018: OP-201018-1)

La identificación de este impacto nos permite describir a la RED como un grupo de empresarios, de tipo cooperativistas, quienes se encuentran interesados en mejorar sus propias condiciones, así como para el sector en su comunidad, a través de la generación de empleos en cooperativas que sean *sustentables, sostenibles, ecológicas y restauradoras*.

En suma, los cooperativistas buscan establecer sus valores y la profesionalización, como un distintivo del grupo. Así, la RED se plantea seguir tomando parte en las disputas políticas y con ello poder problematizar, interesar, enrolar y movilizar sus intereses hasta influir en políticas públicas que se ejerzan en favor de consolidar la idea de cooperativismo en la demarcación Magdalena Contreras.

Este dinámico y complejo, Huexolotl Down, ilustra la epopeya de una pequeña comunidad de personas, que al intentar resolver sus problemáticas más inmediatas, precipitaron una serie de procesos que constituyen ya un referente para una diversidad de actores. Su experiencia, refleja una serie de procesos, de causas imaginadas, de aprendizajes, replanteamientos, descubrimientos, sinergias, desencantos y muchas cosas más, que hoy constituyen su principal riqueza. El diseño de Huexolotl Down, no se *hizo*, sino que *se fue* –o en todo caso *se está* - haciendo. Una difícil tarea, la de dar cuenta de un proceso dinámico, una asociación de asociaciones cuyo única recurrencia es el movimiento.

5. REFLEXIONES FINALES

Finalmente, debemos decir que nos queda el desafío de incorporar la experiencia y los resultados de investigación como bagaje para nuevas experiencias. Más allá del objetivo académico, debemos acercarnos al trabajo de intervención en emprendimientos productivos futuros y fortalecer

las capacidades y recursos de un posible consultor especializado, o al menos mejor enterado, en el terreno del desarrollo de empresas con impacto social.

Sin duda, una aspiración fundamental de cualquier disciplina se cifra en poder tener consecuencias prácticas. Sin embargo, puesta en marcha esta intención revela enormes dificultades: desde aquellas que resultan de la separación entre el momento del diseño –y a veces teorización - de las intervenciones; así como en el momento propio de la acción, que demanda lógicas particulares, nuevos actores, la modificación de los recursos y, en consecuencia, arreglos que le impriman un signo de provisionalidad.

La empresa es en muchos sentidos –y cualquier *artefacto social* -, *un solidificador de las intenciones humanas* (LATOURE, 2008), al tiempo que se revela como *un vector* de las mismas y *catalizador implacable de las contingencias*. Es un producto humano, tanto como un mecanismo que posibilita –y limita - la acción y el logro de los objetivos de un emprendimiento. Expresión de voluntades, es también la expresión de límites y desafíos, visualizarla como una entidad que refleja las dinámicas sociales, se revela como una exigencia ineludible y rica en consecuencias para su comprensión. Ubicarla en el tejido social, entendiendo a este, sus actores e instituciones como expresiones de intenciones influidas a su vez por su circunstancia, permite diseñar estrategias y formas de interacción en estos entornos con una surte de conciencia anticipatoria que comprende que los escenarios no son inamovibles y las rutas de acción no están trazadas de una vez y para siempre.

El escenario *social, institucional y empresarial*, posee las formas y posibilidades de acción que los actores le han impreso y sobre todo han reproducido en función de sus certezas o de prácticas estratégicas que garantizan la reproducción de sus condiciones de existencia (Latour, 2008). Pero no son las únicas, sino que constituyen un accidente, un derrotero posible, que analizado con atención revela más posibilidades que las formalmente expresadas. Identificar estos intersticios u oportunidades constituyen la diferencia: entre actores que se resignan a comprender que

la realidad es como es; y aquellos que entienden que *lo que es*, es sólo en cuanto una expresión de *lo que puede ser*.

Enorme desafío el de comprender con *lo inmediato lo posible*. Las prácticas humanas existen en función de la sedimentación y reproducción de los elementos de que disponemos. Producidos por los hombres, son a su vez productores de sociedad y sus instituciones, innovarlos exige colocarnos en un punto de observación separado de los modos de hacer, ser nosotros y otros al mismo tiempo, la tarea se antoja un despropósito.

¿Cómo resolver este dilema cognitivo, ineludible para el diseño de prácticas humanas innovadoras? La respuesta o ruta posible la encontramos en una perspectiva en debate permanente con el público y consigo misma, que es la *Teoría Actor Red*. Sin pretenderse guía para la acción, esta teoría se ha desarrollado a partir de la puesta en tela de juicio de muchos elementos cuya pertinencia dimos por sentada durante mucho tiempo (LAMO, E., GONZÁLEZ J. & TORRES C.,1994; LATOUR, 2008; RODRÍGUEZ, 2017). La idea de que el científico estaba colocado en una situación de *asepsia cognitiva*, que en el plano de la gestión se encarnaba en la consultoría, imaginándolo como ajeno a las circunstancias o arreglos sociales en que este también existía.

Derivado de esta reflexión, extendieron su comprensión al análisis de las prácticas y colocaron su atención en el conjunto de objetivaciones de las aspiraciones e intenciones humanas, objetos e instituciones, que limitan o potencian la capacidad de actuar de las personas. El entramado resultante de la combinación de *humanos y sus creaciones* constituyen la circunstancia que posibilita la acción. Colocarse fuera es el desafío.

Huexolotl Down constituye una experiencia donde los actores fueron capaces de pensar a través de un emprendimiento productivo "*lo que hay*", la inclusión de actores resignificados "*justo con*" y "*en*" el enclave de una empresa. La idea seminal de la *Teoría Actor Red*, de definir la acción siempre como una condición incierta, permite al investigador mantener una mirada fresca, siguiendo la convicción de captar el movimiento de lo real, en tanto realidad producida por los actores heterogéneos y mantenida por ellos.

Una perspectiva de esta naturaleza provoca desafíos metodológicos que de ninguna manera pueden ser resueltos con las prácticas de investigación disponibles, lo que hay, sino que por el contrario, exigen el desarrollo de estrategias de aproximación que respondan al imperativo de conocer las dinámicas descritas antes, que resulta de la interacción de los agentes. En este sentido, donde manifiestamente podíamos apreciar la futilidad de un estilo de trabajo en campo que buscaba verificar las presunciones hipotéticas del investigador en la práctica, encontramos -por fin- una perspectiva teórica que no supone a *priori* una forma de lo real, en tal sentido no está hecha para aplicarse o verificarse, sino que centra su atención en el conocimiento de su objeto de conocimiento y no en la constatación de sus presupuestos.

Fascinante debate, no podremos si no que dejarlo esbozado en este trabajo, pero lo anterior nos coloca frente a una necesidad y de nuevo, ante una posibilidad. ¿Puede esta perspectiva, sin congelarse, producir una forma de práctica científica y de emprendimiento? Tal es el desafío.

En condiciones de trabajo científico, la creación de un imaginario no determinista es una tarea apremiante, en una sociedad que identifica problemáticas cuya solución recurre a herramientas, a veces, igual de letales, como en el caso del cambio climático que ocupa de manera apasionada la atención de Bruno Latour actualmente.

Las universidades y las instituciones de fomento empresarial, son producto y reproductores de ambientes específicos. Entienden y producen su universo vital y funcional en virtud de lo que saben y creen, Al margen de una valoración o política ineludible, esta aquí el centro de un debate académico de consecuencias públicas; y un grupo de problemas públicos que demandan formas nuevas de plantearlos y acometerlos, esa es la cuestión.

REFERENCIAS

Alonso-MARTÍNEZ, D., GONZÁLEZ-ÁLVAREZ, N., & NIETO, M. **Emprendimiento social vs. innovación social**. En Cuadernos Aragoneses de Economía, 24(1-2), 119-140, 2014.

EGIDO, I. Et al. **La inclusión social y laboral de las personas con discapacidad intelectual mediante programas de empleo con apoyo**. Un reto para la orientación. REOP. Vol. 20, N° 2: 135-146. España, 2009.

GARCÍA, J. **La caja de herramientas de la economía social y solidaria: reparar y construir.** Guía de Economía Social y Solidaria para la administración local (pp. 21-48). Barcelona, España: Diputación de Barcelona, 2014.

GODIN, B. (2012). **Social Innovation: Utopias of Innovation from c. 1830 to the present.** Project on the intellectual history of Innovation (11). Recuperado de: <http://www.csiic.ca/PDF/IntellectualNo11.pdf>.

GUADARRAMA, A. **Ecosistema de Innovación Social en México.** México: Foro Consultivo Científico y Tecnológico, 2017.

GUBER, R. **La etnografía: Método, campo y reflexividad.** Bogotá, Colombia: Norma, 2001

HAMMERSLEY, M. & ATKINSON, P. **Etnografía: Métodos de investigación.** Barcelona, España: Paidós Básica, 1994.

HUYBRECHTS, B. & NICHOLLS, A. **Social entrepreneurship: definition, drivers and challenges. Social Entrepreneurship and Social Business: An Introduction and Discussion With Case Studies** (pp. 31-48). Wiesbaden, Alemania: Springer-Gabler, 2012.

LAMINE, W. **The Social Network and Entrepreneurial Process: A Sociotechnical Approach.** En *Thunderbird: International Business Review* 59(5), 623–633, 2017.

LAMO, E., GONZÁLEZ J. & TORRES C. **La sociología del conocimiento y de la ciencia.** Madrid, España: Alianza Editorial, 1994.

LATOUR, B. **Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor – red.** Buenos Aires, Argentina: Manantial, 2008.

MELIÁN, A., & CAMPOS, V. **Emprendedurismo y Economía Social como mecanismos de inserción sociolaboral en tiempos de crisis.** En *REVESCO* (100), 43–67, 2009.

MULGAN, G. **Social Innovation: What it is, why it matters and how it can be accelerated.** Londres, Reino Unido: The Young Foundation, 2007.

RAMÍREZ, J. **Bruno Latour y las nuevas reglas del método. Repensar a los teóricos de la sociedad III** (pp. 269-288). Ocotlán, Jalisco, México: Universidad de Guadalajara, 2017.

SALINAS, F. & OSORIO, L. **Emprendimiento y Empresa Social, una oportunidad y efectos en una sociedad en transformación.** En *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa* (75), 128-151, 2012.

SUBIRATS, J. **Notas sobre cambio de época y economía social. ¿Nuevas políticas de desarrollo local?.** Guía de Economía Social y Solidaria para la administración local (pp. 9-20). Barcelona, España: Diputación de Barcelona, 2014.

CAPÍTULO 4

CIRCUITO CURTO DE PROXIMIDADES NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO DA EXPERIÊNCIA DE AGRICULTORES FAMILIARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Data de submissão: 01/09/2020

Data de aceite: 06/11/2020

Loreane da Silva Francisco

Mestrado em Administração na
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro
Seropédica – Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/4901946305421516>

Maria Gracinda Carvalho Teixeira

Doutorado em Sociologia na University of
East Anglia, UK
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro
Seropédica - Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/8230657832492432>

RESUMO: A pesquisa tem como objetivo apresentar uma discussão sobre a ideia de Circuito Curto de proximidades alimentares na produção e comercialização, na perspectiva da Economia Solidária, conectando-a a análise empírica da experiência de um grupo social de pequenos produtores da agricultura familiar do Município de Magé, na região metropolitana do Rio de Janeiro. A suposição inicial da pesquisa foi de que o Circuito Curto pode se configurar numa expressão recente de Economia Solidária, apropriada por um grupo de agricultores familiares e pode

se constituir no enfrentamento e busca de soluções para a sua situação de desproteção das políticas sociais. As fontes orais da pesquisa acenam para uma forma de subsistência que vem acrescentar às operações mercantis, e que apesar de não promover uma alternativa ao capitalismo e de também não complementá-lo, se constitui uma espécie de resgate de princípios morais e éticos da economia por meio da edificação de iniciativas pensadas coletivamente.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária. Política Social. Agricultura Familiar. Circuito Curto. Magé, RJ.

SHORT CIRCUIT OF CLOSENESS FROM THE PERSPECTIVE OF SOLIDARITY ECONOMY: A STUDY OF THE EXPERIENCE OF THE STATE OF RIO DE JANEIRO'S FAMILY FARMERS

ABSTRACT: The research aims to present a discussion about the idea of Short Circuit of food closeness in production and commercialization from the perspective of solidarity economy,

connecting it to empirical analysis of the experience of a social group of small producers family farming in the municipality of Magé, in the metropolitan region of Rio de Janeiro. The initial assumption of the research was that the Short Circuit can be configured in a recent expression of Solidarity Economy, appropriated by a group of family farmers and can constitute the confrontation and search for solutions to its situation of unprotection of social policies. The oral sources of the research wave to a form of subsistence that comes to add to the market operations, and which, although it does not promote an alternative to capitalism, and also not complement it, constitutes a kind of rescue of moral principles and economic ethics through the building of initiatives collectively designed.

KEYWORDS: Solidarity Economy. Social Policy. Family Agriculture. Short Circuit. Magé, RJ.

1. INTRODUÇÃO

Os países em desenvolvimento são os que mais sofrem com altos índices de desigualdade social, o que denota uma forte relação com o acesso aos direitos sociais fundamentais em contextos desprovidos de um Estado de bem-estar social pleno, pautado na justiça social. O conceito de Estado de bem-estar social é baseado na ideia de que o homem possui direitos indissociáveis à sua existência enquanto cidadão; tais direitos são os direitos sociais (NAVARRO, 1997).

O Brasil, assim como outros países em desenvolvimento e na sua condição de capitalismo periférico se vê diante de um período recente de desconstrução e arrefecimento de importantes políticas sociais que permitiriam se chegar a um padrão a que se poderia considerar como possível ampliação do regime de bem-estar brasileiro, pois o país vinha avançando em direção à universalização de direitos sociais básicos.

O termo “capitalismo periférico” vem do binômio centro-periferia (PREBISH, 1949/2000) divulgado nos documentos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que denuncia as assimetrias nas relações entre os países do Norte e do Sul e tem como característica principal a concentração de renda e riqueza acima da observada no capitalismo desenvolvido. A CEPAL registra que na América Latina, a produção capitalista

está pautada em duas premissas principais: a abundância de recursos naturais e a superexploração do trabalho. Esta condição tanto esteve presente como se reproduziu, na América Latina, ganhando o sentido de especificidade. Tal fato se deu, principalmente, devido às bases econômicas de monocultura e à abundância de mão de obra. A superexploração seria a única maneira dos países latino-americanos gerarem excedentes para transferirem aos países desenvolvidos, já que supostamente não possuem os aparatos tecnológicos para a produção de bens com alto valor agregado e, conseqüentemente, não haver maneiras de competir com os países centrais dentro da lógica imposta pelos mecanismos da economia e da divisão internacional do trabalho, perpetuando a situação de dependência em relação aos países centrais.

Vale lembrar que a partir de 1994 o Estado brasileiro passa a implementar políticas públicas mais universalizantes e inclusivas, o que fez com que, durante todo este período, o país conseguisse edificar, nesse âmbito, características próprias (GRIN, 2013). Assim, levando em conta a sua singularidade no que tange a estrutura responsável pela implementação e manutenção das políticas sociais destinadas a reduzir as mazelas inerentes a esta condição periférica (TAUILLE; RODRIGUES, 2004).

A crise da empregabilidade, a precarização do trabalho, gerando altos índices de exclusão social e econômica urgem pela formulação de uma nova agenda para o poder público que venha combater, por meio de políticas sociais, o desemprego estrutural e a incapacidade do mercado de trabalho de absorver este contingente de modo a suprir as necessidades de bem estar. Essa crise tem gerado a adoção de soluções convertidas em iniciativas surgidas no seio da sociedade civil, como uma forma de “sobrevivência” - ações vêm se transformando em transações coletivas como um tipo de resposta ao sistema socioeconômico excludente.

Uma dessas iniciativas que vêm sendo estudadas e ganhando destaque no meio científico é a Economia Solidária (ES) que se compreende como um movimento social que se insere no conjunto dessas ações coletivas. O entendimento de Economia Solidária possui interpretações diversas, que vão desde posturas mais críticas às mais idealistas conforme

visto na literatura especializada. Utilizando não somente as contribuições teóricas dos estudiosos desse movimento dos trabalhadores, como também as experiências concretas de ES, tem se observado que a formação desses empreendimentos coletivos surge em geral, num momento de crise estrutural. As leituras atuais dos empreendimentos solidários tendem a polarizar os debates: de um lado, a crítica filiada a uma tradição marxista clássica que enxerga nessas iniciativas um elemento de desmobilização dos trabalhadores frente ao capital; de outro, posturas de certa forma entusiastas em relação aos efetivos impactos desses empreendimentos na superação da pobreza (MACHADO, 2014).

As reflexões dos estudiosos da temática também apontam que o movimento sugere uma dupla alternativa: por um lado, como organização funcional ao sistema, logo, uma alternativa produtiva de geração de trabalho e de renda; e por outro, como uma forma de resistência dos trabalhadores.

Nos países da periferia mundial como o Brasil, sempre foi comum a sobrevivência de iniciativas econômicas que se fundamentam no trabalho e utilizam princípios de reciprocidade que adaptam a produção material às necessidades coletivas como um fundamento primordialmente social. Esse ponto de partida é importante, inclusive, para a relevância de se compreender não somente a trajetória histórica da ES no Brasil, mas também como esta foi tomando novas formas até chegar a expressões mais recentes, o que se verá no estudo. Para dado propósito, o presente estudo intenta verificar, no tocante à EC, para qual direção no cenário atual aponta esta categoria econômica e que papéis assumem os agentes em seu fortalecimento. Ainda que seja um resultado – direto e indireto – das consequências do capitalismo sobre a situação de desemprego e pobreza dos trabalhadores (SINGER, 2000), a economia solidária tem provado ser capaz de conviver com o próprio capitalismo e ser uma resposta às suas mazelas.

Nesse contexto, apresentamos uma discussão sobre o Circuito Curto de proximidades alimentares na produção e comercialização na perspectiva da Economia Solidária, conectando-a a análise empírica da experiência de um grupo social de pequenos produtores da agricultura familiar do Município

de Magé, na região metropolitana do Rio de Janeiro. A suposição inicial da pesquisa foi de que o Circuito Curto pode se configurar numa expressão recente de Economia Solidária, apropriada por um grupo de agricultores familiares e pode se constituir no enfrentamento e busca de soluções para a sua situação de desproteção das políticas sociais. As fontes orais da pesquisa acenam para uma forma de subsistência que vem acrescentar às operações mercantis, e que apesar de não promover uma alternativa ao capitalismo e de também não complementá-lo, se constitui uma espécie de resgate de princípios morais e éticos da economia por meio da edificação de iniciativas pensadas coletivamente.

O presente artigo é produto de uma pesquisa mais ampla e procura compartilhar aqui os resultados finais da investigação de uma maneira muito breve visto o limitado espaço disponível para expô-los. O artigo segue a seguinte estrutura sequencial: a presente seção introdutória, a segunda que trata da construção do arcabouço teórico do estudo compondo-se de duas partes; a terceira que trata da metodologia da pesquisa; a quarta em que registram-se a análise da pesquisa e seus resultados e por último, a quinta seção na qual apresentam-se as conclusões seguidas das referências bibliográficas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Diferentes Perspectivas da Economia Solidária

O movimento da economia solidária foi constituído sob a argumentação do aumento da crise do trabalho no contexto mundial cujas consequências se fazem sentir a partir da década de 80. Também podemos considerar o agravamento do descontentamento por parte da população com o sistema público de seguridade social, como um dos fatores que contribuíram para seu surgimento. A perda de emprego ou a sucessão de biscates engendra um déficit de socialização que diminui as chances de se encontrar um emprego “digno”, pois os critérios de recrutamento tendem a privilegiar as capacidades relacionais. Trata-se da espiral que conduz à

exclusão: os desempregados, privados do fato de pertencer socialmente, não conseguem adquirir ou manter as atitudes necessárias à cooperação e à comunicação que se tornam determinantes para a obtenção do emprego (FRANÇA; LAVILLE, 2004).

O desemprego estrutural foi um dos fatores centrais para que a atividade associativa econômica fosse dada como uma alternativa. Esse conjunto heterogêneo de iniciativas recebe diferentes nomes que aludem a uma “outra economia”, economia social, economia do trabalho, economia popular e economia solidária (CATTANI, 2009). Por intermédio dos empreendimentos considerados solidários, trabalhadores sem ocupação que se encontram à margem da sociedade podem obter seu sustento mesmo que seja de caráter temporário e com isso, redescobrir seu papel como sujeito social. Trata-se, em essência, de um tipo de resposta à exclusão do mercado de trabalho.

No âmbito da sua organização e institucionalização, a economia solidária no Brasil originou-se da combinação de diversos atores sociais – relacionados a um movimento que aglutinou forças progressistas da vida do país - em atividades reunidas no I Fórum Social Mundial (FSM). A partir deste Fórum, foi formado o Grupo de Trabalho de Economia Solidária, que culminou, no III FSM, com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A criação do FBES coincidiu, todavia, com o momento da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, consolidando-se no país a institucionalização, devidamente reconhecida pelo Estado, da economia solidária como uma política social - uma iniciativa popular inserida no conjunto das políticas sociais do Estado brasileiro, “fruto da proposição da sociedade civil e da decisão do então Presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva” (MTE/SENAES, 2007, p.11). A intenção central da SENAES foi então viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário (MTE/SENAES, 2013).

A partir da gestão do governo Temer, em 2016, a SENAES perdeu seu status tendo sido rebaixada para Subsecretaria na nova estrutura do

MTE, com a redução de dois departamentos, perda de cargos de direção e saída do economista Paul Singer e entrada do subsecretário escrivão aposentado da polícia do Estado do Paraná, Natalino Oldakoski, conforme Decreto de nº 8894 de 03 de novembro de 2016 (MTE, 2017). Mesmo com restrições institucionais e hierárquicas, a SENAES lançou em 2017, dois editais de chamada pública para apoiar ações de economia solidária com investimentos governamental disponíveis, mais nada comparado com os estímulos impetrados na época do gestor da SENAES, seu maior entusiasta, o economista e professor Paul Singer. O objetivo desses editais de 2017 foi de apoiar projetos que contribuíssem para a redução das desigualdades socioeconômicas e o resgate da população em situação de extrema pobreza (MTE, 2017).

A SENAES (2013) registrou que a economia solidária expressa um novo modo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão e a cooperação em empreendimentos coletivos, redes e cadeias solidárias articuladas no âmbito de segmentos econômicos. Reitera-se que Singer, em seus escritos mais recentes, em coautoria afirma que a ES não é um novo modo de produção, pois possui uma lógica distinta dos princípios basilares da economia de capital. Para Singer e Souza (2012), o pilar norteador deve ser o ser humano em sua integralidade, como sujeito e finalidade das atividades econômicas, desenvolvendo as capacidades dos trabalhadores e trabalhadoras, e valorizando o associativismo, o trabalho dos setores excluídos da sociedade objetivando um novo modelo de desenvolvimento sustentável e solidário. Enfatizam ainda os referidos autores que este modo distinto de gerir apresenta-se como um tipo de resposta dos próprios trabalhadores às mazelas do capitalismo, visto que são adotados princípios e conceitos diferenciados que valorizam a democracia, desenvolvimento humano, cooperação e a proteção do meio ambiente, ressaltando a condição de que todos os seres humanos são iguais.

Com a criação da SENAES, não somente as ações de Economia Solidária ganharam institucionalização, com o estímulo do Estado; mesmo que de forma inexpressiva visto que privilegia-se o agronegócio na

gestão governamental atual, no território brasileiro foram fomentadas as atividades de ES em passado recente através de políticas direcionadas para o apoio de bancos e fundos comunitários, processos de capacitação e de desenvolvimento local e ações de comercialização, dentre outros, para fortalecer a ES.

Entretanto, apresenta-se um dilema à ES quando França e Laville (2004) argumentam que o Estado não possui capacidade efetiva para inserir o total da população economicamente ativa no mercado e por outro lado, a indústria ocupa ainda um lugar estratégico na economia em nome dos ganhos de produtividade que ela gera, e ainda assim, contudo, ela não pode mais desempenhar um papel motor na criação de empregos. É coerente, nesse sentido, pensar que a crise do Estado de bem-estar social requer uma reorganização das diretrizes voltadas a estrutura mercantil, dado que, o aumento do desemprego faz com que outras iniciativas de desenvolvimento sejam prioritárias.

Em contrapartida, existem vertentes críticas que analisam tal fenômeno de forma distinta. Em seus estudos, Carvalho (2011) parte do princípio de que a ES deve estar pautada em uma nova lógica de desenvolvimento, que seja capaz de combinar o crescimento econômico, a finalidade econômica, com o desenvolvimento humano, a partir de um ponto de vista humanista. Reconhece que, por meio do mercado de capital a ES pode se desenvolver, fazendo com que a mesma não seja um modo de produção alternativo, mas sim, um movimento concomitante e que se manifesta dentro do próprio capitalismo sem ruptura ou transição.

Carvalho (2011, p. 15) argumenta ainda que, longe de ser um espaço para o desenvolvimento de pensamentos e políticas contestatórias, a Economia Solidária é uma proposta que reúne o ponto de vista do debate “ideopolítico” da visão da esquerda e que, para o capital, tal iniciativa apresenta perspectivas que podem ser bastante favoráveis. Ao se apresentar como movimento concomitante, conforme a visão de Carvalho (2011) este possui a capacidade de superar a alienação capitalista e até mesmo a exploração social, se apresentando como uma política (mas também como

movimento) que promove uma manipulação ideológica como forma de garantir consentimento e contenção social. Dessa forma, o autor afirma que a ES faz sentido como concebida no interior do sistema capitalista, visto que, embora existam discursos em disputa – que pretendem transformar ou conservar as relações capitalistas –, a economia solidária, em sua relação com uma totalidade mais abrangente, é um movimento que, na sua visão, não apresenta alternativas reais frente à disputa entre projetos societários, para além do capitalismo.

No entanto, para Singer (2002), o sistema capitalista apresenta um viés controverso visto que, cria possibilidades de desenvolvimento de organizações de cunho econômico cujo fundamento se difere do modo de produção hegemônico. A ES se designa como este tipo de organização, visto que Singer (2002, p.121) a qualifica como “anticapitalista”.

Levando-se em conta as distintas interpretações, de um modo geral é possível argumentar que a ES possui um viés paradoxal de inserção social e desenvolvimento dentro do sistema capitalista.

Como discussão posterior, trazemos a heterogeneidade de ES e suas formas assumidas para que conheçamos seu universo de empreendimentos e possamos focalizar na tipologia do objeto de estudo especificamente.

2.2 Economia Solidária: Tipologias e Expressões Recentes

Economia solidária é o termo que vem sendo empregado para designar e identificar politicamente uma variedade de iniciativas coletivistas de produção, comércio, consumo, poupança e crédito balizadas por princípios idealmente igualitários e democráticos (SOUZA, 2011). Esse conjunto de atividades engloba práticas autogestionárias, cooperativismo, associativismo, ações de troca de mercadoria e serviços movidos por princípios alternativos em algo chamado comércio justo, entre outras atividades como o circuito curto de comercialização.

Com base nas contribuições de diversos estudiosos de ES, apresenta-se o quadro abaixo que reúne os tipos de empreendimentos principais de Economia Solidária e suas definições:

Quadro 1 - Tipologias de economia solidária e suas definições

Tipologias de Economia Solidária	Definições
Cooperativismo	Cooperativas são organizações onde um determinado número de pessoas se une buscando fins comuns a partir de um conjunto de regras pré-estabelecidas por esse grupo. (CORNELIAN, 2006).
Clubes de troca	São formados por pequenos produtores de mercadorias que constroem para si, um mercado protegido ao emitir moeda própria que viabiliza o intercâmbio entre os participantes (SINGER, 2000).
Empresas autogestionárias	Trata-se de mais uma forma na qual pode se materializar a Economia Solidária. As empresas autogestionárias geralmente nascem da iniciativa de trabalhadores que se associam e montam uma empresa na qual não terão a figura de um patrão, mas todos são responsáveis pelo bom andamento do negócio. Outra forma de autogestão acontece nos casos em que trabalhadores assumem uma empresa em situação falimentar ou pré-falimentar da qual fazem parte. (MARTINS; CRUCIAL; ARAÚJO, 2007).
Comércio Justo	O que se visa com o comércio justo é o contato direto entre o produtor e o consumidor, o que por si só já traz maiores benefícios do que se tivessem intermediários, e espera-se que este contato reflita o propósito dessa atividade, que é justamente a distribuição da riqueza em modo digno e justo (SENAES, 2013).
Circuito Curto de Proximidades	É uma forma de organizar e comercializar os produtos permitindo diminuir o número de intermediários entre o produtor e o consumidor (FRANÇOIS, 2000). Circuitos curtos são inspirados em experiências de desenvolvimento local, com todas suas variantes, economia solidária, comércio justo, e agrega um novo componente, a preocupação com a sustentabilidade ambiental. A proposta é que, ao fortalecer os circuitos curtos de produção e consumo, o projeto de desenvolvimento busque a criação de oportunidades para os atores locais, maiores possibilidades de promover a sustentabilidade ambiental, a equidade social e a qualidade de vida no território (DAROLT; LAMINE; BRANDEMBURG, 2013).

Fonte: Cornelian (2006); Singer (2000); Martins, Crucial e Araújo (2007); SENAES (2013); François, (2000); Darolt, Lamine e Brandemburg (2013).

As diferentes tipologias de ES apresentadas na literatura especializada, independente das visões distintas de seus estudiosos, acenam de um modo geral para a ES como uma possibilidade, aos envolvidos,

de vivenciar a construção de laços sociais compostos por solidariedade e ajuda mútua no campo econômico alternativo.

Expressões recentes consideradas no âmbito da Economia Solidária têm se destacado na literatura, mesmo que ainda com pouca expressividade, mas que requer atenção. É a chamada dinâmica do Circuito Curto (CC) de proximidades alimentares na produção e comercialização, foco principal desse estudo. Embora ainda não possua definição oficial no Brasil, os seus idealizadores, produtores do setor agroalimentar da França, têm utilizado o termo para caracterizar os Circuitos Curtos que dispensam intermediários ou que mobilizam até no máximo um intermediário entre produtor e consumidor (DAROLT, 2012; DAROLT et al., 2013). Mas não se trata apenas de distribuição, a dinâmica de Circuito Curto. Podemos diferenciar o CC em duas vertentes: aquela em que ocorre a venda indireta, quando há a incidência de um intermediário, no caso da entrada de outro produtor, um mercado local, uma cooperativa, entre outros, e a venda direta que consiste na entrega direta do produtor ao consumidor. Além disso, outras denominações também aparecem na literatura, como mercados de proximidade ou mercados locais (DAROLT, 2012; DAROLT et al., 2013).

Com a venda direta, cria-se a possibilidade do preço reverter majoritariamente para os pequenos produtores da agricultura familiar, destacando-se como uma forma de valorização dos produtos locais, em virtude dos benefícios que podem trazer para os agricultores, consumidores e, em particular, para as zonas rurais.

Conforme Caccia Bava (2015), os circuitos de proximidade alimentares como também podem ser chamados os CC possuem uma perspectiva multidimensional que pode ser composta em três vertentes:

1. Dimensão econômica: os agentes locais mobilizam os recursos do território para aumentar a sua competitividade e explorar novos mercados;
2. Dimensão sociocultural: os valores ligados à identidade e ao patrimônio fundamentam e reforçam o processo de desenvolvimento;

3. Dimensão político-administrativa: maior protagonismo dos governos locais.

Ao contrário desse mecanismo, temos o circuito longo, que é predominante na economia contemporânea capitalista. Como destaca o referido autor,

Por circuitos longos entendemos, por exemplo, a exportação de commodities. A soja que é plantada na região central do país e que é exportada para a China. Tomemos este exemplo. A plantação extensiva de soja requer grandes áreas e acaba por concentrar ainda mais a terra no Brasil, expulsando a agricultura familiar. As técnicas de produção são todas mecanizadas, requerendo grande maquinaria e técnicos especializados para operá-las. Tudo isso requer muito capital. É preciso investir em silos, estradas de ferro, portos, navios, sem considerar o enorme gasto de energia. Os circuitos longos, ao contrário do que prega a ideologia do mercado, pauperizam o território em que operam, retiram dele recursos naturais e a riqueza gerada pela produção, que é transferida para os centros financeiros internacionais. Como seu objetivo não é o desenvolvimento do território, também não se preocupam com a degradação ambiental que geram. Com a adoção de novas tecnologias, dos avanços na mecanização e na automação, estes grandes empreendimentos passaram também a absorver muito pouca mão de obra local. O saldo para os atores locais e o desenvolvimento do território não é favorável (CACCIA BAVA, 2015, p. 4).

O sistema de distribuição preponderante de circuitos longos favorece as empresas de grande porte, nacionais e multinacionais, grupos que possuem forte lobby econômico e forte influência política e financeira. Desta forma, os governos, capturados por estes interesses, orientam as políticas públicas para lhes dar suporte em seu crescimento e lucratividade (CACCIA BAVA, 2015).

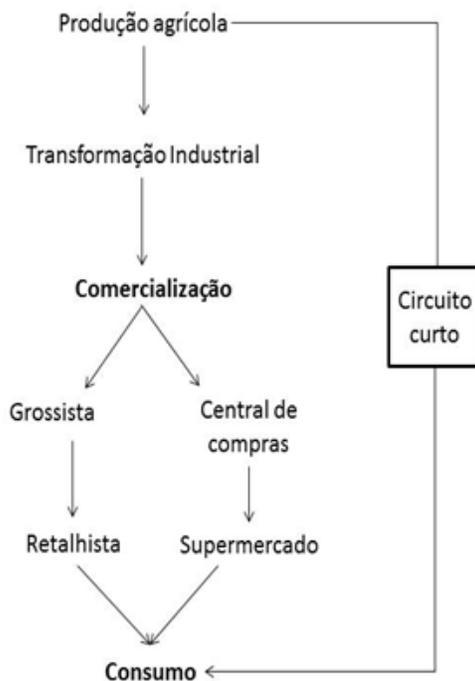
Argumenta o referido autor que os circuitos longos alimentam a concentração de renda e favorecem o alcance do fim último das grandes organizações, a maximização do lucro e centralização do poder no mercado. Aprofundam as desigualdades sociais levando uma população “marginalizada” a criar formas alternativas de geração de renda e trabalho, que por muitas vezes redundam em práticas de Economia Solidária.

Como observa Coraggio (2003), nos seus estudos sobre estratégias de sobrevivência local, estas surgem da incapacidade do sistema de incorporar

a todos, fazendo com que as pessoas, famílias, grupos e comunidades locais recorram, crescentemente, a táticas coletivas de sobrevivência e nesse contexto, os denominados empreendimentos econômicos solidários (EES) se apresentam como formas de trabalho associativo, que favorecem a autogestão com conseqüente valorização da construção de redes colaborativas e novos modelos de produção e consumo pautados na democracia, em que podem ser lançadas as bases para a autonomia desses empreendimentos.

Por sua vez, Caccia Bava (2015) comparando os dois modelos de produção e comercialização, o de circuitos longos e o de circuitos curtos que são o campo de atuação dos atores e da economia, argumenta que não há como substituir o primeiro pelo segundo, o que para ele seria utópico. Isso pode ser observado na figura 1. A recomendação do autor é o fortalecimento progressivo dos setores e atividades da economia que possibilitam a integração de pessoas que necessitam desenvolver suas próprias capacidades de inserção social a partir de suas iniciativas. Em vista disso, constatamos em Darolt, et al. (2013) e Caccia Bava (2015) que circuitos curtos são inspirados em experiências de desenvolvimento local, com todas as suas variantes, economia solidária, comércio justo, e agrega um novo componente, a preocupação com a sustentabilidade ambiental. A proposta é que, ao fortalecer os circuitos curtos de produção e consumo, o projeto de desenvolvimento busque a criação de oportunidades para os atores locais, maiores possibilidades de promover a sustentabilidade ambiental, a equidade social e a qualidade de vida no território.

Figura 1 - Distinção entre Circuito Curto e Circuito Longo



Fonte: Françoi (2000, p. 16).

Dentro da modalidade CC, está presente uma série de dispositivos de caráter coletivo ou individual que contam ou não com o compromisso do consumidor e possuem maior ou menor engajamento político (RETIÈRE, 2014). Dito isto, podemos citar, como exemplo de CC, as feiras de produtores familiares.

Julgou-se interessante pesquisar a origem da palavra feira e verificou-se que vem do latim “feria”, que significa dia santo/feriado, e que deu origem ao termo “feira” em português, “feria” em espanhol, ou fair em inglês; elas podem ser compreendidas como o meio mais antigo de relação comercial entre consumidores e produtores (DAROLT, 2012).

As feiras as quais nos referimos nesse estudo são baseadas num regulamento que exclui atravessadores e valoriza os produtos regionais. A inclusão dos pequenos produtores na economia local mostra-se como uma possibilidade realizável, pois demanda uma escala de produção compatível

com os mesmos. Os CC constituem-se como mecanismo de obtenção de renda para a agricultura familiar, buscando aumentar as oportunidades para o crescimento de uma produção de qualidade e um mercado mais justo e solidário.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Levando-se em consideração o problema de pesquisa delineado, entendeu-se o presente estudo como de natureza qualitativa, por ser esta mais aderente com seu objeto, dado que, para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. O presente estudo está estruturado na construção de um arcabouço teórico focado no objeto de pesquisa, constituindo-se a pesquisa bibliográfica. Adicionalmente consultaram-se fontes documentais conforme elencados a seguir: (a) Regimento Interno da Feira da Agricultura Familiar de Magé de 01 de novembro de 2011, (b) Lei nº 2165/2012, que incidi a instalação e funcionamento da FAFM, (c) A publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2009, instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, que cria a SENAES no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego e (d) Decreto nº 8894, de 03 de novembro de 2016, que rebaixa a SENAES para Subsecretaria na nova estrutura do Ministério do Trabalho e Previdência.

Em campo, conduziu-se a pesquisa empírica por meio de entrevistas com roteiro semiestruturado, visto que a entrevista é o instrumento por excelência da investigação social, pois, além de dados que se busca em outras fontes, esta possibilita extrair aspectos provenientes de uma conjuntura cultural e social (MARKONI; LAKATOS, 2003). Os sujeitos da pesquisa foram definidos de acordo com os critérios previamente estabelecidos, levando-se em consideração o seu envolvimento com a Feira da Agricultura Familiar de Magé/RJ.

Os sujeitos da pesquisa totalizaram nove entrevistados e estão elencados conforme se vê no quadro 2:

Quadro 2 - Sujeitos da pesquisa

Sujeitos da pesquisa	Razões para a escolha dos sujeitos
Entrevistado nº 1	Representante da Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Magé, membro da Comissão de Organização da FAFM e participe da FAFM desde o início da criação da feira.
Entrevistado nº 2	Membro da Comissão de Organização da FAFM e participe da FAFM desde o início da criação da feira.
Entrevistada nº 3	Representante da Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Magé e participe da FAFM desde o início da criação da feira.
Entrevistado nº4	Agricultor(a) participe da FAFM desde o início da criação da feira.
Entrevistado nº 5	Agricultor(a) participe da FAFM desde o início da criação da feira.
Entrevistada nº 6	Agricultor(a) participe da FAFM desde o início da criação da feira.
Entrevistado nº7	Agricultor(a) participe da FAFM desde o início da criação da feira.
Entrevistado nº 8	Agricultor(a) participe da FAFM desde o início da criação da feira.
Entrevistada nº 9	Agricultor(a) participe da FAFM desde o início da criação da feira.

Fonte: Escolha com base em trabalho de campo.

Para a abordagem junto aos sujeitos, definiram-se questões norteadoras as quais, como o nome sugere, serviram de orientação para a abordagem das entrevistas.

Quadro 3 - Questões norteadoras da pesquisa

Questões norteadoras
Como se formou a Feira da Agricultura Familiar de Magé/RJ
Como ocorreu a organização dos agricultores familiares em função da Feira da Agricultura Familiar de Magé
Quais os princípios que regem o trabalho dos produtores
Como ocorre o processo de produção e distribuição ao consumidor
Que mudanças ocorreram na vida e no trabalho dos agricultores após o início da sua participação na rede de circuito curto
Quais as vantagens de interagir direto com o consumidor na feira

Fonte: Os pesquisadores

Julgou-se adequada como técnica de análise de dados nesta pesquisa a análise de conteúdo nos moldes de Bardin. Conforme a autora,

“a análise do conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que tem como intuito obter por meio de procedimentos a descrição do conteúdo das mensagens que possibilitem a inferência de conhecimentos referentes a estas mensagens” (BARDIN, 1977, p. 67).

A partir do objetivo da pesquisa, definiram-se, a priori, com base no arcabouço teórico do trabalho, as categorias de análise abaixo apresentadas no quadro 4. As categorias analíticas são orientadoras para a articulação teoria-empíria de modo a auxiliarem para uma interpretação teórico-empírica consistente.

Quadro 4 - Categorias de análise da pesquisa

Categorias	Definição Teórica
Dimensão econômica	Perspectiva dos agentes envolvidos em relação às melhorias econômicas.
Dimensão sociocultural	Valores ligados à identidade e ao patrimônio fundamentam e reforçam o processo de desenvolvimento local.
Dimensão político-administrativa	Aspectos relacionados à participação dos governos/ instituições locais, e outras entidades envolvidas.

Fonte: Elaboração própria a partir de Caccia Bava (2015).

4. ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS DA PESQUISA

O objetivo desta seção é realizar uma articulação entre a discussão teórica que fundamentou a realização do estudo, os principais achados evidenciados nas fontes empíricas. Nessa articulação é importante ressaltar que as categorias de análise foram de fundamental importância para a elaboração das questões norteadoras que guiaram a abordagem empírica.

O trabalho de campo privilegiou a Feira da Agricultura amiliar de Magé (FAFM), inaugurada em julho de 2012 no bairro de Piabetá (pertencente ao distrito de Inhomirim) no município de Magé. Foi uma iniciativa conjunta entre a Associação de Produtores Rurais de Magé, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Agricultura, a Emater-Magé e da ONG AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa), atendendo a uma demanda apresentada pela COOPEMAGÉ (AS-PTA, 2012).

Em 2012, quando do seu surgimento, a FAFM contava com a presença de cerca de 17 famílias produtoras e o dado mais atual que se tem apresenta o número cerca de 26 famílias envolvidas. Dessas 26, 90% cultivam produtos orgânicos (MAGÉ ON LINE, 2017).

Os municípios de Magé, Nova Iguaçu e Japeri foram selecionados para o Convênio 198/09 do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), cujo objetivo foi o apoio à agricultura urbana e periurbana na região metropolitana no Rio de Janeiro, fortalecendo os sistemas locais de produção e abastecimento de alimentos, com ações de formação, assistência técnica, fomento e monitoramento dentro dos princípios da Economia Solidária e agroecologia (AS-PTA, 2012).

Deponentes revelaram que antes da realização do convênio, os agricultores não conseguiam escoar toda sua produção na localidade; direcionavam-na para a Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (CEASA) ou acabavam dependentes de atravessadores, o que não lhes proporcionava o ganho econômico devido e acarretava a não utilização da totalidade das terras disponíveis para o trabalho. Também não possuíam meios para transportar os produtos. Nesse aspecto, o relato a seguir especifica as mudanças que aconteceram:

O negócio melhorou e foi muito sabe? 500%! Pra você ter ideia, no início o colega começou levando mercadoria com bicicleta, ele andava mais de 10 km de bicicleta, saía de madrugada, agora ele tirou carteira de motorista, comprou um fusquinha e agora já comprou uma uno, entendeu? (...) a vida mudou e mudou muito (...) (Entrevistado 1).

Nota-se em algumas falas dos entrevistados, que houve certo consenso entre as opiniões no que tange à melhoria na produção com a FAFM. Quando questionados sobre a relação com a produção, antes do convênio, observa-se na seguinte fala que:

(...) tinha muita terra improdutivo que a gente não conseguia plantar por falta de dinheiro, de capital né? E com isso, tiramos o lucro das mãos dos atravessadores, além de que a gente não conseguia aumentar a produção porque a gente não tinha dinheiro, tudo isso por conta de falta de capital, falta de dinheiro (Entrevistado 3).

Os depoentes identificaram o Circuito Curto mais como um princípio, uma prática que gera oportunidades do que como um conceito. Todos os abordados possuem uma visão abrangente da capacidade desse princípio. Ao fortalecer os Circuitos Curtos de produção e consumo, conforme Caccia Bava (2015) argumenta, o projeto de desenvolvimento dos grupos sociais envolvidos almeja a criação de oportunidades para os atores locais, maiores possibilidades de promover a sustentabilidade ambiental, a equidade social e a qualidade de vida no território.

Os agricultores familiares de Magé abraçaram a ideia do Circuito Curto de proximidades alimentares na produção e comercialização como uma importante alternativa, dado que, a venda dos produtos realizada diretamente pelos pequenos produtores, representa uma estratégia de sobrevivência

face à dificuldade de comercialização e escoamento de produtos na região sem interferência de terceiros.

A inserção dos agricultores familiares aos circuitos curtos tem influência direta das instituições e associações que fortalecem e estimulam estas práticas, conforme relatado acima, o que tem estimulado a inserção desses trabalhadores rurais em mercados encontrados pela agricultura familiar. Isso corresponde à exploração do mercado local através de venda direta ao consumidor sem a presença de intermediários.

Os estudos consultados sobre outras experiências no tocante à Economia Solidária e em especial as que adotaram os CC nos levam a compreender que a temática não se restringe apenas às relações econômicas e políticas com o trabalho; envolve também as iniciativas de cooperação entre os produtores e as relações sociais que podem vir a surgir nos serviços de proximidade existentes no âmbito deste tipo de economia - houve relatos sobre a prática da troca: produtores que trocam produtos entre eles e também muita informação. Existe uma relação de mutualidade que permite várias ações de trocas entre os envolvidos com o processo da feira; há um sentimento de reciprocidade. O entrevistado 2 relatou que começou a comercializar certa variedade de hortaliça devido a sementes que ganhou de outro agricultor familiar.

Ah...essa troca, não é só dinheiro sabe? Vai pela amizade, o interesse em melhorar, em ajudar, cada vez mais...Tem um clima que eu gosto de cooperação ...fora nós se ajudamos um com o outro ...a gente troca sementes ...troca dicas. Por exemplo, eu não cultivava rúcula de folha larga, não achava a semente, mas aí eu recebi a semente do meu vizinho aí agora nós dois produzimos rúcula de folha larga (...).

Uma circunstância que foi esclarecida nos registros do Regimento da FAFM é a questão do escoamento da produção para fora da FAFM pelos agricultores familiares, o que permite que estes também vendam nos seus próprios sítios, seus produtos para compradores interessados (FAFM, 2011).

No que corresponde à relação dos agricultores familiares com os consumidores, a preocupação principal é com o conhecimento passado para o consumidor, da origem dos produtos (FAFM, 2011) e essa confiança,

segundo Darolt (2012), gera uma valorização por parte dos consumidores daquilo que está sendo consumido dos produtores.

Corroborando a interpretação de Darolt acima, Retière (2014) argumenta que o Circuito Curto visa expressar o conceito de proximidade entre o produtor e consumidor; este princípio de proximidade favorece a confiança e pereniza as relações. A entrevistada 3 salienta este princípio quando indagada a respeito desse fato:

As pessoas (consumidores) gostam muito... eles vêm, conversam, conhece os produtos, sabe? Perguntam como é produzido, (...) tem gente que quer visitar até a nossa propriedade (...) Então, entre a gente agricultor e entre o consumidor houve assim... uma aproximação... eles conheceram como que é produzido né? E como nosso produto é fresquinho. Depois que as pessoas começam a ir na Feira (...) elas sentem falta da gente quando falam ah! o que aconteceu? Você não veio... Se torna uma família né?

Quanto à organização dos agricultores em relação à sua participação como integrante da Feira todos devem seguir o Regimento Interno como pré-requisito para entrar na Feira e cabe à Comissão de Organização da FAFM verificar, se as regras de fato estão sendo cumpridas e também há uma maior autonomia quanto à resolução dos problemas de ordem operacional (FAFM, 2011). Nesse sentido, observa-se a fala do Entrevistado 6:

Manter a organização da feira... ser tudo bem organizado...a gente sempre fala sobre manter né...a mensalidade que a gente paga em dia...pra poder né...fazer uma festinha, se a barraca der algum defeito a gente sempre tem que ter um dinheirinho em caixa pra consertar...nós temos um fundo né que cobre essas coisas ... se a balança ou a barraca der algum defeito a gente não precisa tirar do nosso bolso...o fundo serve pra isso... a gente no passado tínhamos organizações que ajudavam a gente no lado financeiro como a AS-PTA, a EMATER, agora não tem mais.

O depoimento acima também acena para a situação atual de pouco apoio financeiro das instituições governamentais comparado com o passado. E esse foi um ponto comum em vários depoimentos, já que, segundo os relatos, os agricultores familiares agora não contam mais, como antes, de apoio seja público ou privado.

Apesar da autonomia conquistada pelos agricultores familiares com as feiras, dentro do princípio do Circuito Curto, isso não significa que os órgãos

públicos responsáveis devam se eximir de suas responsabilidades sobre esse tipo de economia, conforme ponderado por Caccia Bava, (2015). As feiras de agricultura familiar ainda estão longe de receber a atenção necessária por parte dos setores responsáveis, pois estas são parte de uma política social governamental e enquanto tal, devem estar devidamente amparadas para fortalecer as políticas públicas e os programas governamentais voltados para o desenvolvimento rural do país.

Nesse sentido, o referido autor argumenta que o modelo de desenvolvimento capitalista, ao favorecer os grandes e colocar o Estado a seu serviço, impele os demais a procurar formas de sobrevivência social econômica por conta própria. Com efeito, num país como o Brasil, campeão da desigualdade social, grande parte da população se encontra desafiada a criar formas de geração de trabalho e renda.

Tal afirmativa se reforça na fala do entrevistado a seguir, ao ser indagado sobre a relação dos agricultores partícipes da FAFM com as instituições que os auxiliaram na implantação da iniciativa:

Nós fizemos reunião com a EMATER e outras instituições que ajudou a gente com as barraca, as balança que a gente usa aqui no local... graças a Deus tá sendo bom até hoje...e assim, a gente vai levando...e hoje por exemplo, cada um de nós temos um carro em que nós podemos trazer nossa mercadoria, eles ajudaram a gente no começo mas agora não tá podendo ajudar (Entrevistado 9).

Como resultado, por um lado, a pesquisa autoriza a afirmar que a FAFM representa uma luta pela sobrevivência, e que através de uma visão solidária, como estratégia desta sobrevivência, tem absorvido um maior contingente de pessoas que hoje se beneficiam de uma política social criada no âmbito governamental, mas que, com os cortes de financiamento frente a mudanças de governo, precisaram também desenvolver suas próprias capacidades de inserção social e produtiva a partir de suas iniciativas. Por outro lado, percebeu-se que, de um modo geral, há algo forte que move esses pequenos produtores, congregando-os e organizando-os em torno da Feira dos Agricultores Familiares de Magé, sob a crença de que, adotando formas inovadoras de se organizar e de comercializar seus produtos, podem ratificar a autonomia do seu trabalho de agricultor(a) familiar e gerar uma

maior sustentabilidade socioeconômica desse grupo social, não importando o termo que recebe essa modalidade de produção e comercialização.

5. CONCLUSÕES

O presente artigo teve como finalidade apresentar um breve panorama histórico sobre a temática de Economia Solidária e suas manifestações contemporâneas como o Circuito Curto de proximidades, trazendo a análise da experiência de um grupo social de agricultores familiares que tem se apropriado de princípios da ES, na busca de soluções para a sua situação de desproteção das políticas sociais. Sendo a experiência desses agricultores organizados na Feira de Agricultura Familiar do município de Magé (FAFM) na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a base empírica da pesquisa.

Buscou-se salientar que a espiral que conduz à exclusão deixando à margem, trabalhadores desempregados e sem pertencimento social é um forte propulsor da ES assim como apontam França e Laville (2004). Deste modo, por meio dos empreendimentos considerados solidários, trabalhadores sem ocupação formal, e que se encontram à margem da sociedade, têm procurado obter seu sustento mesmo que seja de caráter temporário e com isso, redescobrir seu papel como sujeito social.

Procurou-se expor o importante marco brasileiro da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, consolidando-se no país a sua institucionalização, devidamente reconhecida pelo Estado, como uma política social, a partir de uma iniciativa popular inserida no conjunto das políticas sociais do Estado brasileiro (MTE/SENAES, 2007) e que atualmente, a SENAES se encontra como subsecretaria do Ministério de Trabalho e Emprego e ainda dispõe de atividades de financiamento e fomento à ES no país, conforme informações no site desta secretaria, mesmo que não com o devido peso de outrora.

O trabalho focou tipologias da ES, destacando-se, entre as suas expressões mais recentes, a do Circuito Curto de Proximidades que se apresenta como inovadora e consiste na forma de produzir e comercializar

os produtos permitindo diminuir significativamente, ou mesmo, excluir por completo, os intermediários entre o produtor e o consumidor (FRANÇOIS, 2000), princípio em que a experiência dos agricultores familiares de Magé tenta se calcar.

A pesquisa detectou que algumas instituições que incentivaram a FAFM em sua formação inicial, não acompanham mais de perto seu progresso, como antes, mas que continuam presentes na iniciativa, porém só com suporte técnico e ajuda nos trâmites nos dias de feira.

O espaço de venda direta da experiência de CC permite entregar o produto e receber o pagamento imediatamente, porém isso pode representar também uma dificuldade: é importante responder às demandas dos consumidores para ganhar sua preferência, o que envolve um conhecimento dos hábitos de compra e na consolidação de uma clientela que valoriza a natureza solidária da relação produtor x consumidor.

Contatos com os entrevistados na FAFM permitem registrar uma série de problemas que expõem a existência de indicadores de vulnerabilidade que poderão impactar na sustentabilidade da Feira, como por exemplo, a concorrência com os mercados e sacolões que possuem preços mais atrativos, a sazonalidade das mercadorias, o escasso apoio financeiro das instituições públicas, a falta de publicidade e propaganda, entre outros problemas. Tudo isso como consequência da carência de recursos para investimentos voltados para a agricultura familiar, agravado com atual projeto político de governo que não escolheu privilegiar políticas sociais como pilar do desenvolvimento do país.

A pesquisa conclui que, de um modo geral, pode se observar que o Circuito Curto promove o fortalecimento e reconhecimento da agricultura local. Os fatores de proximidade geográfica e regional entre consumidor e produtor são recursos que elucidam o reconhecimento do agricultor familiar enquanto sujeito social.

A presença efetiva dos agentes sociais envolvidos na iniciativa (consumidores, agricultores familiares, instituições governamentais e não governamentais) é de vital importância para garantir que os Circuitos Curtos

contribuam de fato como uma alternativa de sobrevivência de trabalhadores rurais diante do sistema dominante de produção, comercialização e consumo, propiciando a diversificação da produção, a valorização da produção agrícola familiar e o reconhecimento do seu papel como protagonista no resgate de princípios morais e éticos da economia, por meio da edificação de iniciativas pensadas coletivamente.

HOMENAGEM IN MEMORIAM

Esse artigo presta uma homenagem In Memoriam ao principal idealizador e estudioso do tema da Economia Solidária no Brasil, Paul Singer, o qual foi a principal inspiração para a realização da presente pesquisa.

REFERÊNCIAS

AS - PTA. **É inaugurada mais uma feira da agricultura familiar na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.** Disponível em: < <http://aspta.org.br/2012/08/e-inaugurada-mais-uma-feira-da-agricultura-familiar-na-regiao-metropolitana-do-rio-de-janeiro/>> . Acesso em: 11 mar. 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa, Edições 70, LDA, 1977.

CACCIA BAVA, S. **Circuitos Curtos de Produção e Consumo.** Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll, 2015.

CARVALHO, L. **Economia solidária como estratégia de desenvolvimento: Uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile.** II Conferência do Desenvolvimento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA. Cadernos 47, Brasília, DF. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, 2011.

CATTANI, A. D. **Dicionário internacional da outra economia.** Coimbra, Almedina, 2009.

CORAGGIO, J. L. **Sobrevivencia y otras estrategias en LAC: La perspectiva desde lo local, 2003.** Disponível em: <https://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/sobrevivenciayotrasestrategias.pdf> Acesso in: 21 mar. 2017.

CORNELIAN, R. A. **A concepção de “economia solidária” em Paul Singer: descompassos, contradições e perspectivas.** Araraquara, 2006: Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UNESP. Disponível em: < <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/99005>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

DAROLT, M. R. **Conexão ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores.** Londrina, IAPAR, 2012.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDEMBURG, A. **A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês.** Construção Social dos Mercados, v. 10, n. 2, p. 8-13, 2013.

FAFM – **Feira de Agricultura Familiar do Município de Magé.** Regimento Interno. 01 de novembro de 2011.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. **Economia solidária: uma abordagem internacional.** Porto Alegre, UFRGS Editora, 2004.

FRANÇOIS, M. **Comercializar os produtos locais: circuitos curtos e circuitos longos.** Inovação no meio rural. Caderno nº 7. Observatório Europeu LEADER. jul., 2000.

GRIN, E. J. **Regime de Bem-estar Social no Brasil: três períodos históricos, três diferenças em relação ao modelo europeu social-democrata.** Cadernos de Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 18, n. 63, p. 186-204, Jul./Dez. 2013.

MACHADO, M. I. **Economia Solidária: economia de fronteira?** Otra Economía, n. 8, vol. 14, p.11-21, jan.-jun. 2014.

MAGÉ on LINE. Magé: **Agricultores comemoram cinco anos de Feira de Piabetá.** Disponível em: <https://redetvwebmais.com/site/mage-agricultores-comemoram-cinco-anos-de-feira-em-piabeta/> . Acesso em: 11 dez. 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5ª. ed. São Paulo, Atlas, 2003.

MARTINS, C. H.; CRUCIAL, C. V; ARAÚJO, E. J. da C. **Economia de Comunhão e Economia Solidária: uma distinção de conceitos.** In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - EnANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. Anais [...] Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. 1 CD-ROM.

MINISTÉRIO DO TRABALHO/MT. **Ministério do Trabalho abre edital público para projetos de economia solidária, 2017.** Disponível em: < <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2017/ministerio-do-trabalho-abre-edital-publico-para-projetos-de-economia-solidaria>> . Acesso em: 16 jun. 2017.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social. Teoria, método e criatividade.** 18ª Edição. Petrópolis, Vozes, 2001.

MTE/SENAES. Secretaria Nacional da Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil.** Brasília, 2007. MTE/SENAES. Secretaria Nacional da Economia Solidária. Apoio ao sistema nacional de comércio justo e solidário por meio do reconhecimento de práticas de comércio justo e solidário. Brasília, 2013.

NAVARRO, V. **Produção e Estado do bem-estar: o contexto das reformas.** In: LAUREL, C. A. (Org.) Estados e políticas sociais no neoliberalismo. São Paulo, Cortez, 1997.

PREBISH, R. **O Desenvolvimento econômico da América Latina e alguns se seus problemas principais.** (1949). In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. vol.1. São Paulo, Ed. Record, 2000.

RETIÈRE, M. I. H. **Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas**. Piracicaba, 2014: Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias). 115 páginas. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba, USP, 2014.

SENAES (SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA). **Apoio a implantação de ações integradas de economia solidária como estratégia de promoção de desenvolvimento territorial sustentável visando à superação da extrema pobreza**, Brasília, 2013. Disponível em:< <http://www.mtps.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/programas-e-acoes/acoes-integradas>> . Acesso em:14 mai. 2016.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In: SANTOS, B. S. (Org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Reinventar a emancipação social: para novos manifestos*. 1ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. **Vida nova para as cooperativas de trabalho**. Caderno Opinião, Folha de São Paulo, 16. 06. 2012.

SOUZA, R., A. **Um exame de Economia Solidária**. Outra Economia. Revista Latinoamericana de Economia Social y Solidária, 2011. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2011.59.05/902> . Acesso em: 26 fev.2017.

TAUILE, J. R.; RODRIGUES, H. **Economia solidária e autogestão: a criação e recriação de trabalho e renda**. 2004. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Ipea. Nota Técnica. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5250> . Acesso em 25 fev. 2017.

CAPÍTULO 5

EXPERIENCIA DE ENCADENAMIENTO PRODUCTIVO DE LA QUINUA EN EL CAUCA, UNA MIRADA DESDE LAS ORGANIZACIONES

Data de submissão: 05/10/2020

Data de aceite: 06/11/2020

No violencia, Paz y Desarrollo.

Universidad del Quindío.

Correo electrónico: yanlikav@gmail.com

Ghovevell Juliana Vida Pinilla

Economista, Especialización en
Mercadeo Corporativo,
Magíster en Ciencias Agrarias
Docente Investigador Corporación
Universitaria Autónoma del Cauca
Adscrita al grupo de investigación
Gestión, Desarrollo y sociedad
Correo electrónico: ghovevell.vidal.p@
uniautonomo.edu.co

José Fernando Grass Ramírez

Ingeniero químico, especialización en
gerencia de la producción,
Magister en desarrollo rural,
Doctor en problemas económicos
agroindustriales
Investigador Asociado Universidad del
Cauca
Correo electrónico: jfgrass@unicauca.edu.co

Yanlika Aurora Vidal

Bióloga, Especialista en Gerencia
Ambiental y
Desarrollo Sostenible Empresarial,
Magister en Ingeniería Ambiental,
Estudiante de Doctorado en Desarrollo
Sostenible de la
Universidad de Manizales.
Adscrita al grupo de Investigación en

RESUMEN: La idea de que el origen de la productividad de una empresa no dependa solamente de factores internos a esta, le da vida al concepto de cadena productiva. En este sentido, una cadena productiva se constituye como un conjunto estructurado de procesos de producción, con un mercado común y características técnicas y productivas por eslabón que interconectados afectan la eficiencia de la producción (Castro, 2008). Así las cosas, el encadenamiento involucra el accionar de diferentes firmas en torno a la producción de un bien o servicio, abarcando desde la producción de materias primas hasta el consumidor final, teniendo en cuenta las características inherentes a las estructuras organizacionales en el territorio. Respecto a la producción de quinua en Colombia, su cultivo cuenta con un área sembrada aproximada de 2.550 hectáreas, cuya producción se concentra principalmente en 8 (ocho) departamentos, siendo Cundinamarca el de mayor participación, le siguen

Cauca, Boyacá y Nariño de acuerdo con cifras reportadas por el Ministerio de Agricultura (2016). La quinua en el Cauca se constituye no solamente como un producto que puede generar seguridad alimentaria, sino también como fuente de ingresos para un gran número de familias. El propósito de este artículo es el de presentar la experiencia de encadenamiento productivo partiendo del eslabón producción, acorde con la información que da cuenta de las características de la agrocadena de la quinua durante la intervención estatal a través de la ejecución del proyecto “Consolidación de la actividad productiva de la quinua, mediante el fortalecimiento de la cadena productiva”. Se soporta en la sistematización de experiencias en actores relacionados con la producción, transformación y comercialización. Como resultado se identifican factores que favorecieron el encadenamiento del eslabón de la producción con la agroindustria y los comercializadores del grano en el departamento, así como, estrategias que acentúan las potencialidades de eslabonamiento.

Palabras-Clave: Agrocadena, Quinua, Organizaciones, eslabonamiento.

RESUMO: A ideia de que a origem da produtividade de uma empresa não depende apenas de fatores internos dá vida ao conceito de cadeia produtiva. Nesse sentido, uma cadeia produtiva se constitui como um conjunto estruturado de processos produtivos, com um mercado comum e características técnicas e produtivas por elo que, quando interligadas, afetam a eficiência da produção (Castro, 2008). Assim, a cadeia envolve a atuação de diferentes firmas em torno da produção de um bem ou serviço, desde a produção de matéria-prima até o consumidor final, levando em consideração as características inerentes às estruturas organizacionais do território. Quanto à produção de quinua na Colômbia, seu cultivo tem uma área plantada de aproximadamente 2.550 hectares, cuja produção se concentra principalmente em 8 (oito) departamentos, sendo Cundinamarca o que tem maior participação, seguido de Cauca, Boyacá e Nariño segundo números reportados pelo Ministério da Agricultura (2016). A quinua no Cauca se constitui não só como um produto que pode gerar segurança alimentar, mas também como fonte de renda para um grande número de famílias. O objetivo deste artigo é apresentar a experiência da cadeia produtiva a partir do elo da produção, de acordo com as informações que dão conta das características da agro-cadeia da quinoa durante a intervenção estatal por meio da execução do projeto “Consolidação da atividade produtiva da quinua, por meio do fortalecimento da cadeia produtiva”. Apoiar-se na sistematização de experiências em atores relacionados à produção, transformação e

comercialização. Como resultado, são identificados fatores que favoreceram a vinculação do elo produtivo com a agroindústria e os comerciantes de grãos do departamento, bem como estratégias que acentuam o potencial de vinculação. **PALAVRAS-CHAVE:** Agro-cadeia, Quinoa, Organizações, ligação.

INTRODUCCIÓN

La producción, transformación y comercialización de quinua son instrumentos que generan capacidades productivas al interior de las regiones y elementos clave para contrarrestar el hambre en el mundo. La quinua es un recurso alimentario natural que por su alto valor nutricional se considera como un alimento indispensable para fortalecer la seguridad alimentaria en nuestra sociedad, de manera especial para las generaciones futuras, de acuerdo con el informe presentado en el año 2017 por la Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación –FAO–. La producción de quinua en el Cauca, se ha visto como una oportunidad para fortalecer la alimentación de las familias del sector rural, así como un mercado en expansión gracias a la tendencia de un consumo más saludable.

En este sentido, contextualizar la estructura de la cadena a través de las experiencias de los actores, permite analizar los procesos productivos, de poscosecha, transformación y de comercialización adoptados por integrantes de algunas asociaciones productivas, entidades públicas e instituciones privadas que actúan en la agrocadena de la quinua en este departamento. Para ello se utilizó como metodología, el Análisis de Cadena a partir de la sistematización de experiencias con información suministrada por actores clave en cada territorio, propiciando la identificación de variables inherentes al proceso productivo que fortalecen la transformación y comercialización del grano en el departamento. Esto, se logró contextualizando acciones de producción y pos cosecha en el cultivo de quinua durante el proceso de fortalecimiento realizado por la gobernación del Cauca a través del primer proyecto implementado a partir del sistema general de regalías a la agrocadena de la quinua.

Perspectivas de la producción de quinua en Colombia y el mundo

El cultivo de quinua tiene una gran adaptabilidad climática y de suelos, debido a su diversidad genética, en este sentido y dependiendo de la variedad puede cultivarse desde el nivel del mar hasta los 3.800 metros de altitud. A nivel global la producción de quinua ha ido en aumento en los últimos años y se concentra en Bolivia, Perú y Ecuador. Un poco más del 80% de la producción mundial se genera en estos tres países.

Adicional a lo anterior, en cuanto al intercambio comercial de quinua, el comportamiento es similar al de producción, en este caso los países exportadores son Bolivia, Ecuador y Perú. Un poco menos del restante de las exportaciones las realizan a Estados Unidos (9,8%) y la Unión Europea (7,5%), aunque en estos dos casos gran parte de las ventas corresponden a reexportaciones, del material procesado por la agroindustria (FAO-ALADI, 2017).

En cuanto al destino de las exportaciones se resalta la apertura de nuevos mercados, aunque no varían de manera significativa los tradicionales países de destino de la quinua y sus derivados. Es así como Estados Unidos, que importaba el 34%, pasa a importar aproximadamente el 56% de la quinua del mundo en los últimos cinco años. Alemania, Francia y Holanda también son países destino del comercio de quinua. Por su parte Canadá, Israel y Brasil aparecen como nuevos mercados de relevancia en un mercado cuyo precio de compra oscila entre los US\$2,2 y los US\$ 3, por kilo, para los tipos la blanca, roja y negra (FAO-ALADI, 2017).

En Colombia el cultivo de la quinua tiene gran potencial, el país cuenta con un área sembrada de 2.550 hectáreas, cuyo rendimiento es de 4.781 toneladas al año, de acuerdo con cifras reportadas por el Ministerio de Agricultura (2016), se concentra principalmente en 8 (ocho) departamentos, siendo Cundinamarca el de mayor participación, le siguen Cauca, Boyacá y Nariño. La evolución de cantidades de producción en el cultivo de quinua se sustenta en la producción a pequeña escala, el 40% de ésta se origina por productores pertenecientes a grupos indígenas, de los cuales el 80% se ubican en el suroccidente colombiano (DINERO, 2016).

Los retos para la producción nacional de quinua en términos de avanzar a nuevos mercados son altos, sin embargo, es innegable que el esfuerzo de los productores de quinua así como de los que impulsan este tipo de producción está dando fruto, ya que en los años ochenta la producción proyectada de quinua era aproximadamente de 6.000 hectáreas, distribuidas así: 500 hectáreas en zonas de cabildos indígenas, 1.200 hectáreas en minifundios y más de 4.000 hectáreas entre medianos agricultores de la zona de Nariño (CASTILLO, 2013). Para el año 2015 la quinua se cultivaba gracias al trabajo de 800 productores, que cosecharon 1.200 toneladas cultivadas en aproximadamente 800 hectáreas, propiciando al interior del país una alta comercialización de los subproductos como harina, leche, colada, snacks y grano (JAGGER, 2015). En Colombia la proporción de área sembrada es baja, respecto a los tres países latinoamericanos con los que se la compara; no obstante, a pesar de ser el país de menor producción cuenta con una alta productividad, lo que podría poner en evidencia la calidad de la tierra, aspectos climáticos relevantes y el aprovechamiento de las condiciones iniciales del cultivo respecto a cultivos asociados, que incrementan el rendimiento, como se observa en el siguiente gráfico.

Gráfico 1. Países referentes en producción mundial de quinua destinada a la exportación.



Fuente: Elaboración propia con base en datos proporcionados por PROCOLOMBIA 2016.

También, se debe tener en cuenta que la tradición en el cultivo de quinua, permite adoptar técnicas de cultivo más eficientes, como el uso de cultivos previos de papa, cuyos fertilizantes contribuyen a favorecer los procesos de producción y la presencia de mujeres al interior de las organizaciones puede favorecer la continuidad del agricultor en el cultivo a pesar de las fluctuaciones del mercado. Estos factores podrían influir en los rendimientos de la producción para Colombia, que son mayores, aunque el área sembrada por hectárea y la producción en toneladas es menos representativa que en Bolivia, Ecuador y Perú.

La economía agroalimentaria, el territorio y el rol de las cadenas productivas

La economía agroalimentaria como rama disciplinaria permite estudiar el desarrollo industrial de la agricultura, lo que incluye innovación tecnológica, las relaciones campo-ciudad y el estudio de las relaciones entre proveedores, productores, industria, mercado, entre otros. En el mismo sentido, los sistemas agroalimentarios que comprenden la producción y comercialización basados en la explotación de los recursos naturales. De esta manera, se permite el estudio de los componentes que se relacionan a las estrategias de las organizaciones y las empresas de cada territorio (GUTMAN y GORENSTEIN, 2017).

De acuerdo a lo anterior, Hirschman (1958) aporta en el estudio de las teorías de desarrollo, específicamente en lo que concierne a los encadenamientos productivos y a la importancia de hacer un análisis intersectorial territorial. Por su parte, Myrdal (1957) citado por Gutman y Gorenstein (2017), explica el nivel de desigualdad en las regiones y el crecimiento desequilibrado, así como las diferencias significativas entre crecimiento rural y urbano.

A lo anterior podemos sumar el concepto de 'núcleo', que se origina en los estudios sobre complejos agroindustriales en América latina, esto hace referencia a las empresas que controlan las dinámicas de producción en las cadenas de transformación de productos agrarios (GUTMAN &

GORENSTEIN, 2017). En este sentido, Gutman y Rebella (1989) plantean que, desde los denominados distritos industriales, así como los sistemas locales de producción, clústers y cadenas globalizadas, se constituyen como maneras para sistematizar las formas locales de producción enfatizando en los elementos endógenos.

La literatura que hace énfasis en la producción agroalimentaria y los factores que influyen en el desarrollo de cada componente, tanto internos como externos, dejan entrever la evolución de los conceptos y de la perspectiva de desarrollo visto desde un ámbito local, que pone en primer lugar al modelo de producción agroalimentaria. Debido a lo anterior, identificar la evolución del modelo permitirá detectar las dinámicas y los elementos endógenos que dinamizan el incremento de la productividad en un territorio.

La noción de distrito agroalimentario hace énfasis en los factores que impulsan el desarrollo de una región, desde el punto de vista de la evolución de cada uno de los factores y agentes que pueden influir en los procesos productivos que se encuentran en áreas de especialización. De la misma manera, la formación de distritos agroalimentarios puede responder a la generación de externalidades positivas, fruto de la existencia de multinacionales o industrias (Roberto FANFANI, 1991).

En este sentido, en el año 1999 Porter introduce el concepto de clúster agroalimentario, que hace referencia a las aglomeraciones productivas en torno a la explotación de recursos naturales. Este concepto además de tener en cuenta la generación de externalidades, también indica cómo influyen factores internos como el clima empresarial y elementos cognitivos adheridos a los procesos productivos (PORTER, 1999).

Pensar a la producción como un conjunto de enlaces surge a partir de lo planteado por Hirschman, para quien existen “encadenamientos hacia adelante y hacia atrás” (1958), que se constituyen como secuencias de decisiones de inversión en procesos propios de la industria y que son propulsores de desarrollo económico.

Porter por su parte describe el conjunto de actividades que se generan en pro de la competitividad en un sector vinculando así el concepto

de 'cadena de valor'. Las actividades que integran la cadena de valor se pueden agrupar en dos clases o categorías, las orientadas a fortalecer procesos como la producción, comercialización y servicios de posventa, y las actividades orientadas a fortalecer los factores de producción y la infraestructura (PORTER, 1985). En ese sentido, la cadena de valor se reconoce como una red que conecta diferentes actividades mediante enlaces que se caracterizan por afectar de manera positiva o negativa la eficiencia del funcionamiento entre actividades (ISAZA CASTRO, 2008).

Sin embargo, a pesar de la similitud de los conceptos, lo presentado por Porter respecto a la cadena de valor no podría ser equivalente al concepto de cadena productiva, pues deja de lado el análisis de los factores externos a la firma que también influyen en los procesos de producción como lo podrían ser los proveedores y los consumidores. En este sentido es necesario rescatar el concepto de "sistema de valor" en el cual se resalta la importancia de los encadenamientos orientados hacia el flujo de información, la provisión de bienes, la prestación de servicios y la generación de procesos innovadores en pro de la eficiencia productiva de las firmas (ISAZA CASTRO, 2008).

Otro concepto relevante a la hora de hablar de cadena productiva es el de Redes de Producción Global; se atribuye la aparición de este concepto a la flexibilización de las relaciones laborales o neo-taylorización, fruto del proceso de reestructuración económica global. Dicho concepto surge como resultado de la fragmentación acelerada de las actividades en algunas cadenas de valor generalmente intensivas en conocimiento (ISAZA CASTRO, 2008).

Al interior de la cadena se tiene que la percepción de los actores puede diferir, debido a ello es importante determinar estrategias que permitan identificar valores y características comunes en los eslabones de la cadena. La triangulación de la información en este contexto, permite identificar consistencia o inconsistencia en los hallazgos, lo que propicia el análisis del papel de la fuente que produjo la información, para así dar credibilidad a la interpretación (BENAVIDES y GOMEZ-RESTREPO, 2020).

Contexto de investigación y desarrollo metodológico

Para analizar la experiencia de encadenamiento productivo de la quinua en el Cauca, con el objetivo de formular un conjunto de estrategias que permitan fortalecer los procesos de eslabonamiento, se realizó un análisis comparativo en tres municipios: Bolívar, Silvia y Totoró. De esta manera, se identificaron las actividades, relacionadas con las combinaciones de factores de producción y su capacidad de eslabonamiento que influyeron, en el fortalecimiento de la producción primaria. Como aspectos a evaluar fueron, continuidad en la producción de quinua, el incremento de los cultivos y el adecuado manejo en cosecha y poscosecha.

En primera instancia se realizó un ejercicio de sondeo que orientó la investigación exclusivamente a productores referidos de los municipios que a partir de la revisión de fuentes secundarias y la información proporcionada por el grupo de instituciones aliadas, se destacaron como municipio que produce volúmenes superiores y con mejor calidad a Bolívar y también aquellos municipios que a pesar de su participación en el fortalecimiento de la agrocadena, no lograron incrementar sus niveles de producción o abandonaron el cultivo apenas se finalizó el proyecto, como Totoró y el municipio Silvia. En este sentido, el análisis de cadena se focalizó en la sistematización de las experiencias de líderes de las principales asociaciones productoras de quinua de cada municipio.

Se realizó la priorización de factores en el eslabón producción de acuerdo con la sistematización de experiencias realizada para el análisis de la cadena. Retomando aspectos básicos a tener en cuenta a la hora de generar proyectos en el eslabón de producción primaria con miras a fortalecer el eslabonamiento para proponer estrategias que contribuyan a dicho propósito.

Resultados y Discusión

Previo al proyecto formulado por la Gobernación del Cauca en el año 2012, para el fortalecimiento de la agrocadena de la quinua, la producción en el departamento del Cauca era incipiente. A pesar de ello, se reconocen como

zonas productoras Bolívar, La Vega y San Sebastián, en donde la quinua era utilizada principalmente para el autoconsumo y la alimentación animal. Luego se implementó la política pública Cauca sin hambre, a través del programa PANES de alimentación escolar que empieza a promocionar este alimento como altamente nutricional e instrumento para combatir la desnutrición infantil en el departamento, lo que potencializó la capacidad para generar una alianza con el propósito de formar un encadenamiento entre los eslabones, producción, agroindustria y comercialización en la agrocadena de la quinua (MUÑOZ, 2019).

En municipios como Totoró y Silvia se reconoce el uso ancestral de la quinua dónde se conocía como ‘quinugua’ y era utilizada principalmente en la alimentación animal, aunque en algunas ocasiones se identificaba como maleza.

En el departamento del Cauca se identifican como zonas de mayor producción los municipios de Bolívar, La Vega y San Sebastián. En el municipio de Bolívar se tiene como productores principales a los agricultores de los Milagros, San Juan y Placetillas, de acuerdo con el director de la Oficina de Planeación de la Alcaldía Municipal de Bolívar. También se evidencia la presencia de la Cooperativa de quinua del Cauca (PÉREZ, 2019).

Respecto a los insumos –proveedores- asociados al eslabón de producción, se identificó la gallinaza como abono principal de acuerdo a productores de Bolívar, Silvia y la institución SEGALCO; pero en el caso de PRODESIC se menciona el abono orgánico compostado como insumo diseñado para ese proyecto.

En el municipio de Silvia, la producción contó con la participación de la asociación ADERCASIL, que tuvo 40 productores, cada uno con el aporte de una hectárea de siembra. No obstante, de los 40 productores solo un productor obtuvo unos pequeños resultados, los restantes fracasaron. Dentro de las principales razones de fracaso, se identifica la poca planificación en la entrega de insumos con los de cosecha, las plagas también fueron un factor muy influyente, en algunas partes el suelo no era fértil y a pesar que la variedad blanca jugaba a su favor por ser dulce, fue muy exigente.

En lo que respecta a las instituciones aliadas, el proyecto marco contó con la participación de instituciones como PRODESIC, Agroinnova, SEGALCO y CREPIC, cada una de estas instituciones formó parte de la población objetivo en este estudio, puesto que generan actividades de apoyo a los diferentes eslabones de la agrocadena en algunos municipios. SEGALCO una empresa transformadora y comercializadora de quinua, con residencia en el departamento (BRAVO, 2019), compro quinua a las asociaciones beneficiarias del proyecto, resaltando la participación de la asociación ASPROQUINUA del municipio de La Vega Cauca, frente al cumplimiento en la cantidad de producción y el tipo de quinua requerido para la transformación y comercialización. En el caso de AGROINNOVA corporación privada sin ánimo de lucro, (AGUDELO, 2019). Participó en el proceso de generación de productos y fortalecimiento organizacional en el eslabón transformación, apoyando a organizaciones como Ricuras Santi, Nutricol, Asocal, Sunlife y SEGALCO.

El Centro Regional de Productividad e Innovación del Cauca –CREPIC–, se ocupó del fortalecimiento organizacional y comercial en el eslabón de producción primaria, enfocando su trabajo en las asociaciones vinculadas al proyecto, así como en la construcción de un paquete tecnológico y la articulación con otras instituciones.

Para el caso de la Gobernación del Cauca, operador del proyecto, su labor fue de gestión y por ello centra su atención en conectar a los productores con empresas transformadoras y comercializadores del grano y la harina de quinua. La Gobernación cumplió con la organización de capacitaciones, apoyo administrativo, elaboración de informes, supervisión, certificaciones INVIMA y dotación de maquinaria al interior de los eslabones de producción y transformación.

Ahora bien, en el análisis comparativo, por municipio se tiene que las condiciones climáticas adversas, son el principal elemento que propicia la reducción o el abandono en la producción de quinua en la población objetivo abordada para esta investigación, lo que coincide con con Rossler (2013), en cuya investigación los principales factores que influyen en el abandono en la producción de Leche son las contingencias climáticas y el precio.

En el eslabón transformación agroindustrial, las instituciones que participaron en el trabajo de campo, identificaron la poca eficiencia en el cumplimiento de los tiempos pertinentes para entrega de materias primas y productos por parte de los operadores del proyecto, la entrega de la maquinaria o insumos requeridos fue otro de los inconvenientes que frenó la articulación en los eslabones de la agrocadena.

Respecto a la capacidad de los productores para adoptar, en primer lugar, el cultivo de la quinua y, en segundo lugar, técnicas de producción y de poscosecha que permitan la adecuada articulación entre el productor y la empresa transformadora, se encuentra; poca receptividad para fortalecer procesos administrativos en el eslabón de la transformación, fluctuaciones del mercado que promueven en los productores comportamientos de incumplimiento en cantidades y calidad del grano, problemas microbiológicos asociados a inadecuados procesos de poscosecha, la coexistencia de cultivos ilícitos que altera la percepción del productor y orienta la capacidad productiva hacia cultivos como el de la amapola, que genera ingresos adicionales a los productores. También, propicia poco interés en los procesos de capacitación, asociados a cultivos alternos. “La amapola tiene toda la cadena garantizada” (Yessica Enríquez, CREPIC, comunicación personal, 2019).

Las instituciones y productores referidos en los municipios objeto de este estudio coincidieron en que aspectos como el clima, la adaptabilidad del cultivo, el liderazgo de los productores, la trayectoria en la producción, credibilidad en las instituciones, apertura a nuevos mercados y capacidad en la producción (áreas de producción) son los factores principales, sumados al fortalecimiento del eslabón de producción hacia la generación de una quinua de calidad y apta, para el nicho en crecimiento que se ha generado en el mercado alimenticio de Colombia y el mundo. La facilidad para comercializar el producto en todos sus tipos se constituye como un beneficio que aporta al productor una reducción en el nivel de incertidumbre.

“La quinua aquí de pronto, uno se arriesga porque es un producto que se vende, sea barato o sea caro, se vende y tampoco es un cultivo que uno tenga que estar ahí fumigue y fumigue, es más descansado

y en realidad viéndolo a la larga es sostenible para la comunidad” (Sandra PÉREZ, productora, comunicación personal, 2019).

En línea con lo anterior, instituciones como SEGALCO encontraron en municipios como La Vega organizaciones indígenas muy bien establecidas, con quienes se pudo constituir relaciones comerciales que perduran. Así mismo Asocal, organización campesina del municipio de Caldono, también se constituye como una empresa muy bien organizada, lo que implica que la tradición o experiencia en la producción y el liderazgo potencializan la adopción de mejor tecnología de producción.

“Mira de hecho por ejemplo a la asociación de La Vega, ellos son indígenas y están bien organizados, en ese sentido, Asocal es una asociación campesina, ellos están también muy organizados” (Jesús Eduardo Bravo, SEGALCO, comunicación personal, 2019).

Las instituciones aliadas y los productores referidos, identifican al clima como principal factor que influye sobre la producción de quinua en el departamento. Dentro de otros factores ya mencionados en el apartado anterior se destacan como potencializadores, la posibilidad de contar con instituciones aliadas que favorezcan la transferencia tecnológica y eslabonamiento entre productores y empresas transformadoras.

“El SENA tiene mucha credibilidad”. (Juan Pablo GUEVARA, Gobernación, comunicación personal, 2019).

Acorde con lo anterior, la empresa transformadora SEGALCO encuentra que existen tejidos, en los municipios en los que se facilita generar conexión entre eslabones. El trabajo colaborativo entre instituciones a la hora de generar acciones para incrementar el volumen de producción y la calidad de la quinua en el departamento del Cauca y municipios con potencial de colaboración entre productores, son características que potencializaron la adopción de prácticas para fortalecer el eslabón de producción.

“Esa es una parte muy positiva, porque la gente de Agroinnova, tenía un personal con un enfoque muy diferente, muy innovador, esa transferencia tecnológica, ese apoyo para generar el desarrollo” (Jesús Eduardo Bravo, SEGALCO, comunicación personal, 2019).

Respecto al análisis comparativo de las potencialidades identificadas por las instituciones clave, se resaltan el clima favorable, la trayectoria de los productores en el cultivo y la adaptabilidad del cultivo, como factores que potencializan la producción de quinua en los municipios abordados.

Lo anterior coincide con el análisis realizado por Martínez (2015), donde uno de los factores relevantes en el éxito o fracaso de proyectos maderables en el contexto mexicano es el capital social.

Para fortalecer la capacidad de producción en el cultivo de quinua y la calidad del grano, que faciliten la articulación del eslabón de producción primaria con la agroindustria, se proponen tres grupos de aspectos relevantes, para tener en cuenta, en la fase de formulación e implementación en proyectos productivos en la agrocadena de la quinua. En este sentido son aspectos clave los factores bióticos, agronómicos y sociales.

Al interior de los factores bióticos se tienen en cuenta las condiciones climáticas de la zona. Respecto a los factores agronómicos estos encierran el tipo de suelo y la sincronización en tiempos para la entrega de insumos, semillas, fertilizantes, fungicidas entre otros, así como las cantidades de dichos materiales que correspondan a lo requerido por el cultivo, teniendo en cuenta la adopción de técnicas de poscosecha, (esto principalmente en la fase de implementación) es importante tener en cuenta el grado de relacionamiento que pueda desarrollar el productor con la empresa transformadora, para que se comprenda la importancia de adoptar prácticas adecuadas en poscosecha. Dentro de estas prácticas se tiene principalmente la identificación de lugares aptos para el secado y el almacenamiento. De igual forma, el relacionamiento con la agroindustria permite llegar a acuerdos que reduzcan la incertidumbre en el nivel de precios, generando la posibilidad de establecer un rango de precios que favorezca tanto a productores como a transformadores.

Respecto a los factores sociales se destaca la participación de la mujer, a la cabeza de las asociaciones debido a su contribución como lideresas de las asociaciones que manejan niveles y calidades de producción más representativas. Respecto a lo anterior, el informe de la FAO sobre género y sistemas agroalimentarios sostenibles afirma que: “[...] las relaciones de

género predominantes en la sociedad tienen lugar y se modifican con las transformaciones económicas e inciden en ellas, es decir las relaciones de inequidad y exclusión no contribuyen a hacer sostenibles las cadenas” (Patricia BIERMAYR- JENZANO, 2016). Por lo anterior, el mismo informe sugiere tener en cuenta los puntos en los que se puede incluir la participación de las mujeres al interior de la cadena de valor.

Por último, en los factores sociales se sugiere analizar el papel de la mujer, en las asociaciones con el fin de determinar su influencia en la permanencia dentro del eslabón producción. Identificar fluctuaciones en los precios para generar alternativas como precios anuales que favorezcan tanto a productores como a transformadores, y conciliar el tipo de infraestructura productiva que se adapte a los requerimientos de la agroindustria y a los recursos de los productores. También, al interior de los factores sociales se sugiere tener en cuenta la tradición en el proceso de producción (perfil del productor), y su antigüedad en procesos asociativos.

CONSIDERACIONES FINALES

El departamento del Cauca carece de información oficial relevante para el productor agrícola y las organizaciones asociadas, que permitan dar cuenta de procesos y características de productores, organizaciones, climas, calidad del suelo, características de asociaciones, entre otros, considerados como relevantes a la hora de incrementar la probabilidad de éxito de proyectos productivos de este tipo. Debido a lo anterior, los esfuerzos organizacionales y del Estado se convierten en una labor individual, atomística, que carece de relevancia y, por ello, se pierden con el tiempo las capacidades desarrolladas en la implementación de proyectos previos.

Es importante consolidar la relación entre el transformador o comercializador del grano y el productor, con miras a acoger recomendaciones de secado, trillado y almacenamiento para garantizar la calidad de la quinua en este sentido las empresas transformadoras pueden contribuir al proceso de especialización de la producción, lo que reduciría los costos de tanto para

el eslabón de producción primaria, como para ellos y en este sentido no solo garantizar comercialización, sino mayores beneficios para los productores.

Otro aspecto importante en la producción de quinua es la coordinación de tiempos de entrega de insumos para la producción con la época adecuada de siembra así como generar procesos de vinculación con instituciones como el SENA y la Cámara de Comercio, pues estas son reconocidas por los productores y generan confianza en los procesos.

Respecto a la diversidad de las comunidades, se podría concluir que en la producción de quinua las comunidades indígenas y campesinas pueden ser eficientes siempre y cuando las condiciones climáticas y el tiempo de entrega de insumos sean apropiados para el cultivo.

Los programas de acompañamiento a productores, deben ser más estables para generar resultados al largo plazo, un subsidio permanente a productores, o provisión de maquinaria entre otros, podrían hacer frente a la fluctuación de precios, y condiciones climáticas inestables.

Las capacitaciones que se realicen en el eslabón producción, deben incluir temas de liderazgo y procesos administrativos. Pues estos fortalecen las capacidades de los productores se sugiere utilizar métodos como la investigación- acción –participativa u otros que permitan la interacción de los diferentes actores para dar valor a sus capacidades y condiciones particulares, respecto al proceso productivo.

REFERENCIAS

Agencia Peruana de Noticias. Andina, **Agencia Peruana de Noticias**. Obtenido de Andina, Agencia Peruana de Noticias: <https://andina.pe/agencia/noticia-disenar-nueva-metodologia-produccion-quinua-cusco-744942.aspx>, 16 de 02 de 2020.

Agrocadenas del Cauca. **Agrocadenas del Cauca**. Recuperado de: <http://publicoquinua.agrocadenascauca.com/info>, 23 de 05 de 2017.

AGUDELO, O. L. **Factores de éxito y fracaso en la apropiación tecnológica en la cadena productiva de la quinua en el departamento del cauca**. (G. J. Pinilla, Entrevistador), 16 de 03 de 2019.

BAZILE, D. et al. (Eds.). **Estado del arte de la quinua en el mundo en 2013**. Santiago de Chile y Montpellier: FAO y CIRAD. Recuperado de: <http://www.fao.org/3/a-i4042s.pdf>. 2014.

- BENAVIDES, M. O., & GOMEZ-RESTREPO, C. **Métodos en investigación cualitativa: triangulación**. Bogotá, Bogotá, Colombia, 25 de 04 de 2020.
- BIERMAYR-JENZANO, P. **Género y sistemas agroalimentarios sostenibles estudios de caso: yuca, quinua, maíz y algodón**. Santiago de Chile: FAO. Recuperado de: <http://www.fao.org/3/a-i5724s.pdf>, 2016.
- CARDENAS, M. **Introducción a la economía Colombiana**. Bogotá: ALFAOMEGA, 2013.
- CASTILLO, A. D. **Diarios de la Quinoa**. Bogotá, 2013.
- CASTRO, J. G. **Cadenas productivas enfoques y precisiones conceptuales**. Investigación, 2005.
- CASTRO, J. G. **Cadenas productivas, enfoques y precisiones conceptuales** . Sotavento MBA, 8-25, 2008.
- DAVIS, J. H., & GOLDBERG, R. A. **A concept of Agribusiness**. Boston: Harvard University, 1957.
- DINERO. **El mercado saludable impone la quinua como fruto del futuro**. Recuperado de: <https://www.dinero.com/edicionimpresa/negocios/articulo/el-mercado-de-la-quinua-en-colombia/225920>, 21 de 07 de 2016.
- FAO-ALADI. **FAO**. Recuperado de FAO: <http://www.fao.org>, 3 de septiembre de 2017.
- FANFANI, R., & MONTRESOR, E. **Il sistema agroalimentare italiano: filiere, multinazionali e la dimensione spaziale dello sviluppo**. Paris: INRA, 1991.
- FINAGRO. **Finagro**. Obtenido de Finagro: <https://www.finagro.com.co/noticias/la-quinua-en-colombia-es-uno-de-los-cultivos-con-gran-potencial-de-crecimiento>, 25 de 04 de 2020.
- Gobernación del Cauca, Secretaria de Desarrollo agropecuario y Minero. **Proyecto Construcción e implementación de la cadena productiva del cultivo de quinua, articulando los eslabones de producción, industrialización y comercialización**. Popayán, 2012.
- Gobernación del Cauca. **Plan Departamental de Desarrollo “Cauca territorio de Paz”**. Popayán, 2016.
- GUEVARA, J. P. **Factores de éxito y de fracaso en la apropiación tecnológica en la agrocadena de la quinua en el Cauca**. (G. J. Pinilla, Entrevistador), 20 de mayo de 2019
- GUTMAN, G. E., & GORENSTEIN, S. **Territorio y sistemas agroalimentarios. Enfoques conceptuales y dinámicas recientes en la Argentina**. Desarrollo Económico, 42(168), 563-587. Recuperado de: <http://www.jstor.org/stable/3455905?origin=JSTOR-pdf>, 2017.
- GUTMAN, G. E., & REBELLA, C. **Subsistema Citrícola**. Buenos Aires: Programa Banco Mundial, 1989.

HIRSCHMAN, A. **The Strategies of Economic Development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

HUNZIKER, A. T. **Los pseudocereales de la agricultura indígena de América**. IICA. (2015). El mercado y la producción de quinua en el Perú. Lima: IICA, 1952.

ISAZA C., J. **Cadenas productivas. Enfoques y precisiones conceptuales**. Sotavento M.B.A. 11, 8-25, 2008.

ISAZA CASTRO, J. **Cadenas productivas. Enfoques y precisiones conceptuales**. Sotavento M.B.A., (11), 8-25. Recuperado de <https://revistas.uexternado.edu.co/index.php/sotavento/article/view/1602>, 2008.

JÄGER, Matthias. **La Quinua a la conquista del mundo: La quinua en Colombia en el año 2020**. Centro Internacional de Agricultura Tropical –CIAT–; Corporación Colombiana de Investigación Agropecuaria –CORPOICA–. Recuperado de: <https://hdl.handle.net/10568/71232>, 2015.

KLIKSBERG, B., & TOMASSINI, L. **Capital Social y Cultura: Claves estratégicas para el desarrollo**. Revista de la CEPAL. 69. Recuperado de: https://www.mincultura.gov.co/areas/fomento-regional/Documents/CapitalSocialyCultura_Kliksberg_1999.pdf, 1999.

MALASSIS, L. **Developpement economique et industrialisation de l'agriculture**. Paris: Economie appique, 1968.

MALASSIS, L. **Economie agro-alimentaire**. Paris: Cujas, 1979.

MARTÍNEZ-BAUTISTA, H., SÁNCHEZ, F. J., ALVARADO, A. A., MALDONADO, H. R., & SALINAS, M. F. **Determinants of success or failure on community forestry projects with government funding in Mexico**. Bosque, 363-375, 2015.

Ministerio de Agricultura.. **La quinua en Colombia es uno de los cultivos con gran potencial de crecimiento**. Recuperado de: <https://www.minagricultura.gov.co/noticias/Paginas/La-quinua-en-Colombiaes-uno-de-los-cultivos-con-gran-potencial-de-crecimiento.aspx>, 10 de 08 de 2016.

MONTOYA, L., MARTÍNEZ VIANCHÁ, L. y PERALTA BALLESTEROS, J. **Análisis de variables estratégicas para la conformación de una cadena productiva de quinua en Colombia**. Innovar, Revista de Ciencias Administrativas y Sociales. 15(25), 103-119, 2005.

NACLERIO, A., & TRUCCO, P. **Construir el desarrollo con políticas públicas: asociatividad, tecnología e innovación productiva**, 2015.

MUÑOZ, E. **Factores de éxito y de fracaso en la apropiación tecnológica en la cadena productiva de la quinua en el departamento del Cauca**. (G. J. Vidal, Entrevistador)

Documentos y aportes en administración pública y gestión estatal, 33. DOI: <https://doi.org/10.14409/da.v0i24.4809>, 05 de 06 de 2019.

ONUDI–, Organización de las Naciones Unidas para el Desarrollo Industrial. **Manual de minicadenas productivas**. Bogotá: Ministerio de Comercio, Industria y Turismo, 2004.

PÉREZ PORTO, J. **Definición.DE**. Recuperado de: <https://definicion.de/rae/>, 24 de enero de 2019.

PEREZ, S. **Factores de éxito y de fracaso en la apropiación tecnológica en la agrocadena productiva de la quinua en el Cauca**. (G. J.-D. Gonzalez, Entrevistador), 27 de 07 de 2019.

PORTER, M. **Competitive Advantage**. New York Free Press, 1985.

PORTER, M. **Globalización, desarrollo Local y redes asociativas**. En. Elgue, M. (comp.) Los Clúster y la competitividad. Buenos Aires: Corregidor, 1999.

PROCOLOMBIA. **Mayor consumo de quinua en Canadá aumenta oportunidades para Colombia**. Obtenido de PROCOLOMBIA: <http://www.procolombia.co/actualidad-internacional/agroindustria/mayorconsumo-de-quinua-en-canada-aumenta-oportunidades-para-colombia>, 7 de abril de 2016.

ROBERTO FANFANI, E. M. **11 sistema agro alimentare; filiere, multinazionali e la dimensione spaziale dello sviluppo, Economie et sociologie rurales**. París: INRA,1991.

ROSSLER, N. S. **Factores determinantes del abandono de la producción de leche en productores del Centro de Santa Fe**. Fave. Sección ciencias agrarias, 12(1-2), 53-65. Recuperado de: http://www.fca.unl.edu.ar/media/investigacion/revistafave/revistafave_12_1-2/6-Rosler.pdf, 2013.

Secretaría de Desarrollo Agropecuario y Fomento Económico. Documento Técnico Proyecto **“Construcción e implementación de la Cadena Productiva del cultivo de Quinua articulando los eslabones de Producción, Industrialización y Comercialización”**. Popayán, 2012.

SALOMÓN SALCEDO, T. S. **Estado del arte de la quinua en el mundo 2013**. Santiago de Chile: Bazile et al (Editores), 2014.

TABARES CASTRILLÓN, Ana María. **Factores de éxito o fracaso en el desarrollo agroindustrial rural**. Estudio de caso proyectos agroindustriales en el Alto Oriente de Caldas. *Ánfora*. 26(46), 65-88 DOI: <https://doi.org/10.30854/anf.v26.n46.2019.553>, 2018.

TAPIA, M. La quinua. **Historia, distribución geográfica, actual producción y usos**. *Ambienta: la revista del ministerio del medio ambiente*, (99), 104-119. Recuperado de: <https://sites.google.com/gl.miteco.gob.es/revistaambienta/n%C3%BAmeros-antiores/99?authuser=0>, 2012.

ZUÑIGA, E. **Factores de Exito y de fracaso en la agrocadena de la quinua en el Cauca, entrevista a Instituciones**. (G. J. Pinilla, Entrevistador, 20 de Mayo de 2019

CAPÍTULO 6

ECONOMÍA DE SOLIDARIDAD Y POTENCIALIDADES PARA SU CONSTITUCIÓN COMO MOVIMIENTO SOCIAL EN EL DEPARTAMENTO DEL CAUCA COLOMBIA

Data de submissão: 23/10/2020

Data de aceite: 06/11/2020

William Bernardo Macías Orozco

Doctorante en Sociología.

Docente investigador

Corporación Universitaria Comfacauca,
UNICOMFACAUCA

Popayan, Cauca.

CV: https://scienti.minciencias.gov.co/cvlac/visualizador/generarCurriculoCv.do?cod_rh=0001465645

Nancy Liliana Chavez Palomino

Maestrante en Aplicación de TIC para la Enseñanza. Contadora Pública.

Estudiante UDES:Universidad de Santander

CV: http://scienti.colciencias.gov.co:8081/cvlac/visualizador/generarCurriculoCv.do?cod_rh=0000126106

Wilson Noé Garcés Aguilar

PhD © en Administración de la Universidad del Valle. Docente investigador

Corporación Universitaria Comfacauca UNICOMFACAUCA, Popayán, Cauca

CV: https://scienti.minciencias.gov.co/cvlac/visualizador/generarCurriculoCv.do?cod_rh=0001389538

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0146-2894>

RESUMEN: En Colombia desde la década de 1970, se viene implementando el modelo neoliberal lo cual, se ha traducido en el

aumento del desempleo, desigualdades sociales, desindustrialización y la quiebra del sector agrícola, afectando de manera particular al campesinado. En este trabajo se hace un acercamiento a la Economía de solidaridad y potencialidades para su constitución como movimiento social en el departamento del Cauca-Colombia. Se muestran de forma general las experiencias de economía solidaria agenciadas por Agro solidaria, el Consejo Regional Indígena del Cauca CRIC, y el Comité de Integración del macizo Colombiano-CIMA. En un segundo momento se concentra la atención en los desarrollos del Cima a través de la Fundación estrella orográfica del macizo colombiano Fundecima-Cima y una de las experiencias significativas al interior de la organización social como es la Asociación de Agricultores de Arboleda. Cabe señalar que, aunque son unas de las más representativas, en cuanto alternativas a la racionalidad y modelo neoliberal, no cubren todas las diversas propuestas de economía solidaria que se desarrollan en el departamento.

PALABRAS-CLAVE: economía solidaria, movimiento social

INTRODUCCIÓN

En Colombia desde la década de 1970, se viene implementando el modelo neoliberal lo cual, se ha traducido en el aumento del desempleo, desigualdades sociales, desindustrialización y la quiebra del sector agrícola, afectando de manera particular al campesinado. En la década del 1990 con la profundización de tal modelo, a partir de la apertura económica y en la década del 2000 con la imposición de Tratado de Libre comercio con los Estados Unidos, las condiciones de vida de los colombianos han sido empeoradas, tanto en el campo como en la ciudad. En el departamento del Cauca, uno de los departamentos con la mayor tasa de desempleo y pobreza en el país, los efectos del modelo neoliberal y la imposición de la economía de mercado se manifiestan en la quiebra del sector agrícola y la proliferación de los usos ilícitos de la coca y otros cultivos. A ello se suman las leyes del despojo que ha venido imponiendo el gobierno prohibiendo la utilización de semillas propias, la comercialización de panela y productos agrícolas producidos por el campesinado. Además, la militarización de los territorios y la entrada de empresas mineras multinacionales exacerbaban el conflicto social-ecológico y profundizan los problemas económicos a nivel nacional y departamental.

No obstante, las comunidades campesinas e indígenas mantienen propuestas de economías solidarias, ambientalmente sostenibles y basadas en racionalidades fundadas en la reproducción de la vida y de la identidad cultural de tales comunidades. En este trabajo se hace un acercamiento a la Economía de solidaridad y potencialidades para su constitución como movimiento social en el departamento del Cauca-Colombia. Se muestran de forma general las experiencias de economía solidaria agenciadas por Agro solidaria, el Consejo Regional Indígena del Cauca CRIC, y el Comité de Integración del macizo Colombiano- CIMA. En un segundo momento se concentra la atención en los desarrollos del Cima a través de la Fundación estrella orográfica del macizo colombiano Fundecima-Cima y una de las experiencias significativas al interior de la organización social como es la Asociación de Agricultores de Arboleda. Cabe señalar que, aunque son unas

de las más representativas, en cuanto alternativas a la racionalidad y modelo neoliberal, no cubren todas las diversas propuestas de economía solidaria que se desarrollan en el departamento. En un tercer momento se plantean algunos elementos que permitirían fortalecer estas redes y organizaciones formulando algunas propuestas a partir de las potencialidades identificadas. A continuación, se abordan las experiencias de economía solidaria reseñándolas y profundizando en algunas de ellas. No sin antes desarrollar algunas consideraciones teóricas.

DISCUSIONES TEÓRICAS

Una comprensión más amplia de la economía y de las distintas alternativas y modos de desenvolverse permite comprender sus potencialidades y tomar distancia de las formas dominantes de economía al tiempo que evaluarlas críticamente. Conocer las formas alternativas de organización económica permite “acceder a la intelección de sus lógicas y racionalidades” con lo cual se hace posible “el descubrimiento de lo alternativo en la economía y su potenciamiento y desarrollo a partir de lo existente” (RAZETO, 2015).

Teniendo en cuenta que la economía neoclásica se queda corta a la hora de dar cuenta de la múltiple y compleja realidad económica, al conocer las formas alternativas de organización económica se hace posible ver que **“la realidad económica, como cualquier otra realidad humana, presenta una multiplicidad de posibilidades y de alternativas, entre las cuales las personas, los grupos y las sociedades pueden optar”** (RAZETO, 2015).

Citando, al profesor Razeto:

Es importante conocer las múltiples formas de organizar las actividades económicas, tanto a nivel de **empresas** sectoriales como de **conglomerados sectoriales**, que se insertan a su vez en diferentes modelos económicos y de desarrollo. Tal conocimiento sirve para **juzgar** las formas económicas predominantes, y para **optar** consecuentemente por desarrollar aquellas alternativas que nos parezcan más adecuadas, necesarias, o eficientes, en función de nuestros, valores, aspiraciones e intereses (RAZETO, 2015).

Esta ampliación de la realidad económica, de las formas de organización entre las cuales se puede juzgar las predominantes permite optar y hace posible el desarrollo de las formas alternativas más eficientes y con capacidad para garantizar la reproducción de la vida. Esto es de gran importancia si tenemos en cuenta que en la actual crisis:

que afecta no solamente a las estructuras capitalistas predominantes sino también a los proyectos de transformación más difundidos, es especialmente necesario buscar y prestar atención a las experiencias alternativas; porque ellas, aunque no siempre tengan una visibilidad o un grado de presencia significativa, contienen en sí mismas aspiraciones e intenciones de ser elementos agentes de nuevos o renovados procesos de cambio social (RAZETO, 2015).

Los conceptos de las teorías económicas dominantes no dan cuenta de la económica en su conjunto, generalizan y solo tienen en cuenta las lógicas, actores y racionalidades capitalistas o los de la economía estatal. Estos por demás son fetichizados. En particular la escuela neoclásica hipostasía la economía capitalista y confunde la realidad formalizada en la teoría del equilibrio general entre otras, con el desenvolvimiento real de la economía capitalista, lo cual impide ver las ineficiencias que generan las organizaciones de tipo capitalista. Pero al hipostasiar las lógicas operativas y racionalidades capitalistas las ha convertido en punto de referencia desde el cual se juzgan a los actores, racionalidades y lógicas de operaciones no capitalistas como improductivas, irracionales e ineficientes. La racionalidad instrumental y la eficiencia formal elevadas al nivel de valores máximos y deseables, sin ver sus deficiencias e irracionalidades, se pretenden extender a otras lógicas de la vida económica y social negando la comprensión de formas alternativas de economía. Por ende, tales teorías no permiten comprender múltiples y heterogéneos actores, lógicas operativas, racionalidades económicas que distan de las formas capitalistas, al tiempo que presentan dificultades para dar cuenta de las lógicas y racionalidades capitalistas. Con ello se desconocen las diversas y múltiples realidades económicas. Se precisan entonces conceptos comprensivos que sean útiles “para reconocer la realidad económica en su complejidad, para enfocar los problemas del desarrollo, y para definir una

práctica transformadora en la perspectiva de la democratización económico-social” (RAZETO, 2015). En palabras del profesor Razeto:

La ciencia económica ha sido notoriamente unilateral en el estudio **microeconómico** de las empresas; ha teorizado y construido modelos de empresas basados casi exclusivamente en las modalidades capitalistas de organización y comportamiento. Cuando ha extendido el análisis hacia las **empresas públicas**, o las cooperativas, lo ha hecho comparándolas con las formas capitalistas, apuntando más a mostrar las diferencias que a identificar los específicos modos de ser de ellas mismas. Es por esto que los conceptos que ha elaborado la ciencia económica no siempre son suficientes para comprender la racionalidad y los modos de operación de las formas alternativas de empresa. Se hace necesario, entonces, preparar conceptos e instrumentos analíticos nuevos, que nos permitan dar cuenta de la diversidad de unidades económicas existentes. (RAZETO, 1998).

Debido a la deficiencia e incompletud de la ciencia económica dominante, se requiere desarrollar importantes conceptos relativos a la producción y circulación económica, los factores económicos, las lógicas de operación, las racionalidades y las relaciones económicas entre otros elementos de las formas económicas alternativas. Este trabajo trata de visibilizar la contemporaneidad de formas económicas existentes y posibles, las cuales se orientan: al reconocimiento del ser humano como centro de la economía; a la superación de las racionalidades instrumentales supeditándolas a una racionalidad sustantiva; a la configuración de formas de producción, distribución y consumo basadas en la solidaridad; al desarrollo de formas de metabolismo acordes a los ciclos naturales. Para ello se hace uso de los postulados normativos en torno a la economía de solidaridad avanzado en la construcción de trabajos empíricos para el análisis de estas formas de organización económica.

UN SUEÑO SOLIDARIO: AGROSOLIDARIA EL TAMBO CACUA

Al abordar la experiencia de Agrosolidaria se encuentra constituye una confederación de orden nacional en Colombia, y según su página oficial se define como “una Comunidad Económica Solidaria de los renglones

Agroalimentario, Artesanal y del Turismo Sostenible, que mediante una estructura confederada, integra a pequeños productores, procesadores, distribuidores y consumidores dentro del Circuito Económico¹ . Esta guiada por principios filosóficos de la Socioeconómica Solidaria, la Agroecología y el Comercio Justo campo-ciudad. “El modelo de Agrosolidaria plantea un circuito basado en cinco eslabones: 1 Finanzas solidarias, 2 Producción asociativa, y agroecológica, 3 Transformación asociada 4 Distribución solidaria 5 Consumo consciente y responsable “En algunas seccionales del país, está más desarrollado más que en otras, en algunas está construido el circuito completo en otras dos o tres eslabones²” . Según, **Mario Bonilla** esta experiencia nace “en Boyacá, amparados y esperanzados en el oxígeno que generó la Constitución de 1991, creando en un primer momento, de manera informal, la Asociación para el Desarrollo Sostenible: Semillas, la misma que fundamos o registramos en 1992. Allí nos dimos cita varias personas dedicadas a varias áreas del conocimiento: sociólogos, comunicadores sociales, arquitectos, agrónomos, veterinarios. A partir de la propuesta de desarrollo sostenible, creamos unos programas de intervención comunitaria en la región, buscando en lo fundamental la organización comunitaria. Es decir, llevamos 20 años de vida jurídica³”.

La federación tiene impacto a nivel de diferentes departamentos en Colombia como Antioquia, Bogotá, Bolívar, Boyacá, Caldas, Caqueta, Cauca, Cundinamarca, Guajira, Huila, Putumayo, Quindío, Nariño, Risaralda, Santander, Sucre, Tolima y Valle del Cauca. En total son 120 seccionales en 17 departamentos. En el municipio de El Tambo Cauca, Agrosolidaria se constituye en una federación para agrupar a los productores campesinos, que buscan afrontar colectivamente los problemas de sobrevivencia en el campo, la subvaloración de los productos y esfuerzos campesinos, la carencia de apoyos estatales y ante el problema de distribución de los productos.

¹ http://www.agrosolidaria.org/index.php?option=com_content&view=article&id=8&Itemid=103

² <http://www.semillas.org.co/sitio.shtml?apc=e1a1--&x=20158718>

³ <http://www.desdeabajo.info/blogs/alternativas/item/20049-no-hay-sociedad-humana-que-se-desarrolle-sin-principios-de-colaboraci%C3%B3n.html>

En cuanto a la federación Agrosolidaria en el Tambo Cauca, debido al tamaño del municipio se crearon seccionales, en total existen 11 seccionales que cubren diferentes corregimientos. Estas implementan los fondos de ahorro, las finanzas solidarias y crédito, la Red de fondos Autogestionados, los mercados justos o Eco-mercado de comercio justo Campo-ciudad, propenden por mejorar las condiciones de producción, de transformación y comercialización. Además, los campesinos asociados, Buscan recuperar los saberes tradicionales y semillas de la región, así como, la búsqueda de precios justos en la medida en que los productores logren llevar en forma directa el producto al consumidor. Cobija aproximadamente 300 familias 200 productoras de café y el resto de aguacate, chontaduro, panela, y cacao.

Entre las estrategias desarrolladas por Agrosolidaria se encuentran Grupos Asociativos de Finanzas Autogestionadas, Grupos Asociativos por producto, Grupos Asociativos de Procesamiento, Grupos Asociativos de Distribución y Grupos Asociativos de Consumidores. En cuanto a los Grupos Asociativos de Finanzas Autogestionadas, “Cada Seccional de agrosolidaria constituye un Fondo Monetario Local desde el cual se proporcionan créditos para mejorar las condiciones de trabajo de las Unidades Productivas Familiares asociadas. Funciona como un Fondo Autogestionado y administrado por los/as mismos/as asociados/as. Cada Seccional de agrosolidaria constituye un Fondo Monetario Local desde el cual se proporcionan créditos para mejorar las condiciones de trabajo de las Unidades Productivas Familiares asociadas. Funciona como un Fondo Autogestionado y administrado por los/as mismos/as asociados/as”⁴. En cuanto a los Grupos Asociativos por producto, estos constituyen “equipos de trabajo integrados por las Unidades Productivas Familiares Asociadas, donde se programa el desarrollo de los cultivos y los sistemas productivos agrícolas y pecuarios”. Los Grupos Asociativos de Procesamiento se conforman para procesar productos frescos, condiversidad de y en función del trabajo cogestionado para la adecuación y equipamiento de sus plantas de procesamiento. Los Grupos Asociativos

⁴ http://eventos.forolacfr.org/recursos/2013_mexico_mayo/presentaciones/talleres/taller_04/6/AGROSOLIDARIA.pdf

de Distribución se encargan de mantener el contacto con los productores, procesadores y consumidores solidarios, así como también con empresas compradoras externas al Circuito Económico Solidario. Y en relación a los Grupos Asociativos de Consumidores estos son “grupos de personas que representan a unidades familiares que comparten un territorio común y que ha decidido asociarse en agrosolidaria para participar de manera consciente y responsable con su poder de compra en el Circuito Económico Solidario”. Recordemos que uno de los objetivos de Agrosolidaria es la formación de prosumidores, acercando el trabajo mutuo de consumidores y productores y haciendo realidad el lema “precio justo para el productor, precio justo para el consumidor, margen justo para el distribuidor”.



Fuente: eventos.forolacr.org

LOS INDÍGENAS DEL CAUCA Y LA ECONOMÍA PROPIA

Generalmente cuando se habla de economía propia indígena, se asocia a las comunidades indígenas del Cauca al trueque y la minga. Aunque ello es cierto, al observar las propuestas del Consejo Regional Indígena del Cauca (CRIC), en el tema de la economía propia esta abarca un desarrollo conceptual, experiencias productivas y está ligada a la tierra y en función de la reciprocidad. “La economía tradicional de los pueblos indígenas parte del concepto de integralidad que no admite tratar lo económico como una variable independiente pues está relacionado con los demás aspectos de su proyecto de vida”⁵. Esta economía propia, plantea la recuperación de saberes propios, la agroecología, los abonos orgánicos la cultura y cosmovisión

⁵ www.cric-colombia.org/

propia. Esta economía propia cuenta con formas económicas como: empresas comunitarias, grupos asociativos, tiendas comunitarias, colegios agropecuarios, proyectos comunitarios y núcleos Familiares. Constituyen economías propias y colectivas que propenden “por la seguridad alimentaria de las comunidades a través de intereses colectivos y no individualistas”, la salud y el cuidado humano y de la naturaleza.

“El Plan económico busca que el equilibrio ambiental se mantenga como indicador para el desarrollo económico integral, el referente ambiental como una parte de la cosmo-acción se conecta con la salud de los seres humanos y de la naturaleza.” (VITONÁS, p. 3, 2.009).

Dentro de esta economía propia indígena se encuentran “los cultivos de tul (huerta tradicional nasa), de roza (cultivos de subsistencia), sustentados a partir de las parcelas familiares, huerta escolar y de los trabajos que se desarrollan en algunas empresas comunitarias” (CALERO, 2009:8). Algunas de las experiencias de economías propias cubren desde ecoturismo, agroindustria, recursos naturales, minas, y producción agrícola orgánica básica (Papa, Café, Maíz, Yuca, Espárrago, Hortalizas y Frutales). Dentro de las experiencias solidarias se encuentra el Fondo Rotatorio Indígena orientado a fortalecer las propuestas económicas organizativas a través de la de rotación de crédito en especie. También se encuentra La Central Cooperativa Indígena del Cauca “CENCOIC”, tiene por mandato de las comunidades indígenas dinamizar el desarrollo económico de tales comunidades. “Hoy en día Cencoic es una de las empresas líderes en la comercialización de café a precio justo”⁶. Para concluir la economía propia indígena está en función de la reciprocidad y los saberes propios, persigue la armonía con la Madre tierra, hace énfasis en el carácter colectivo de la tierra y los saberes, las prácticas ancestrales. “Las relaciones de intercambio y de reciprocidad” (CRIC, 2004; MARTIN, 2003), se hacen con el siguiente sentido: “yo doy y tú me das”, es decir un intercambio. La solidaridad para el Nasa es diferente, “no monetaria”, empleando diferentes tácticas como “la minga”. “Esa economía produce y se basa en las relaciones solidarias, en relaciones humanas de apoyo mutuo, de respeto, de intercambio, equitativas

⁶http://cric-colombia.org/cencoic/index.php?option=com_content&view=article&id=49%3presen-tacion&catid=25%3Athe-project&Itemid=59&lang=es

entre comunidad y personas, en prácticas colectivas e intercambios” (CALERO, 2009:11).



Fuente:<http://cric-colombia.org/cencoic/>

EL CIMA APUESTAS DE VIDA, AGUA Y DIGNIDAD

Al abordar la búsqueda con la entrada CIMA, se encontraron los contenidos que a continuación se referencian de acuerdo al trabajo de (MACÍAS, W, 2020). En el caso Comité de Integración del Macizo Colombiano (CIMA) es una propuesta supramunicipal. La organización social CIMA tiene influencia regional en el Macizo Colombiano, y agencia la construcción de iniciativas de economía solidaria, propia y campesina. Al acercarse a la trayectoria local del CIMA, se observa que se constituye a través diferentes procesos de movilización desde la década de los ochenta surgidos al norte del departamento de Nariño y sur del Cauca. Estos diferentes procesos de movilización convergen y el 31 de marzo de 1991 se articula el CIMA, con un proyecto territorial regional desde abajo a partir de la movilización social frente a la marginación y olvido por parte del estado y la carencia de servicios públicos. Con los objetivos de recuperación, conservación, mantenimiento y uso racional de la Naturaleza y los Pueblos del Macizo Biogeográfico (Cauca, Nariño), el CIMA construye el Plan de Vida, Agua y Dignidad. Este plan está compuesto a su vez por Plan de Desarrollo Educativo del Macizo Colombiano, el Plan de Integración Cultural y el Plan de Desarrollo Ambiental y Agropecuario del Macizo Colombiano y Sur del Cauca- PLADAMASUR, de este surgen las Escuelas Agroambientales del Macizo de Cauca y Nariño integrados en los Centros Integrales Servicios-CIS. PLADAMASUR, es la

guía de acción del área agroambiental del CIMA desde la cual se adelantan diferentes iniciativas de economía solidaria al igual que la Tienda Regional del Macizo Colombiano. A continuación, se hace referencia a tres estrategias con acciones concretas que contribuyen a la democratización del mercado, emprendidas por la organización social CIMA Comité de Integración del Macizo Colombiano. (MACÍAS, 2020).

Una de las iniciativas de economía solidaria son las ferias agroambientales, a las cuales asisten expositores de las Escuelas Agroambientales del Macizo de Cauca y Nariño integrados en los Centros Integrales Servicios-CIS, y delegados-as de diferentes organizaciones, regiones y climas para compartir sus semillas, saberes y sabores. En el marco de estas ferias se desarrollan acciones concretas como talleres e intercambios de experiencias sobre temas como: Economía y Desarrollo propio, Territorio, Minería y Autonomía, Derechos al Agua, a la Alimentación, a la Tierra. En el desarrollo de estos espacios se reafirma la identidad campesina y la soberanía sobre los territorios. Las ferias constituyen en lugar de encuentro cultural, de trueque, de recuperación de semillas y sabores, de identidad. Por ende se promueven formas de intercambio y relaciones de reciprocidad alternas al mercado capitalista. Las ferias campesinas se realizan en municipios de El Bordo y la ciudad de Popayán.

También se encuentran las Escuelas Agroambientales, con diferentes iniciativas de economía solidaria que van desde la recuperación de los usos tradicionales de la coca, la producción agroindustrial cogestionada de pasabocas papas, la producción de artesanías, yogurt, entre otros. Aquí la recuperación de saberes agroecológicos, la diversificación y la organización son principios centrales toda vez que se trata de hacer realidad el lema “produzcamos lo que consumimos, consumamos lo que producimos”. Vemos aquí un ejercicio de fortalecimiento de los pequeños productores, y la promisión de la solidaridad entre ellos. Con esto se promueven dinámicas de incremento de autonomía y la participación social al fortalecer las economías campesinas, pero también la socialización de conocimiento e información relevante para fortalecer su participación en los mercados.

Otra de las estrategias del Cima es la Tienda Regional del Macizo. En ella se encuentran los productos de pequeños productores asociados en la Tienda Regional del macizo colombiano, entre los que podemos mencionar el café COSURCA producido por campesino e indígenas asociados en la cooperativa del sur del cauca–COSURCA, las AROMATICAS entre ellas las hechas con base en la hoja de coca, miel de abeja producida por Apiarios la Chorrera –Vereda la Chorrera–Timbio Cauca, la panela Pulverizada elaborada artesanalmente, Chocolate cacao, tortas y galletas elaboradas con harina de coca, artesanías, tejidos entre otros productos. En suma, se trata de consolidar y posicionar los productos de la Economía Campesina para “garantizar un margen mayor de valor a las familias rurales” y fortalecer la soberanía alimentaria de las comunidades. Esta tienda funciona como un mecanismo para la promoción de los productos campesinos y su distribución solidaria.

Estas acciones se orientan a fortalecer y promover los mercados campesinos, poner a disposición de la comunidad los productos de los expositores, dinamizar aprendizajes y dar a conocer las diferentes asociaciones de productores. Esto en la búsqueda de otras formas de desarrollo, para la sobrevivencia y respetando la naturaleza. Esta opción por la economía campesina se orienta en la idea de revertir las dinámicas de concentración económica generadas por las políticas macroeconómicas del Estado colombiano, los Tratados de Libre Comercio y las políticas y leyes que criminalizan a los pequeños productores en pro de entregar el mercado agrícola a las multinacionales y grandes productores nacionales. El proceso CIMA fortalece así al sujeto colectivo, el campesinado, con el fin de fortalecer su poder y establecer a partir de su auto organización una correlación de fuerzas favorable a su participación en los mercados de productos agrícolas. En este proceso de promoción de mercados campesinos, las ferias agroecológicas persiguen la democratización del mercado en cuanto fortalecen el sujeto colectivo campesino y por ende tienden a generar procesos de desconcentración, descentralización, diseminación del poder económico.

En resumen, en el marco de las ferias agroecológicas, las escuelas agroambientales y la tienda regional del macizo se desarrollan diferentes acciones concretas en pro de la democratización del mercado o para usar otra expresión con el fin de “producir lo que consumimos y consumir lo que producimos”. Además de ello se promueven iniciativas en el mercado financiero como la Cooperativa Multiactiva del Macizo COOMFIAR, y fondos comunales rotatorios. Cabe también reiterar que hay un énfasis en la producción agroecológica.



Fuente: propia

FUNDECIMA UN CAMINO SOLIDARIO DE Y POR LOS EXCLUIDOS

En lo que sigue se hace a un acercamiento a diferentes modos de organizar las aportaciones y las retribuciones de los factores por parte de sus integrantes, y que manifiestan distintas lógicas operacionales. Como se mencionó anteriormente FUNDECIMA surge de un proceso organizativo

de las comunidades campesinas del macizo colombiano y como órgano técnico de apoyo al proceso social CIMA (Comité de Integración del Macizo Colombiano), para acompañar procesos de planificación y seguimiento de acuerdos del movimiento campesino. Como puede observarse por su origen social es eminentemente una expresión de relaciones de solidaridad.

En este contexto Fundecima se va a concentrar en promocionar la economía campesina y las apuestas solidarias en el Macizo colombiano, gestionando proyectos y recursos en el marco de los planes de vida de las comunidades (Plan de Vida Agua y Dignidad). Por ende, hace parte de las cadenas de intermediarios y recibe aportes-donaciones de agencias de cooperación y desarrollo como la Unión Europea, o de entidades estatales tales como, Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural, Acción Social (hoy DPS), u otras como INDEPAZ. Dentro de la política de relacionamiento de la Fundación está el principio de autonomía frente a las instituciones donantes, pues como se sabe estas muchas veces persiguen el control y dominación de las comunidades más allá del fortalecimiento de su autonomía e identidad.

En lo que respecta a la participación de las bases sociales son estas las que a través de las movilizaciones y su autoorganización aportan iniciativas y trabajo social, las cuales no son calculadas. Los proyectos gestionados por FUNDECIMA fortalecen la autonomía de las bases sociales y las economías campesinas. Pero además es posible resaltar que, entre la Fundación, el proceso social CIMA y las bases sociales existen relaciones de reciprocidad y compromiso en la pertenencia a la organización y al proceso social CIMA. Esto se manifiesta en las mingas, las movilizaciones o el trabajo comunitario. El compromiso, la identidad, la integración, la solidaridad y la participación puede decirse es el comportamiento esperado por parte del proceso social y la fundación, al tiempo que el apoyo de las bases sociales es recompensado por las gestiones, acompañamiento y proyectos. Esto puede entenderse mejor en cuanto la FUNDECIMA tiene un carácter “orgánico” es decir no es una fundación creada por terceros para satisfacer a unos beneficiarios externos, sino que en este caso se trata de comunidades

organizadas que desarrollan el movimiento campesino, conforman el proceso social CIMA y en este marco dan lugar a FUNDECIMA para el apoyo técnico de su propio proceso social y la gestión de sus planes de vida. Así visto, al redor de Fundecima se encienden relaciones de donación y de reciprocidad, en el marco del CIMA que tiende a configurar una comunidad de vida.

FUNDECIMA “produce” bienes y servicios como la gestión de proyectos para iniciativas y procesos de capacitación que se mencionan a continuación: en derechos humanos, la formación ambiental a través de las escuelas agroambientales; el apoyo a la conformación de asociaciones como la cooperativa Comfiar o la conformación de centros integrarles de servicios para el fortalecimiento de fincas de referencia agroambiental; la integración de las comunidades y la formación de la identidad maiciceña con la promoción de la cultura a través por ejemplo de las tomas artísticas, el desarrollo de un currículo intercultural; la creación de fondos solidarios, en desarrollo de procesos de planeación en la organización de las comunidades y el fortalecimiento de sus organizaciones comunitarias; el acompañamiento en los procesos de movilización y negociación de las comunidades en sus luchas frente al Estado; el desarrollo de proyectos para el fortalecimiento de la economía campesinas y para resolver necesidades básicas.

Las iniciativas que adelanta Fundecima, responden a los planes de desarrollo elaborados por las bases sociales y buscan fortalecer el proyecto de integración regional, la economía campesina, la soberanía alimentaria, la identidad, la auto organización y el empoderamiento de las comunidades del macizo. Lo anterior, está en consonancia con relaciones de tipo solidario pues no se trata de lograr el beneficio del donante, la consecución de honores, reconocimiento, prestigio o beneficios económicos, sino por el contrario de promover la autonomía y empoderamiento de las bases sociales lo que expresa una relación de donación con altos niveles de solidaridad. Por otra parte, esto se verifica en el crecimiento de las iniciativas impulsadas por FUNDECIMA que benefician directamente a los productores campesinos como la tienda regional del macizo, o en su apoyo en las movilizaciones

campesina del 2012 y su acompañamiento ante las negociaciones con el gobierno que hoy se traducen a la obtención de fondos para la adquisición de tierras por más de 8000 millones de pesos. Esto contribuye no solo a resolver la necesidad de tierra del campesinado sino a la creación de asociaciones, las fincas de referencia agroambiental y a la recuperación del territorio. Lo antes dicho, me permite además señalar que una de los criterios de eficiencia material (distinta de eficiencia forma medidos en términos de valor) de la economía de solidaria de donaciones además del valor entregado a los beneficiarios, debe ser precisamente debe ser el criterio político de si se constituye o no en una opción de empoderamiento y autonomía de los excluidos. Es decir una economía de donaciones debe ser una opción por la autonomía y fortalecimiento de los excluidos criterio este que supera el criterio del valor de los bienes y servicios. Finalmente cabe agregar que las gestinos de la fundación se hacen en el marco del principio de *Control social*, ejercido por el proceso CIMA y por las bases sociales. Dicho de otra manera, existen altos niveles de solidaridad pues, la solidaria influye de manera decisiva en la creación, operación, flujos de servicios, y la racionalidad de la organización FUNDECIMA.

LA FORMA C DE LOS FACTORES PRODUCTIVOS EN LA ASOCIACIÓN DE AGRICULTORES DE ARBOLEDA (ASOAGRAR)

En este se trata de ver como en la Asociación de Agricultores de Arboleda (ASOAGRAR) caracterizada como un tipo de empresa solidaria en organizada por el Factor C, como se manifiesta la Forma C en todos sus factores y como estos adquiere de manera total, parcial o incipiente la forma C. Siguiendo los elementos trabajados se aborda a Asociación de Agricultores de Arboleda (ASOAGRAR) caracterizada como un tipo de organización solidaria en función del factor C, el cual como se mostrará determina la organización de los demás factores Y por ende se constituye en el factor organizador o categoría económica. Al devenir en categoría económica los asociados, en este caso campesinos, se plantean objetivos

económicos propios, producidos colectivamente y son autónomos en el manejo de la asociación, no solo en el sentido de crear una empresa propia, sino también en cuanto producción agroecológica que permita la reducción de dependencia del mercado y la industria de los agroquímicos. En este sentido los asociados definen objetivos propios y son organizadores de la empresa por lo cual se constituyen categoría. En lo que sigue se trata de identificar, en ASOAGRAR, en manifestaciones de estas dimensiones subjetivas, en cada uno de los seis factores con que opera:

En relación con el trabajo existe trabajo individual realizado en cada una de las fincas de los asociados quienes las manejan de forma autónoma, aunque como se verá más adelante, los asociados comparten los saberes y formas de manejo de los sistemas agroambientales. El factor C impacta las formas del factor trabajo en la medida en que se desarrollan prácticas de trabajo comunitario basadas en valores como la solidaridad, el compañerismo, compromiso, confianza y respeto. Entre estas prácticas se encuentran “la rotación de la mano de obra” aportada por los socios en las fincas, con el fin de compartir experiencias que contribuyan a la recuperación de los terrenos e intercambio de semillas que enriquezcan el sistema finca”; en “la minga” como forma de trabajo colectivo; la “vaca”, la “rotación de mano de obra”, el “intercambio de semillas”, la metodología campesino a campesino. Esta combinación de formas de trabajo individual en cada una de las parcelas de los asociados (por demás este trabajo individual en las parcelas es más bien un trabajo familiar) junto a prácticas de trabajo colectivo como el cambio de mano, muestran formas del trabajo el cual es realizado en compañerismo, en colectivo donde además cada uno contribuye con su propio hacer y al mismo tiempo se fortalecen losos de amistad. Estas formas de trabajo colectivo como la minga o el intercambio colectivo de semillas fortalecen las fincas de cada uno de los asociados.

En esta dimensión referida al factor tecnológico la asociación enfoca en tecnologías agroecológicas. La agroecología cuestiona las prácticas de la agricultura moderna centrada en la técnica y la utilidad económica pero ambientalmente y socialmente insostenible. La agroecología se centra en

la búsqueda y recuperación de principios y estrategias para el desarrollo de sistemas agrarios acordes y en equilibrio con las dimensiones sociales, culturales, ambientales, políticas y económicas de tal forma que sea posible la coevolución entre sistemas naturales y socioeconómicos. Busca además que los campesinos superen la dependencia del mercado de los transgénicos y agro insumos, en manos de los monopolios multinacionales, para fortalecer la soberanía productiva y alimentaria, “producir lo que consumimos y consumir lo que producimos”.

El intercambio de saberes agroecológicos se da a través de la escuela agroambiental, donde un agro sembrador es el encargado de generar aprendizajes. El agro sembrador, en la Finca de Referencia Agroambiental-Fram ---- se explica el manejo diversificado de los cultivos, la preparación de bioinsumos, el manejo de alelopatía para control de especies, enfermedades o plagas, la producción de abonos orgánicos, entre otros saberes.

Se trabaja con la metodología campesino a campesino, donde los campesinos desarrollan sus capacidades para compartir saberes, se auto reconocen y valoran el conocimiento ancestral o propio y que se han pasado de generación a generación. Esta metodología permite la recuperación de saberes propios sobre el manejo de cultivos, siembra, cosecha, postcosecha, recuperación de semillas manejo de rastrojos, la importancia de la reforestación o el auto reconocimiento y valoración de la Chacra como unidad productiva. Se recuperan saberes colectivos sobre los hábitos y ciclos de vida de los recursos, formas de propagación, épocas de siembra y crecimiento, o formas de incrementar la abundancia de los recursos. Estos aprendizajes se enmarcan en la idea de reforestar el cerebro a fin de superar la dependencia de los transgénicos, efectos contaminantes del uso de químicos o practica agrícolas que generan erosión como la ganadería intensiva. Se trata de buscar prácticas acordes a las necesidades, el territorio y la convivencia con la naturaleza.

Para esto las metodologías de concretan en prácticas de intercambio de saberes como la “vaca”, o el uso de dinámicas como la construcción de mapas sueños en los que se construye colectivamente una representación

gráfica de lo que se quiere a futuro. Este se emplea de manera particular para ver cómo se organizarán los cultivos diversificados en las fincas.

Podemos observar la fuerte incidencia del factor C, que hace coherente el factor tecnológico con la racionalidad de la economía solidaria, tanto por el contenido de las tecnologías agroecológicas, como por las formas de compartir o construir estas tecnologías a través de las escuelas agroambientales y la metodología campesino a campesino. Parafraseando al profesor Razeto en el caso presentado la tecnología adquiere la forma C pues la capacidad de innovar es expresión del grupo, es un saber compartido, del cual cada uno con su formación diferente aporta, pero es un saber grupal del cual se apropia el grupo, son tecnologías socialmente aportadas que se desarrollan por el grupo, es un saber en desarrollo, no es excluyente y tampoco es monopolizado por los iniciados. En suma, la tecnología tiene el carácter de un saber apropiado socialmente y de forma participativa.

La forma de propiedad de las fincas es fundamentalmente la propiedad personal o familiar de las parcelas. Además, los asociados, poseen medios materiales como “una sede propia acondicionada y dotada con un equipo para la sistematización de las actividades desarrolladas en los encuentros”; también se ha establecido el reconocimiento y apropiación de la FRAM “la peña como referente para los demás asociados del proceso, quienes pretenden mejorar sus parcelas para que sean autosostenibles”. Cabe señalar que esta parcelación de la propiedad en ciertas circunstancias se manifiesta también en la parcelación del pensamiento, y actitudes individualistas se constituyen en obstáculos para pensarse colectivamente y desarrollar proyectos colectivos. Por ende, el esfuerzo de pensar lo colectivo desde las formas de propiedad personal, ponen de relieve el gran esfuerzo que realizan los asociados. Por ende, puede verse una como los medios materiales parcialmente han adquirido la Forma C. Además, cabe señalar que los beneficios económicos de la asociación se reparten proporcionalmente.

En el caso del factor gestión y toma de decisiones, como ya se señaló en anteriormente, es preciso resaltar como manifestaciones concretas de como este factor adquiere la forma C las siguientes:

1. “La sistematización colectiva de las actividades a través de reuniones en las cuales se comparten problemáticas y se piensan en conjunto formas de solución”;
2. En el grupo hay un proceso de trabajo continuo de participación activa de sus miembros, en los espacios donde se manifiestan propuestas, problemas percibidos y alternativas de solución para los mismos;
3. Las acciones propuestas en el grupo son concertadas, comprendidas e interiorizadas por los asociados lo que permite cohesionar de mejor forma a los asociados y convocarlos.
4. En cuanto a la comunicación, se tienen que el manejo de la información y la forma como se trasmite, implica un proceso reflexivo del discurso, donde los asociados hablan desde su experiencia vivida.
5. El Factor C le da forma a la gestión en cuanto se da el fortalecimiento de liderazgos donde cada uno tiene un rol determinado de acuerdo a sus fortalezas y su reconocimiento, lo cual potencia la voluntad colectiva enriqueciéndola con las iniciativas y potencialidades heterogéneas de los participantes en la asociación.

Se puede ver aquí como la gestión adquiere la forma c a través de la autogestión, la gestión participativa, la comunicación reflexiva y el fortalecimiento de liderazgos que potencia la autonomía de los sujetos y supera la división entre dirigentes y dirigidos. La gestión adquiere altamente la forma C de, pues esta asume las características de ser una gestión asociativa, participativa, autogestión, colectiva, y es expresión de la voluntad y decisiones de los asociados, donde se potencian las capacidades de los distintos participantes de la empresa. Además, se ejerce un poder colectivo, un poder con los otros y justo a los otros y no sobre los otros.

Como quedo dicho en un anterior trabajo en relación con la financiación es importante ver que esta se obtiene de comunidad internacional en algunos

casos que aportan a estas experiencias significativas y también es de resaltar que se obtienen recursos de la cooperativa confiar que entrega un fondo rotatorio para el fortalecimiento de las Fram sobre la base de la confianza. También puede señalarse que los cultivos diversificados generan ahorros de recursos monetarios al disminuir la presencia del mercado. Sin embargo, hay que señalar la falta de acceso a recursos, lo cual genera dificultades pues en algunos casos el acceso de recursos está condicionado a la siembra de monocultivos lo que va en contravía del proyecto agroecológico de la asociación. Tampoco se han desarrollado experiencias de moneda propia. Como puede verse el factor financiero adquiere de manera incipiente la forma C.

En relación al factor C como se muestra en este trabajo, este se manifiesta de manera transversal en los demás factores dándole totalmente forma a algunos de estos e incidiendo de forma parcial o incipiente en otros. Sobresale que la solidaridad se manifiesta en el sentir de sus asociados como parte de un grupo que si bien, se enfoca en la producción alternativa trasciende hacia los ámbitos comunitarios. Lo anterior es coherente con el hecho de que su identidad campesina, motiva un hacer pensando más allá de lo individual y/o asociativo, encontrando su realización en el beneficio irradiado en la comunidad. Además, “En la organización se ven identificados algunos aspectos entre ellos, el rescate de valores como: responsabilidad, disciplina, honestidad, rescate de la identidad, compañerismo, solidaridad, compromiso, unidad, convivencia, constancia optimismo, confianza y credibilidad”. Se añade a esto el florecimiento de afectos colectivos, el auto reconocimiento, el fortalecimiento de la autoestima, y de sentimiento de camaradería. Estos se manifiestan en las diferentes actividades donde se comparten e intercambian productos y saberes, pero en los cuales también se llevan obsequios a los compañeros, se conversa, se comparten sonrisas, preocupaciones, o se pregunta por el otro. Se observa que los asociados son conscientes, auto gestionan y están comprometidos con su proyecto.

PROPUESTAS PARA LA CONSTRUCCIÓN SECTOR SOLIDARIO COMO MOVIMIENTO SOCIAL

Los siguientes elementos están pensados como un posible camino hacia la construcción de un movimiento social desde las experiencias de economía solidaria presentadas. Se trata de ver las tres fases que permitirían la constitución del sector solidario o más bien del movimiento social de economía solidaria. Se parte también de algunas de las problemáticas del sector solidario y de experiencia existente como las redes de consumo solidario y propuesta asociativas. No obstante, su carácter está pensado a modo de propuesta, siendo plenamente consciente de las limitaciones en términos de organización, luchas por la hegemonía, conflictos, falta de voluntad o la politiquería (creación de clientelas por parte de políticos) que afecta en el plano local la posibilidad de articulación de tales experiencias. Sin embargo, vale resaltar que cada propuesta ya existe experiencias las cuales se relacionan a manera de ejemplos para concretar tales propuestas.

Auto reconocimiento y constitución de identidades

Cartografía social de las experiencias de economía solidaria: mapas locales generales y por producto o servicio, mapas regionales y mapa nacional. La construcción de estos mapas permitiría visibilizar las experiencias y ser más conscientes de las dimensiones y el peso de la economía solidaria, así como ver las potencialidades. Esta cartografía social puede ser base para el desarrollo de sistemas de información del potencial sector solidario e insumo para procesos de articulación. La base desarrollada durante el curso puede constituirse en un primer insumo que puede potenciarse.

Intercambio de aprendizajes solidarios: Se trataría de agenciar encuentros de experiencias de economía solidaria desde lo local, regional a lo nacional. Estos encuentros se enfocarían al intercambio de saberes, experiencias, mirar problemas- contextos comunes, y formular compromisos de articulación desde la base. Estos encuentros podrían constituir y

decantar las bases para el desarrollo de un proyecto común. Estos espacios de intercambio de saberes como los espacio de ferias u otras, deberán dar lugar a los conocimientos locales, ancestrales, las expresiones culturales, artísticos y ambientales de modo que se promueva una visión integral de la economía solidad y se cree el sentido de comunidad. Avances en este sentido se encuentran en las federaciones y asociaciones campesinas y las economías propias de las comunidades indígenas, y las acciones colectivas y espacios de intercambio de saberes, semillas o sabores desarrollados. También sabe resaltar que se cuenta con organizaciones orientadas a la formación y educación con enfoque solidario, feminista, ecologista o en temas como la formación de asociaciones. Por demás se resalta que se trata de ver cada sujeto de la economía solidaria de por sí ya viene desarrollando saber desde cada experiencia.

Redes de Economía Solidaria Locales, regionales y nacionales:

se trataría a través de los encuentros asamblearios de configurar redes no institucionalizadas, de voceros (no delegados) encargadas de agenciar los compromisos y tareas señaladas en los encuentros por las organizaciones y sujetos. Se buscaría desde las vocerías promover los espacios de encuentro y agenciar una cultura solidaria. También se buscaría agenciar propuestas de política sectorial construidas desde abajo partiendo de las propuestas elaboradas en los encuentros por los sujetos de economía solidaria. Estos serían espacios de coordinación y articulación. Ya existen experiencia como la Red Cooperativa de Medios de Comunicación Comunitarios de Santander, la Red de Economía Solidaria de Antioquia; Red-CEPELA. Red de colectivos de estudio en Pensamiento Latinoamericano; Red Colombia Verde; o la RIPESS que pretende articular experiencias y redes de la Economía Solidaria y Social a nivel nacional y mundial; entre otras.

Finanzas éticas y fondos rotatorios mutuos: el sistema financiero en Colombia no ofrece tasa de interés favorable a las iniciativas solidarias. Además, ejerce poder y socava la autonomía de las iniciativas solidarias al condicionar el financiamiento de ciertos tipos de proyectos y empresas o

promoviendo el crédito de consumo ineficiente y reproductor de las relaciones e producción capitalistas. Ello hace por ejemplo que quienes participan de la economía popular se vean obligados a adquirir crédito con cuentagotistas o agiotistas que les cobran altas tasas de interés e imposibilitan el crecimiento de tales iniciativas.

Por otra parte, las iniciativas de economía solidaria suelen buscar financiamiento en la oferta estatal. Ello implica que es el estado el que impone los criterios sobre los tipos de proyecto que financia, las cuantías, condiciones y racionalidad de mercado. El Estado como subsidiario del mercado impone por ende el financiamiento de iniciativas orientadas hacia la reproducción del modelo económico neoliberal y las relaciones de producción capitalistas. Esto conduce a la negación de las racionalidades de la economía solidaria y su autonomía.

El financiamiento es una de las limitantes más fuertes a las iniciativas de economía solidaria, por lo que una de las propuestas sería el encuentro de experiencias de finanzas éticas, la articulación de iniciativas solidarias para el manejo solidario de los ahorros y la constitución de circuitos de finanzas éticas, fondos rotatorios, etc. También la creación de espacios de formación en finanzas éticas y la gestión financiera en empresas solidarias a partir de las experiencias y encuentros, donde sea posible el intercambio de saberes.

Se resalta que dentro de la base de organizaciones se encuentran 21 organizaciones orientadas hacia el crédito y los servicios financieros, y 10 cooperativas multiactivas.

Mercado solidario: Dado las firmas de los tratados de libre comercio, y las normas estatales que prohíben la comercialización por parte de los pequeños productores, entre otras trabas jurídicas, se ha acrecentado la dependencia alimentaria y del mercado constituido por las multinacionales. Ello reproduce la pobreza, la concentración de la riqueza y deterioro ambiental. Para las empresas de economía solidaria significa competir en condiciones profundamente desiguales y con barreras para la adquisición de insumos en dependencia del mercado (multinacionales de los agro negocios

etc) y barreras en la comercialización. Frente a ello es importante promover la articulación de las empresas de economía solidaria en torno al mercado de medios materiales de producción, insumos, y productos finales, donde se genere cooperación y precios justos.

Sitios solidarios de almacenaje

Sitios solidarios para la distribución

Mercados campesinos

Ferias solidarias

Ver la importancia de la infraestructura de mercado desde los productores hasta el consumidor final para desarrollar formas solidarias o empresas solidarias de transportes, bodegaje, distribución, tiendas.

También se trata de la promisión y formación en consumo solidario, siguiendo el ejemplo de las redes de consumidores generadas por agrosolidaria, donde se parta desde los asociados a las diferentes experiencias de económica solidaria, las zonas de locales disidencia de las empresas solidarias hacia lo nacional. Pensar primero en “consumir lo que producimos” y en los mercados locales, para construir desde abajo, y generar espacios de formación de consumidores críticos y producir material formativo como guías de consumo ecológico y saludable.

Esto se resalta también, porque en materia de comercialización y consumo en muchos casos las empresas solidarias están pensando desde la lógica capitalista de la exportación hacia los mercados “globales” pero no inciden en su contexto más cercano lo que genera dependencia del mercado global y ello implica orientar el consumo hacia las necesidades de tal mercado. Esto último, niega la autonomía y solidaridad de las empresas solidarias. Por ende, se trataría de visibilizar la importancia del consumo propio de los asociados, los niveles locales para extenderse hacia lo regional, y nacional. Las redes locales de consumo serían el primer eslabón.

En este contexto se resalta la presencia de 10 cooperativas de consumo y comercialización con experiencia importantes que se podrían replicar o emular. Tal es el caso de Cooperativa Cooratiendas, la cual es

la red más grande de supermercados medianos del centro del país, con un cubrimiento especialmente en los estratos 1,2,3 y 4 de la capital y sus alrededores; Cosurca, encargado de la comercialización de café orgánico y social; la experiencia del supermercado La vaquita que nace de la alianza del dueño de Mercados La América con varios de sus empleados, la experiencia de administración con participación de los empleados y los bajos precios; los Mercados Campesinos;. Se encuentran también experiencias solidarias de acopio y ventas de lácteos como la Asociación de Productores de leche del Municipio de Rionegro.

Redes de Articulación solidaria con Otras economías: se trataría de que los espacios de encuentro de economía solidaria trataran de ver la manera como se puede acercarse a las formas de economía popular, o economía del trabajo, u otros caminos de economía solidaria a fin de articular con estas expresiones y potenciar su desarrollo hacia la economía solidaria. Por ejemplo, trabajar con los tenderos minoristas a fin de consolidar sindicatos de tenderos y que estos hagan parte activa de tejidos solidarios de comercialización y distribución. Se trataría de ver como se articula además con experiencias organizadas en los diferentes caminos hacia la economía solidaria, potenciando sus racionalidades solidarias. Puede pensarse en el caso de las familias ver la posibilidad de emular o expandir la experiencia de centrada en la comercialización de productos de la canasta familiar, para la comunidad, estableciendo diferencias entre asociados y clientes, pero además se podría hacer énfasis en la importancia del consumo orgánico y saludable. El caso de las mujeres organizadas experiencias como COMUNITAR Corporación para el Ecodesarrollo Comunitario, o Contigo Mujer. Para el caso de las economías de subsistencia se trataría de ver formas de dignificación y desarrollo autónomo y asociativo de los pequeños cuentapropistas puede pensarse en experiencias como la de Copidrogas como objetivo proteger y propender por el desarrollo empresarial y la dignificación del droguista detallista. En relación con la economía del trabajo, sería importante ver la manera de articular los fondos de empleados a otras

organizaciones solidarias. Igualmente podemos señalar la presencia de y las organizaciones ecologistas. Aquí sería necesario contar y encontrarse con los diferentes sujetos para desde su experiencia vivida construir propuestas viables.

Redes de Articulación solidaria con la academia: Se trata de ver como el componente teórico y académico se articula horizontalmente al proyecto de economía solidaria. Esto teniendo en cuenta la existencia de académicos centrados en el estudio de racionalidades y organizaciones de economías no capitalistas. Esto se puede hacer a través de convenios con académicos independientes y mediante espacios institucionales donde se promueva la formación teórica en dialogo y el reconocimiento con los saberes desarrollados desde la realidad de las experiencias. Se pueden desarrollar desde seminarios, talleres, prácticas sociales entre otros. Esto es posible en cuanto se cuenta con cerca de 22 instituciones de formación tecnológica y universitaria catalogadas en la base de datos. (Se trata de ver que, aunque algunas de ellas son estatales y no operan como fundaciones o cooperativa, o algunas no operan con racionalidades solidarias existe pensadores sociales interesados en aportar a la constitución de economía solidaria).

La presente propuesta trata mirar algunos elementos para generar integración interfactorial de encentro, espacios de integración colectiva, aprendizajes, articulaciones, procesos formativos entre experiencias de economía solidaria donde el factor c se constituiría en el potenciador del proyecto colectivo y el movimiento social de economía solidaria donde la autonomía, la integración, la racionalidades y valores solidarios.

En Colombia existe una cultura política que se fundamenta en las redes clientelistas, la apropiación del Estado para la satisfacción de intereses privados, la gestión privatizada de lo público y la exclusión de amplios sectores de la población. De esta cultura política permea todos los espectros de derecha, a izquierda. Los valores de las elites terratenientes, religiosas, y excluyentes han predominado fundando una visión racista, excluyente y polarizadora que niega cualquier diferencia. Prima el autoritarismo y las

relaciones verticales que niegan espacios de autonomía. En el campo de las organizaciones de izquierda, las profundas divisiones y conflictos por hegemonizar e imponer propuestas caracteriza los hábitos y disposiciones de los sujetos y organizaciones. Basta con mirar los principales sindicatos del país permeados por la politiquería tradicional y la corrupción. Las políticas públicas se imponen de arriba abajo, y como subsidiarias del Mercado e intereses de los grupos gremiales y empresariales nacionales o extranjeros. La política pública está privatizada tanto por su contenido como por su forma de construcción de arriba a abajo. Los mecanismos de representación delegativa, agencian la irresponsabilidad del ciudadano de pie, al tiempo que se desligan de las realidades vivenciales, no existe control social y se convierte en cargos para intereses privados. La participación ha sido reducida al vulgar acto del voto y el electoralismo. Y el concepto de ciudadanía de derechos se ha convertido en una ciudadanía asistida donde hay que demostrar que se vive en condiciones de precariedad para acceder a “derechos” (entendidos como asistencia estatal) en materia de salud o educación, o en una ciudadanía de favores puesto que otra forma de acceder a derechos o empleo es a través de la inclusión subordinada en redes clientelares.

Por lo anterior, pretender la instrumentalización del estado o la inscripción en las coordenadas de la cultura política dominante para fortalecer proyecto “alternativos” no deja de ser un piadoso sofisma y un ejercicio de reproducción de la racionalidad instrumentalizadora (que desconoce criterios éticos y estéticos), valores excluyentes y prácticas politiqueras que son y han sido históricamente la negación de las racionalidades, valores y prácticas solidarias; que imponen relaciones autoritarias y verticales que niegan la autonomía de los sujetos.

CONCLUSIÓN

La economía de solidaridad como realidad en construcción en el departamento del Cauca Colombia, se concreta entre otras en las experiencias de economía solidaria anteriormente mencionadas y

constituyen una alternativa frente al modelo neoliberal generador de pobreza y desigualdad social. Las páginas revisadas tratan sobre la conformación histórica, misión, visión, principios, proyectos y eventos de las experiencias como se resalta en los contenidos aquí presentados. También, en estas se expresa en qué consisten las estrategias de economía solidaria adelantadas por las organizaciones ya mencionadas y se presenta pocas imágenes sobre el trabajo de estas organizaciones. Además, se encuentran otros documentos como presentaciones en PDF, la cuales fueron relacionadas a pie de página. Resalta que sobre las experiencias citadas no se encuentran libros o revistas en las que se sistematicen los saberes construidos.

Al aproximarse al caso específico del Cima, Fundacima y ASOAGRAR se observa que el factor c se torna como organizador de la asociación, es decir deviene en categoría. No obstante, esta incidencia del factor c en los demás factores es heterogénea, alta en unos casos, parcial en otros e incipiente en los restantes. En el caso de la tecnología y la gestión estas adquieren la forma c casi que de manera total. En cuanto a los medios materiales y el trabajo, estos factores adquieren de manera parcial la forma c. En relación con el financiamiento es incipiente y se presentan dificultades. Esto se relaciona además con deficiencias de la organización en relación a la comercialización. No obstante, cabe resaltar y reiterar que la asociación ha desarrollado grandes pasos en el largo proceso hacia la economía solidaria y agroecología como alternativas al sistema capitalista. En relación a los signos reales de que en esa organización o expanden esos tipos de valor o riqueza, podemos mencionar el fortaleciendo de las Fincas de Referencia Agroambiental FRAM, la recuperación de semillas, mejoramiento de las parcelas, la consolidación de una producción agroecológica y la solvencia financiera. Es decir, su pertenencia al Cima y las redes solidarias impulsadas por esta organización generan el fortalecimiento de su diversidad y riqueza. El crecimiento de la gestión hay que mencionar que se presenta como una de las “fortalezas organizativas” en las diferentes actividades que se realizan en la asociación. Finalmente, podrían haberse señalado algunas de las facultades como la falta de asociatividad en la esfera de la comercialización,

aunque la asocian ha venido trabajando en ello, no obstante, dada la finalidad del trabajo de ver como el factor c se torna como organizador y los asociados de (ASOAGRAR) como categoría se ha hecho énfasis en los elementos que permitirían mostrar esta tesis.

Urge entonces la construcción de otra cultura política, que entienda lo político como organización autónoma y solidaria, una política que genere aprendizajes y comunidades capaces de orientar las condiciones de existencia produciendo su propia historicidad y proyectos de vida, con prácticas políticas no desligadas de la ética y la estética de la vida, con relaciones horizontales y fundada en el reconocimiento del otro en su diversidad y en sus saberes (el campesino también posee saberes y quizá más profundos que el de muchos académicos colombianos); una política de la experiencia de vida, no delegativa, participativa y desde la cotidianidad. Una cultura política que supere los sofismas de la democracia representativa y permita la constitución de subjetividades autónomas, capaces de ser voceras de sus comunidades. Una cultura política de la vocería (no representantes), que acata los mandatos construidos desde abajo y entre todos. En este sentido, la economía solidaria requiere para su potenciamiento de otra cultura política y otras subjetividades políticas, a la vez que al producir sujetos autónomos, organizados y participativos capaces de asumir su existencia es el espacio de producción de nueva cultura política. Otro elemento fundamental, junto a la identidad, integración y cultura política producida y requerida por la economía solidaria, es el principio de movilización y acción colectiva donde es colectivo mismo se encarga de transformar sus condiciones de existencia. Se trata incluso de superar la visión de la elite iluminada capaz de llevar la luz a los empobrecidos o beneficiarios. La economía solidaria exige una superación de la racionalidad que separa la Política, la ética, donde los fines justifican los medios, de “la instrumentalización del estado” y de la validez de “todas las formas de lucha”. La economía solidaria supone racionalidad basada en reconstitución de lo ético. político- estético, la solidaridad, la autonomía, la identidad, la movilización y organización. Tarea está en construcción.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiciadas. La modernidad y sus parias**. Barcelona : Paidós, 2005.

BORDIEU, P. **Las estructuras sociales de la Economía**. Buenos Aires : Manantial, 2002.

CALERO, B. **La formación en la economía solidaria: elemento clave del desarrollo y la resistencia de los Indígenas Nasa**, (Colombia). Ponencia presentada en el Seminario Internacional: La Co-construcción de conocimientos y prácticas sobre la economía social y solidaria en América Latina y Canadá, Buenos Aires, Argentina Disponible en: http://bibliotecadigital.econ.uba.ar/download/docin/docin_cesot_068, 2009.

Caillé, A. **“Hacia una teoría anti-utilitarista de la acción”**, en Teoría anti-utilitarista de la acción. Fragmentos de una sociología general . Buenos Aires: Waldhuter Editores, 2010.

CORAGGIO, J. L. **Economía social y solidaria el trabajo antes que el capital**. Quito-Ecuador: Flacso, 2011.

HARVEY, D. **La condición de la posmodernidad: Investigación sobre los orígenes del cambio cultural**. Buenos Aires Argentina: Amorrortu Editores, 1998.

HINKELAMMERT T, F. J., & Mora. **Economía para la Vida**. San José de Costa Rica: Departamento Ecueménico de Investigación DEI, 2009.

HINKELAMMERT, F. **Las inauditas pretensiones de la Globalización: de la aldea global al mercado mundo**. Recuperado el 3 de junio de 2015, de Economía y sociedad: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/economia/article/view/1422/1342>, 2001.

HINKELAMMERT, F. **El sujeto y la ley. El retorno del sujeto reprimido**. Herida Costa Rica: Editorial Universidad nacional Herida-EUNA. Primera edición 2003. Primera reimpresión 2005.

HINKELAMMERT, F., & MORA, H. **Hacia una Economía para la Vida**. San José de Costa Rica.: Editorial Departamento Ecueménico de Investigación DEI, Primera edición 2005. Edición revisada y aumentada 2009.

NEEF, M., Elizalde , A., & Hopenhayn, M. **Desarrollo a Escala Human** . Barcelona: Nordan Comunidad, 1998.

MACIAS, W. **Producir cuidando la naturaleza: el marco cognitivo agroambiental del Comité de Integración del Macizo Colombiano**. Sello Editorial Uniautónoma del Cauca. Serie Investigación. Cauca Colombia, 2020.

RAZETO, L. **Fundamentos de una teoría económica comprensiva**. Santiago de Chile: Ediciones PET, 1998.

RAZETO, L. **La economía como motor de los cambios, o una nueva estructura de la acción transformadora** . Santiago de Chile: El azul del arcoiris”, Editorial Universidad Bolivariana S.A, 2007.

RAZETO, L. **La Producción y la Empresa en la Economía Solidaria. Teoría de los Factores Productivos. El Factor C o la solidaridad como fuerza productiva**. De la Cátedra Latinoamericana de Economía Solidaria, del Prof, 2014.

RAZETO, L. **Curso economía alternativa lección 1 conceptps nuevos para realidades y proyectos alternativos.** Santiago de Chile, 2015.

SANTOS, B. d. **El milenio huérfano: ensayos para una nueva cultura política.** Bogotá. Colombia: Editorial Trota/ILSA, 2005.

SANTOS, B. d. **Una epistemología del Sur.** Buenos Aires, Argentina : CLACSO Siglo XXI editores, 2009.

SINGER, P., & de SOUZA, A. R. **Economía solidaria. Un modo de producción y distribución.**S. Paulo Brasil: Editora Contexto, 2000.

TARROW, S. **El poder en Movimiento.** Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política. Madrid: Alianza editorial, 2004.

TOURAINÉ, A. **Actores sociales y sistemas políticos en América Latina.** Chile : Prelac, 1987.

VITONÁS, E. **Nuestra Economía: Formas de producción y distribución de la economía Nasa.** Estudios y análisis de los procesos comunitarios en las comunidades indígenas del Norte del Cauca. Cauca, 15 p, 2003.

VITONÁS, E. **La economía indígena hacia la consolidación de un sistema económico comunitario según cosmo-acción de los Nasa en el territorio CXHB WALA KIWE.** Documento sin publicar, Cauca- Colombia, 12 p, 2009.

WEBER, M. **La ética protestante y el espíritu del capitalismo.** México D. F.: Fondo de cultura económica. Primera Edición en Aleman 1904. Primera reimpresión 2014.

CAPÍTULO 7

DE LOS MUNDOS SOCIALES Y CULTURALES A LOS MUNDOS PEDAGÓGICOS TRANSFORMADORES: CONVERSACIONES DESDE LA EDUCACIÓN POPULAR

Data de submissão: 04 /10/2020

Data de aceite: 06/11/2020

Magda Alicia Ahumada PhD

Universidad del Cauca
Facultad de Ciencias Naturales, Exactas y
del La Educación
Departamento de Educación y Pedagogía
Popayán-Cauca-Colombia
<https://orcid.org/0000-0002-2354-1091>

Stella Pino Salamanca PhD

Universidad del Cauca
Facultad de Ciencias Naturales, Exactas y
del La Educación
Departamento de Educación y Pedagogía
Popayán-Cauca-Colombia
<https://orcid.org/0000-0002-0386-3990>

RESUMEN: El presente documento es una reflexión de la experiencia de la educación popular en el Cauca- Colombia desde el dialogo entre la antropología educativa y la pedagogía como escenarios transformadores de la educación local. en territorios diversos, complejos e interculturales y de empoderamiento político.

PALABRAS-CLAVES: Educación Popular, Educación Transformadora, Antropología Educativa, Pensamiento crítico, cultura.

FROM SOCIAL AND CULTURAL WORLDS TO TRANSFORMING PEDAGOGICAL WORDLS

ABSTRAC: This document is a reflection of experiencia of popular education in Cauca-Colombia from the dialogue between educational antropology and pedagogy as transforming scenarios of local education. In diverse, complex and intercultural territories and of political empowerment.

KEYWORDS: Popular Education, Transformative Education, Educational Antropology, Critical Thinking, Culture.

INTRODUCCIÓN

El presentetextosenutrea apartir de algunas reflexiones compartidas entre maestras que sueñan por una educación transformadora, en el marco de la Educación Popular, en el cual se recorren diversos caminos que generan encuentros y conversaciones sobre como emergen entrettejidos críticos y transformadores en la sociedad, en el

mundo de la vida. Recorridos fragmentarios que van configurando cada vez más vivencias dinámicas de la participación y el empoderamiento político de la educación para el encuentro y las construcciones colectivas a través de la palabra.

Al recorrer diversos escenarios, vamos avanzando y compartiendo nuestras conversaciones, miradas y posicionamientos sociales, culturales y educativos, que entretengan los procesos y las luchas construidas por las diferentes organizaciones sociales, sindicales, comunitarias, que avanzan de manera sigilosa desde los Mundos sociales y Culturales a los Mundos Pedagógicos. Es decir, proponen diálogos entre lo social, lo antropológico y lo pedagógico, abriendo el abanico de inquietudes que circundan en la vida misma. Por ello, nos preguntamos ¿Cómo la cultura y los mundos culturales pueden ser entendidos como mundos ontológicos del ser? Es una de las preguntas orientadoras y con ella ¿cómo aporta en esta perspectiva la educación popular?, que siembra sus raíces y retorna sus frutos a las semillas populares, evidenciando la solidaridad, la reflexión ética y dialógica del estar y del ser.

1. MÁS ALLÁ DE LOS MUNDOS CULTURALES

La educación como lo manifiesta Freire (1970) es el instrumento por excelencia tanto para la opresión como para la liberación, ha entrazado la historia social de los pueblos, pero esta fue vista mayoritariamente como un campo diferencial del mundo social. Las prácticas y costumbres culturales, las percepciones y las imágenes fueron relegadas a la experiencia cultural. La antropología lo entendió así, brindando a la configuración de los mundos culturales, el espacio íntimo de la cultura y a través de la etnografía educativa, la antropología y la cultura empezaban a transitar las ontologías del Ser.

Esta es una consideración enfática, si tenemos en cuenta que lo que se avizoraba eran Mundos Pedagógicos, las formas de entender, ser y hacer en el contexto desde una perspectiva ontológica y epistémica.

Experiencias compartidas por las comunidades indígenas, campesinas y afrodescendientes. El avisoramiento de la llamada Educación propia, asociada a las connotaciones culturales específicas, la educación comunitaria y la educación política, promovidas desde el actuar profundo de las experiencias sociales, desde la vida misma.

Uno de los puntos fundamentales que queremos retomar es que, al referirnos a los Mundos Pedagógicos, nos ubicamos en los saberes pedagógicos, entendidos estos, como los mundos de las realidades educativas, sus memorias y dinámicas de posicionamiento local educativo y su transformación. Podemos hacer alusión a los procesos de lucha de los maestros y maestros a partir de la década de los 80s en Colombia y la visibilizarían de los saberes pedagógicos nutridos desde las prácticas y experiencias educativas situadas.

El saber pedagógico, recordando a Ospina (2013) permite realizar un dialogo interdisciplinario, y al contrario de la tradición que proponía ser abordado solo desde la sicología o la sociología, los saberes pedagógicos tienen inmensa relación con conceptos y nociones de las Ciencias Sociales y las Ciencias de la Educación, generando una mirada profunda, analítica y reflexiva, hilados desde la relación con las Ciencias Humanas, con la Filosofía, y con las Artes Integradas al ser.

Desde nuestra perspectiva una significación plural, que enfatiza en las manifestaciones y configuraciones educativas, que se han ido configurando históricamente y que demarcan el papel de los maestros y maestros no sólo en la focalización de pedagogías de los contenidos, sino de los procesos del ser; como muy bien lo explica Zambrano (2015) al referirse al sujeto y que Ospina lo define como (2013, p.97) “ un conocimiento frente al hecho educativo, que no solo tienen en cuenta el aspecto práctico sino su fundamentación teórica”.

Trasegar sobre estos diálogos es central, ya que tradicionalmente la antropología se refirió al mundo de las creencias y las percepciones como un mundo cultural, hasta la década de los 90s, el ejercicio fundamental se

ubicó en la descripción de las prácticas culturales de los grupos indígenas, y hacia mitad de este periodo se comenzó a desplazar al escenario urbano y poder indagar otras prácticas sociales. Las formas de vestir, concepciones de territorio, formas de curar, aspectos lingüísticos, nuevos pobladores y artefactos materiales seguían presentes en la definición de los mundos culturales, con Geertz (2003) y la interpretación de las culturas se avanzó hacia la descripción densa, a los espacios de los significados. Teníamos la tradición de Fals Borda (1978) y Vasco (2002) en la interacción de las relaciones sociales, cada vez más cercano a la práctica social que revierte el plano del investigador y lo hace partícipe de las mismas emergencias históricas.

Al plantear la mirada en los saberes pedagógicos, Díaz, por ejemplo, como lo recuerda Ospina, lo entiende como los conocimientos construidos de manera formal e informal por los docentes, valores, ideologías, actitudes y prácticas, es decir, creaciones del docente en un contexto histórico cultural, que son productos de las interacciones personales institucionales, que evolucionan, se reestructuran, reconocen y permanecen en la vida del docente (OSPINA, 2013, p. 97).

Definición que se asocia a las nociones de la cultura que la tradición norteamericana y francesa han traído a la antropología, integrándola como un concepto complejo y dinámico. Si recordamos la primera definición de cultura realizada por Tylor en 1871 plantea que la cultura es: “Todo complejo que incluye el conocimiento, las creencias, el arte, la moral, el derecho, las costumbres y cualesquiera otros hábitos y capacidades adquiridos por el hombre en cuanto miembro de la sociedad” (TYLOR, 1995, p. 29), conceptualización analítica que a través de los ejercicios etnográficos de las culturas se fueron integrando a procesos de Memoria, conocimientos, exploración, transformación, obtención y transmisión de experiencias de generación en generación y al recuerdo a través del tiempo.

Los estudios de las culturas indígenas evidenciaron la existencia de prácticas propias, formas de pensar y aprender colectivamente, asociada a

procesos organizativos y cómo este sistema de creencias tejía a los seres sociales. Un acercamiento a las múltiples transformaciones de la cultura y a las complejidades de las relaciones sociales, al tejido intercultural que emerge en las dinámicas sociales que configuran formas de aprender, experimentar, reflexionar y transformar. La cultura fuertemente adscrita en el marco de las experiencias étnicas, instauradas en los mundos culturales, pocas veces entendidas como mundos pedagógicos.

Hay un espacio fundamental hilado a la experiencia, a las tradiciones y a las reconfiguraciones de los mundos culturales, no en vano podríamos plantear que están presentes las cosmovisiones y discursos textuales y orales en los saberes pedagógicos. Si seguimos con Gadamer (2000) la educación es educarse, más allá de ser como lo expresa Aristizabal (2006) una categoría de análisis que contribuye a identificar conceptos y prácticas históricas educativas para el contexto colombiano. Podemos entender una mirada interdisciplinar y la visibilización de los mundos pedagógicos. Las formas de interpretación y conceptualización desde la vivencia asociada a los constructos culturales, económicos, sociales y político que hilan lo educativo.

Fernández (2016) plantea como la antropología de la Educación se remonta a la década pasada a diferencia de otros países, principalmente avanza en Alemania, y que en nuestro país es de vital importancia en la formación de los maestros. Su tesis central señala que la antropología pedagógica debe contribuir a la comprensión del ser humano y al fenómeno educativo. Según sus palabras la antropología pedagógica: “pretende ser un acercamiento a la realidad humana a modo de instrumento teórico para abordar con sustancialidad y sentido la tarea educativa” (FERNÁNDEZ, 2016, p. 50).

No obstante es importante manifestar que la idea central que nos convoca en este texto es no solo plantear un dialogo entre la antropología y la educación, y cómo aporta a la interpretación de los procesos educativos, sino plantear cómo los mundos culturales y sociales son en sí mismo mundos

pedagógicos, es decir, formas de aprender, de construir sus visiones del mundo, los mundos sociales donde están presentes las comunidades, sus rituales, sus vivencias, sus contextos, la tierra, la organización popular, la solidaridad, lo colaborativo, las montañas, los espíritus, las deidades, los médicos tradicionales, los mayores y las mayores, los niños, las mujeres, la organización y sus luchas y empoderamientos sociales. Véase: (AHUMADA, 2020).

Bernal (2006) es clara al señalar que es difícil encontrar los inicios de la Antropología filosófica, educativa o pedagógica. Pero si es posible manifestar que la educación tiene contenidos antropológicos. Plantea cómo la antropología de la educación contiene diversas teorías antropológicas al nutrirse de la antropología sociocultural, la antropología biológica y la antropología filosófica. En su recorrido histórico parte de la filosofía alemana del XVII, hasta inicios del siglo XX en Norteamérica y sitúa la corriente Cultura y personalidad en los años 20, como la principal escuela que forma a los antropólogos en prestar atención a los fenómenos educativos. Después se desplaza hacia la década de los 60, donde focaliza el estudio del ámbito sociocultural en lo educativo y el cambio cultural. Se remite a la emergencia del multiculturalismo y a las referencias sobre educabilidad del ser humano que la antropología filosófica identifica como fundamento de análisis para plantear que “el ser humano requiere el sentido de sí mismo”.

Es importante señalar en este punto, cómo la cultura no es estática, lineal, ni homogénea, mucho menos cerrada ni perpetua en un tiempo originario, sino que se avanza a la transformación, al empoderamiento y la pervivencia de los sentidos correspondientes con las expectativas de los pueblos y de las dinámicas históricas, de los retos, sus diálogos y conversaciones. En los diversos encuentros de la palabra, de las luchas e interacciones sociales. Por eso observamos la paradoja que se entreteje en estos procesos. La vida misma son experiencias del encuentro de sí mismos, de nosotros, son memorias y prácticas educativas, de la educabilidad de los seres sociales, adscritas a las convergencias de las culturas y a los procesos

de fundamentación en el ser. Son y deben entenderse como mundos Sociales y Mundos Pedagógicos; camino recorrido por la educación popular, el dialogo de saberes, la reflexión crítica y la valoración de las experiencias.

2. DIÁLOGOS DESDE LA EDUCACIÓN POPULAR

La Educación Popular como apuesta política liberadora, tiene sus cimientos en la cultura, en una sociedad cargada de historicidad, de realidades y adversidades que generan luchas colectivas que han permitido un lugar de resistencia. Es así, como se van configurando más allá de los mundos culturales y sociales un mundo pedagógico intercultural, que piensa el ser en toda su dimensión y que recrea de forma pedagógica la escuela, al maestro y a la misma educación.

Es desde este andar, como la Educación Popular recorre bajo sus principios pedagógicos un camino cargado de esperanza que transita de manera interrelacionada con el diálogo de saberes, la reflexión crítica de la realidad, la ética como apuesta política, la participación en y con los procesos y la organización comunitaria que lleva a transformar el estado en el que nos encontramos, para constituir un estar y ser distintos; en una lucha constante de orden epistémica para superar las viejas estructuras que han permeado la cultura, la escuela y la misma esencia del ser. De esta manera, se va construyendo un sujeto que está inmerso en la cultura de lo impuesto y que para nuestra América en el llamado “descubrimiento”, se convirtió en la forma de imposición y atropello que buscó acabar con las culturas propias y que logra un colonialismo que hoy se ve transversando la vida misma, en sentido se afirma

Lo conocido era más importante si tenía que ver con lo que, de “afuera” de nuestros mundos, llegaba con una contundencia que se nos antojaba atroz y sobrecogedora. Así conocimos nuestra historia, más signada por el enaltecimiento de los bellamente engalanados conquistadores, a quienes nos enseñaban a ver como los redentores de una barbarie que tenía taparrabos, plumas y decorados misteriosos en la piel, hechos con colores vegetales, y de los que inevitablemente teníamos que aprender a desconocer, renegar y menospreciar. (ALBAN, 2013, p. 34).

Es sin lugar a dudas, uno de los acontecimientos más significativos en la vida de América, no solo por la imposición violenta de su actuar, sino por lo que significó en la historia que aún hoy cobra vida y que tocó las fibras más sensibles de la cultura, de las personas, obligando a tener una sola lengua, a profesar una sola religión, a esconder la esencia como aborígenes, puesto que se era negado en todo su ser. Ante todo, enseñando a creer que lo externo, que lo impuesto era más que lo propio, convirtiéndose así, en uno de los atropellos de barbarie más grandes sucedidos en la historia mundial. Así, la luna, el sol, la madre naturaleza, los rituales propios de la cosmovisión indígena se trataron de acabar y se tuvieron que realizar a escondidas, en forma clandestina para mantener lo que sabían, lo que por años fue su vida y que les fue arrebatado, además de tener que vivir el proceso de esclavitud de los africanos, otro de los grandes atropellos de la humanidad. De esta manera, se adoctrinó con el ideal del conquistador, espacio donde la religión jugó un papel importante y donde ser indio o negro se convirtió en vergüenza, en sujetos sujetos en su pensar, su actuar y que se interiorizó en los más profundo de su ser, para dejar de ser ellos mismos.

A partir de entonces, fuimos otros y otras, nos convertimos en una mezcla no solo de colores de piel, sino sobre todo de pensamientos y acciones, de seres que aprendimos de diversas culturas y que nos constituyó como personas otras con una mixtura interrelacionada culturalmente que da como resultado el aprendizaje de otros saberes, otras formas y costumbres, pero que desde los negros e indígenas conservaban en lo más profundo de su cosmovisión, su esencia natural; lo cual los motivó a luchar fervientemente para recuperar sus tradiciones, su amor propio y comprender que era posible buscar su liberación. Es desde estos pensamientos, como se aporta en los movimientos libertarios a la educación, para lograr salir de ese estado de dependencia o como afirmaba Martí “Cuando todos los hombres sepan leer, todos los hombres sabrán votar, y, como la ignorancia es la garantía de los extravíos políticos, la conciencia propia y el orgullo de la independencia garantizan el buen ejercicio de la libertad” (MARTÍ, 1991, p. 351).

De esta manera, se configura un momento histórico que marco la vida latinoamericana, en una construcción de lucha y resistencia que logra sacar al invasor, dejando de percibir lo que se impregnó en la cultura, en el interior de cada ser, que a pesar de no tener las cadenas continuo sujetado, anquilosado a la estructura colonial que lo marco y que desde la educación y la religión continuo caminando su ejercicio dominador, constituyendo así, una cultura en donde confluían diversos saberes, costumbres, lo que impedía volver a vernos en nuestra esencia natural, en aquellas estructuras recreadas por la vida, por la naturaleza.

Por consiguiente, los diversos pensadores y comunidades continúan su andar rebelde y de resistencia para lograr sacar al colono que habita en nosotros, es así, que se evidencia como a partir de otra educación podría gestarse el camino para la emancipación, para liberarnos del estado de sumisión, configurándose la Educación Popular, como apuesta pedagógica propia que logre dicha liberación.

Teniendo en cuenta, los caminos recorridos por las propuestas de educación liberadora que recorren el continente desde Rodríguez y Martí, hasta pensadores como Mariátegui, Fanon o Freire, con quienes se reconfigura la educación, para pensarla como apuesta política liberadora, como ejercicio de la vida misma que recupera el pensar, la praxis, al ser; en un trabajo pedagógico que supera la visión instrumental de la educación y que nos permite repensar sus estados de represión, de opresión, de dominación, como las formas de transformar dichas imposiciones para construir una educación del pueblo y con el pueblo, una educación popular donde la cultura, la vida, la naturaleza y por supuesto las personas, se conviertan en eje del trabajo, logrando así ir más allá de lo colonial y constituir otros mundos culturales y sociales, otros mundos pedagógicos.

De manera análoga, la educación popular busca romper las estructuras autoritarias que se gestan en la educación, para invitar al diálogo, a la comprensión de las realidades, al cambio de esa epistemología que niegan lo otro, lo distinto, en palabras de Albán,

La lucha epistémica también es una lucha por el reconocimiento territorial, todo lo que en él se produce y va más allá de la palabra, es decir, que se incrusta en la dimensión política e impide que los conocimientos se construyan en abstracto, sino en una realidad concreta y particular (ALBÁN, 2013, p. 27).

En efecto, es a partir de estas reflexiones como se muestra que estas luchas no son solo por recuperar los cultos y tradiciones, son en esencia luchas que se resisten a seguir repitiendo, a seguir desconociendo lo que se es, es una pugna permanente por recuperar el territorio y todo lo que en él confluye, sus lenguajes, formas de interrelación consigo mismo, con la cultura, con la naturaleza; es en esencia la recuperación de su SER.

Ante todo, se va configurando una sociedad, una cultura distinta, que desde Freire debe apostarle al cambio en la educación, para comprenderla en sus diversos escenarios y aportar a su liberación. Es en esencia una praxis que debe liberarnos y mostrar los caminos para otras construcciones tanto personales como conjuntas, preguntándose por el papel de la escuela y el que debe tener el educador, quien abrirá las puertas para una pedagogía dialogante, reflexiva y comprometida, a saber escribe,

Pero ahora, al enseñar, no como burócrata de la mente sino reconstruyendo los caminos de su curiosidad –razón por la que su cuerpo consciente, sensible, emocionado, se abre a las adivinaciones de los alumnos, a su ingenuidad y a su criticidad-, el educador tiene un momento rico de su aprender en el acto de enseñar. El educador aprende primero a enseñar, pero también aprende a aprender a enseñar algo que es reaprendido por estar siendo enseñado. (FREIRE, 2010, p. 46).

De modo que este pensador vislumbra el camino educativo para la liberación y ve en la educación la opción para contribuir con este propósito, de tal manera que se supere la educación bancaria como él la llama y así lograr la concienciación que toca el pensamiento, la acción y el sentir para comprometer de manera ética y política a quienes tienen la tarea educativa de formar. Ejercicio que pasa no solo por pensar en el método sino por preguntarnos el papel de la educación en la sociedad, en una tarea que nos permite estar en permanente aprendizaje y repensando nuestras praxis pedagógicas cotidianas.

Cabe destacar desde este autor como el diálogo se torna central para el proceso educativo, en donde se supere la escuela del silencio, del autoritarismo y se construya una nueva lógica que le permita a todos sus participantes preguntar, dudar, conocer, explorar, hablar, sentir como parte esencial de lo cultural que nos abriga y motiva a ir más allá de los mundos propios o ajenos, de allí que afirme.

En otras palabras, nada de esto tendría sentido pedagógico si el educador o la educadora no entienden el poder que tiene su propio discurso para silenciar a otros. Por este motivo, comprender el poder de silenciar implica desarrollar la capacidad de escuchar las voces silenciadas para comenzar a buscar modos -tácticos, técnicos, metodológicos- que faciliten el proceso de lectura del mundo silencioso, que está en íntima relación con el mundo vivido por los alumnos y las alumnas. (FREIRE, 2016, p.53).

En consecuencia, el encuentro y el diálogo se tornarán como ejes de lo pedagógico en la educación popular, para interrelacionar lo que somos, lo que construimos, lo que sabemos, pero también lo que soñamos. De igual forma, el repensar de manera crítica su praxis abrirá el espacio para reconocer lo otro, lo que estaba oculto y silenciado y que la educación autoritaria y colonial no nos permite ver, en este sentido se expresa.

Además, es en la tarea de ser maestro donde, lo fundamental es lograr reflexión del quehacer a partir de cada contexto y de cada experiencia vivida para atender las problemáticas que se presentan. Así, es como comprenderá que la educación no está separada del sistema, económico, político, social y cultural, sino que implica desde la concepción crítica de la educación, un abordaje integral del sistema, de su dinámica y su estructura. (EUSCÁTEGUI y PINO, 2014, p. 95), logrando permear lo anquilosado y dando apertura y reconocimiento a sus realidades, a sus contextos, a su cultura, para recrear de otras maneras la escuela, el ser educador, el ser actor social.

Es en las construcciones cotidianas de la vida misma donde confluyen experiencias que pasan de sus mundos culturales y sociales al mundo pedagógico, vivencias que muestran en su andar construcciones

pedagógicas liberadoras que mueven principios propios y que motivan a seguir soñando, a seguir construyendo otros mundos posibles.

3. MÚLTIPLES CONVERSACIONES

La palabra tiene dos fases: la acción y la reflexión, esta es la connotación existencial y el llamado para el mundo que realiza Freire (1970), la palabra verdadera es praxis. El dialogo es la palabra, la vivencia, la reflexión, el intercambio de saberes. En su libro la Pedagogía del oprimido expresa: “El dialogo es el encuentro entre los hombres...es una relación existencial... de sujetos hacia el mundo que debe ser transformado y humanizado...es el encuentro de los hombres que pronuncian el mundo...un acto de amor...de compromiso con los hombres” (FREIRE, 1970, p.106-107).

Las experiencias de la vida, y nuestras prácticas sociales se configura en el espacio de las conversaciones de los mundos pedagógicos, mundos sociales de la experiencia, para Gadamer desde del lenguaje, para Habermas desde la acción comunicativa de la comunicación. Gadamer (2000, 546) alude a que es “el ejercicio humano de la palabra (logos): el arte de la conversación, de la escritura y de la lectura, de la comprensión y de la interpretación”, una fundamentación del mundo lingüístico como escenario de la palabra. Para Habermas esta en la interacción y en las relaciones de poder que subyacen en dichas configuraciones, en las praxis comunicativas, en el ámbito de la interacción y del entendimiento de los sujetos, de los mundos de la vida. “Al actuar comunicativamente, los sujetos se entienden siempre en el horizonte de un mundo de la vida” (HABERMAS, 1987, p. 84).

Para las comunidades indígenas, campesinas y afro descendientes está presente en el mismo territorio, en la lucha por la pervivencia de la madre tierra, en los engranajes de los conocimientos y saberes, desde la crianza y de la siembra, en la pervivencia y en la gestación de sus pensamientos y los modos de ser social.

Se gesta así, el terreno para sembrar, para dar la palabra a aquellas experiencias que caminan día a día en medio de la adversidad, pero

que van logrando pasar del mundo de lo cultural y social al mundo de lo pedagógico, en un ejercicio dialógico de los saberes, de los conocimientos, de las acciones, del pensamiento; de allí nuestra intención de compartir algunas experiencias, que aunque pueden parecer cotidianas, se tornan significativas en su construcción como en los procesos que van recreando pedagógicamente. Así, presentaremos a continuación las experiencias de la Paila y el Colectivo de Educación Popular del Cauca, como aportes en la transformación permanente que nos atañe como educadoras.

3.1. La experiencia de la Paila

Don Juan se acerca y me dice profesora, que bueno que la universidad este aquí en la vereda, en la cancha con sus estudiantes, y que la comunidad participe. Yo tengo 70 años y llevo 40 de ellos liderando en la comunidad, eso se lo enseñó a mis hijos para que se esfuercen por la comunidad. Siempre enseñado para que ellos aprendan, esos conocimientos que ustedes nos comparten hoy también y que dialogamos ahora con los niños.

Freire (1970) nos comparte que la educación es la liberación, y también la posibilidad de pensarnos a nosotros mismos en nuestros propios devenires, lo que entendemos, está presente en las acciones cotidianas de reivindicación de la vida, cargada de múltiples imágenes y sentidos que comparten lo colectivo, lo solidario, la posibilidad de dialogar recíprocamente. Cuando llegamos a la Vereda de la Paila, cerca de 20 minutos de Popayán con los estudiantes de tercer semestre de la licenciatura de Educación Artística, en desarrollo de la asignatura Educación, Historia y Región, compartimos una práctica pedagógica consensuada con la comunidad educativa, convirtiéndose en una experiencia inicial para los estudiantes como un viaje que permitía un encuentro con otros. Se manifestaba como un espacio de construcción colectiva, del compartir saberes asociados al territorio.

El encuentro a través de los diálogos realizados con anterioridad, la disposición y la apertura política de los estudiantes y de la comunidad coincidió en un encuentro local, donde se hicieron presente numerosos

niños, líderes y comunidad en general, algunas gallinas y perros también estuvieron con nosotros. El mayor ejercicio que compartimos fue la escucha, la palabra, entretejidos en el diálogo continuo de conocimientos, mientras se hilaban aspectos didácticos y pedagógicos sobre el territorio con los niños y la comunidad, unidos al canto, la música, los títeres, la danza y el juego. En este sentido, la reciprocidad de la participación, al querer hilar concepciones de mundo, con el fuerte viento, la frondosidad de los árboles de guama y el compartir de un delicioso café con masas.

Para todos espacios de encuentro de mundos pedagógicos, a través de los cuales, la palabra se hace vivencia que crea y reconfigura nuestras experiencias, al entender el proceso histórico y colectivo que fomenta la organización comunal en el sector rural, ese es el sentido de la conversación. Diversos diálogos sobre la historia de conformación de la vereda unido con los recuerdos de los primeros pobladores del sector, también observar las múltiples casas hechas en madera pintadas de rojo, verde, amarillo y percibir el camino en piedra construido a pala y azadón. Acercarnos al salón comunal, una construcción pequeña hecha en ladrillo y conversar en el espacio de la cancha, realizada por ellos en un terrero que antes era un humedal.

Escuchar de Don Juan sus memorias del trabajo realizado para que hoy pudiéramos compartir ese lugar, recordar la participación en procesos electorales, la organización de la vereda y los planes de trabajo colectivo al igual de la posibilidad de que sus hijos lleguen a la Universidad.

Se intercambiaron amplios conocimientos de una geografía desconocida para nosotros a pesar de lo cercana a la ciudad. Las historias de que más arriba hay otras veredas y otros caminos y señalar futuros encuentros para continuar conversando.

Mis estudiantes observando, participando, aprendiendo desde los Mundos Pedagógicos, motivados y dispuestos a compartir, entre trajes, construcción de historias y juegos que dibujan paso a paso el empoderamiento de la Educación Popular, procesos que encierra sentidos de vida y que nutre las existencias del ser, a través de las memorias, las historias, los

pensamientos hecho praxis en la pervivencia de sus expectativas sociales y de los procesos que acompañan la dinámica social para el dialogo, la interrelación y la interpelación solidaria.

En esta experiencia pedagógica, la organización comunitaria nos comparte sus procesos de fortalecimiento y liderazgo, el camino recorrido y lo aprendido a lo largo del tiempo, las estrategias para la participación de las mujeres y de los niños en las luchas emprendidas por la reivindicación de sus derechos. Enfáticamente nos acerca al tejido de la organización social, y nos conduce a la esencia fundamental de la formación integral, que articula la humanización y el anclaje con sus realidades locales.

El escenario educativo se instaura entonces en la misma dinámica local, en las familias, en los encuentros comunitarios, en la identificación de propuestas y la programación colectiva y estrategias pedagógicas para lograrlo. Allí está la escuela, por fuera de las paredes de ladrillo y techo de eternit, que se abre la vivencia cotidiana, a los aprendizajes colectivos desde la organización popular, en sus calles, en sus mundos sociales y culturales. Fuertemente experimentamos todos, el aporte de la organización comunitaria y como lo educativo está por fuera de la misma escuela, que pedagógicamente nos ubica en otros lugares y en otros saberes, en la dinámica de las significaciones y sentidos de la vida social.

3.2. El Colectivo de Educadores Populares del Cauca. Un andar que teje esperanzas y saberes

Hace ya casi una década, iniciamos un proceso colectivo de construcción de educación popular que fuera más allá de acciones aisladas, dándonos la oportunidad de caminar distinto al interior del Grupo de Educación Popular, pero sobre todo de encontrarnos con personas y procesos significativos como el trabajo adelantado por la Asociación Sindical de trabajadores de la Educación del Cauca, con quienes confluyeron sinergias y pensamientos para preguntarnos por otra educación y resistirnos al estado de seguir atendiendo de manera instruccional la tarea educativa, la vida misma.

Para empezar, es importante aclarar que estas reflexiones son producto de lo vivencial, de las preguntas e inquietudes que surgen en el camino y que van configurando unos aprendizajes que van más allá de la misma escuela, evidenciando como los mundos culturales y sociales se convierten en mundos pedagógicos.

En el inicio del colectivo de educadores populares del Cauca, una maestra de escuela rural me abordó y comentó, “¿profe usted realmente cree posible un cambio? Yo lo veo tan difícil, tan lejano”. Sus palabras me conmovieron, en especial por la narración de los lugares de donde vienen, porque desde sus vivencias ven en el día a día las violencias que azotan la región del Cauca, viven en carne propia la pobreza de las familias, el desplazamiento forzado y vicisitudes que deben afrontar cotidianamente. Es desde estos lugares como se empieza a perder la esperanza, ante lo cual nos dejamos de movilizar por el temor, por la imposición.

A partir de entonces y después de escuchar a más de dos mil maestros de todas las regiones, comprendimos que teníamos el deber ético de movernos distinto, de contribuir desde nuestros saberes para empezar a caminar de otra manera, pero sobretodo de darnos la oportunidad de creer que el cambio es posible, apostándole a otra educación a otra sociedad, desde el pensamiento crítico, reflexivo, desde lo colectivo, desde la organización; en este sentido y recordando a Escobar en una de sus conversaciones con una activista intelectual nasa Vilma Almendra expresa “El pensamiento crítico, como lo vemos y como se expresa en nuestra comunidad, es uno de los flujos de la vida de la Madre Tierra, es decir, que el pensamiento crítico comunitario nos ha permitido estar en movimiento” (2017, p. 61).

Es a partir de estas conversaciones, de estos recorridos por el territorio caucano como vamos encontrando el camino para reconfigurar el trabajo y decidir que para movilizarnos requerimos construir un colectivo que nos permita lo comunal, además de compartir los mundos culturales y sociales en los que convergen sabidurías, añoranzas, pero también dificultades y así desde sus reflexiones lograr mundos pedagógicos para construir otra educación.

Se desprende así, un caminar que mostró una problematización que no solo fue vista desde los problemas curriculares, de políticas educativas, evaluativas o didácticas marcadas por la tradición e instrumentalización cuya base se fundamenta en las competencias y estándares, sino como la deserción escolar producto de lo que acontece a nivel social y la preocupante situación económica y política por la que atraviesan las comunidades afectan directamente la escuela. Esto significó en cada encuentro, en cada taller pedagógico popular construido, repensar el papel de la escuela, su lugar de enunciación, pero también su lugar epistémico, de tal manera que permitiera reconocer las experiencias que se construyen a pesar de las dificultades, como también, la necesidad de empezar a edificar otras apuestas, otros mundos posibles.

Así, empezaron a aflorar experiencias en cada región caucana, que, a pesar de caminar contra la corriente, como ellos mismos afirman, se resistieron a mantener el statu quo y recrearon otra escuela, otro maestro, otra educación. De este modo, la formación como proceso político pedagógico se convirtió en tarea central del colectivo, movilizado desde los talleres pedagógicos que nos permitían seguir aprehendiendo, seguir creciendo, pero también la configuración de una apuesta formativa formal que diera las bases conceptuales y admitiera el encuentro de saberes para seguir el andar. Así se constituye la Maestría de Educación Popular, producto de una necesidad imperante de formación que supere la capacitación y contribuya con sus procesos de reflexión, de sistematización de experiencias e investigaciones participativas basadas en la emancipación respondiendo al reclamo imperante de nuestro territorio y que desde la Universidad del Cauca y el particular el Grupo asumió como reto, como desafío.

De manera simultánea, organizamos la revista Pensamiento Popular y talleres permanentes con la base y fundamento epistémico y político de Asoinca, reconfiguramos los encuentros de educación popular que organizaba el Grupo para convertirse en un ejercicio colectivo de reflexión; además de iniciar nuestro andar acompañando experiencias e instituciones que tuvieran la intención de trabajar la educación liberadora, la educación popular.

Por consiguiente, desde el colectivo se apropiaron los principios de la educación popular, tratando de dar vida en este mundo pedagógico al diálogo de saberes, en el cual se comparte con mayores, con sabedores, con líderes comunitarios, con maestros, con estudiantes ávidos de aprender sus historias, sus luchas, sus caminos; ejercicio que fue mostrando como el autoritarismo e individualismo se empezó a cambiar por los encuentros, logrando cambiar las filas por los círculos que permitían conversar o en palabras de Quijano “versar con”, dándole valor a las conversas interculturales que enseñan, que problematizan, que narra los obstáculos, su dolor y sus sueños. Además de aprender a trabajar comunitariamente, luchando por el bien común, lo que significó ya no estar solos, aislados y mostró la capacidad de construcción colectiva que en últimas es esencia del mundo cultural y social.

Al mirar hoy el proceso, siguen las preguntas sobre lo educativo y su transformación, pero también continúan interrogantes sobre la vida, sobre los mundos culturales, sociales y pedagógicos atrapados en lo colonial, además de preguntarnos por las otras praxis pedagógicas que circundan el mundo cultural y social, que dan vida el mundo pedagógico al desarrollar de otras formas lo educativo y que se constituyen en un trabajo de diálogo de saberes, de reflexión permanente de la realidad, como también ejercicio esperanzador que es posible un mundo mejor.

REFERENCIAS

AHUMADA Pardo, Magda Alicia. **Reflexiones sobre pedagogías en contexto.** Recordando algunas experiencias educativas compartidas. Universidad del Cauca, 2020.

ALBAN, Adolfo, compilador 2013. **Más allá de la razón hay un mundo de colores. Modernidades, colonialidades y resistencia.** Editorial casa del Caribe y Oriente Santiago de Cuba

BERNAL Martínez Aurora. **Antropología de la educación para la formación de profesores.** Universidad de la Sabana. Facultad de Educación. Vol.9 N°2. p.167, 2006.

BORDA, Fals. MOMPOX y LOBA. **Historia doble de la Costa.** Bogotá Carlos Valencia Editores. Colectivo de Educadores populares del Cauca (2011-2020) Proceso en construcción, 1979.

ESCOBAR, Arturo. **Otro posible es posible. Caminando hacia las transiciones desde Abya Yala/Afro/Latino-América.** Ediciones desde Abajo. Bogotá, 2018.

EUSCÁTEGUI, Robert y PINO Stella. **Re-pensando la formación de maestros. Una mirada desde la Educación Popular.** Editorial Universidad del Cauca. Popayán, 2014.

FREIRE, Paulo. **Cartas a quien pretende enseñar.** Siglo XXI, México, 2010.

FREIRE, Paulo. **El maestro sin recetas. El desafío de enseñar en un mundo cambiante.** Siglo XXI de España Editores. Buenos Aires, 2014.

FREIRE, Paulo. **La pedagogía del oprimido.** Siglo XXI Editores. México, 1970.

FERNANDEZ Nieto, Javier Bermeo. **Antropología pedagógica.** Fin para la Educación. Escuela abierta pp. 49-66, 2016.

GADAMER, H G. **la educación es educarse.** Paidós. Barcelona, 2000.

GEERTZ, Clifford. **La interpretación de las culturas.** Gedisa Editorial. Barcelona, 2003.

HABERMANS. **La Teoría de la acción comunicativa.** Vol. I. Crítica de la Racionalidad de la acción y racionalización social. Taurus Madrid, 1987.

MARTÍ, José. **José Martí Obras completas, Nuestra América.** Editorial Ciencias Sociales, La Habana, 1991.

OSPINA Serna, Héctor Fabio. **El saber pedagógico de los profesores universitarios.** Revista Virtual Católica del Norte N° 39. Mayo Agosto pp. 95-109, 2013.

TYLOR., Edward. La Ciencia de la cultura. En Kahan. J. S. (compilador). **El concepto de cultura.** Anagrama. Barcelona, 1995.

VASCO Uribe, Luis Guillermo. **Entre selva y Páramo.** Viviendo y pensando la lucha india. Instituto colombiano de Historia y Antropología. Bogotá, 2002.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Wilson Noé Garcés Aguilar - Doctor en Administración de la Universidad del Valle (2020), Magister en estudios interdisciplinarios del desarrollo de la Universidad del Cauca (2018) y Contador Público de la Universidad del Valle (2011). Docente universitario en el suroccidente colombiano en áreas contables, administrativas, financieras y humanas. Ha sido director y evaluador de trabajos de grado y posgrado en universidades latinoamericanas. Se ha desempeñado como par evaluador de revistas y editoriales nacionales e internacionales en el área de la administración, estudios organizacionales y negocios. Es investigador interdisciplinario en ciencias sociales y humanas reconocido por el Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación en Colombia. Ha sido miembro de los grupos de investigación VINCO de la Universidad Cooperativa de Colombia, del grupo Investigaciones Contables, Económicas y Administrativas -GICEA- de la Universidad del Cauca, del Grupo de Investigación Minka de la Fundación Universitaria de Popayán, de los grupos de investigación Territorios, IREHISA y Grupo de investigación Nuevo Pensamiento Administrativo de la Universidad del Valle, del Grupo de investigación GIICO de la Fundación Universitaria Lumen Gentium Unicatólica Cali y de los grupos de Investigación Interdisciplinario en Ciencias Sociales y Humanas y Gestión, Desarrollo y Sociedad de la Corporación Universitaria Autónoma del Cauca. Es miembro de redes de conocimiento especializado: Red de investigadores ASCOLFA Sur Occidente RIASCOLFA – Colombia, Red Educación y Economía Social y Solidaria, y de la Red de investigadores latinoamericanos de economía social y solidaria. Participa activamente de eventos científicos en Latinoamérica en calidad de conferencista y ponente y cuenta con variada publicación de artículos y capítulos de libros. Ha sido director de proyectos de investigación, coordinador de proyectos interinstitucionales con entidades públicas y asesor de programas de iniciación científica en los departamentos del Cauca y Valle del Cauca en Colombia.

Selma Mendoza García - (México), Formación Académica: (2019) Maestra en Ciencias en Estudios Interdisciplinarios para Pequeñas y Medianas Empresas por el Instituto Politécnico Nacional. (2017) Becaria Nacional de Investigación del Programa de Posgrados de Calidad-CONACYT. (2016) Ingeniera Industrial por la Universidad Autónoma Metropolitana. Actividades Académicas: (2020) Docencia-Universidad Pedagógica Nacional-291. (2019) Coordinación Seminario de Economía e Innovación Social (UPIICSA). (2019) Becaria de Investigación BEIFI-IPN. (2018) Publicación Red de Innovación

Social: Asociaciones heterogéneas para la resolución de una problemática social (PILARES). Experiencia profesional: (2019) Facilitador-Instituto Nacional de Economía Social (MX). (2018-2017) Consultor Jr.-Secretaría del Trabajo y Fomento al Empleo (MX).selmamg8@gmail.com / www.linkedin.com/in/selma-mendoza-56486715a

Lina Juliana Robayo Coral - Docente investigadora, Doctoranda en Educación de la Universidad de San Buenaventura Cali, Magister en Estudios Interdisciplinarios del Desarrollo, especialista en Sistemas de información Geográfica, Geógrafa de la Universidad del Valle, en Santiago de Cali. Ha venido trabajando la línea de territorio y estudios organizacionales, algunos de sus trabajos han estudiado las identidades manifiestas, ontologías propias en contextos multiculturales e interculturales como la sierra Norte Peruana, la comunidad de Pance, en la zona rural de Santiago de Cali, y las comunidades del Norte del Cauca. Actualmente se encuentra avanzando en su tesis doctoral estudiando como emerge la enseñanza en contextos interculturales.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura familiar 3, 67, 70, 77, 78, 81, 84, 86, 88, 89, 90, 91, 92

Agrocadena 95, 96, 102, 103, 104, 105, 107, 110, 112

C

Circuito corto 67, 70, 71, 77, 80, 85, 87, 88, 89, 90

Contra hegemonía 18, 40

Cooperativa 3, 4, 8, 13, 14, 20, 44, 45, 46, 47, 54, 57, 58, 59, 60, 66, 77, 103, 121, 124, 127, 133, 135, 138, 139

D

Diseño hegemónico 18, 19, 21

Diversidad 17, 18, 22, 23, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 44, 62, 97, 109, 117, 142

Diversidade 1, 2, 3, 9, 12, 13, 15, 16, 92

E

Economía Solidária 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 85, 86, 89, 91, 92, 93

Emprendimiento social 44, 45, 46, 49, 50, 65

Eslabonamiento 95, 102, 106

Estudios organizacionales 26, 30, 32, 33, 34, 41

G

Governança 1, 2, 3, 4, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 17

I

Inclusión socio-laboral 44, 45, 46

Innovación social 45, 47, 49, 50, 51, 59, 65

M

Magé, RJ 67, 68

O

Organizaciones 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 51, 60, 61, 95, 99, 104, 106, 108, 115, 116, 123, 127, 135, 136, 139, 140, 141, 146

Organización solidaria 18, 22, 23, 29, 128

P

Política social 67, 72, 88, 89

Q

Quinoa 94, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112

R

Red Cooperativa 45, 135

Redes 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 73, 79, 101, 112, 115, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141



**EDITORA
ARTEMIS**